

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LAURA BELLANDA GALUCH

CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS:
A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL NA FALA DE NORTE-
PARANAENSES

MARINGÁ-PR
2022

LAURA BELLANDA GALUCH

CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS:
A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL NA FALA DE NORTE-
PARANAENSES

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jacqueline Ortelan Maia Botassini

MARINGÁ-PR
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

G181c Galuch, Laura Bellanda
Crenças e atitudes linguísticas : a variação da concordância verbal na fala de norte-paranaenses / Laura Bellanda Galuch. -- Maringá, PR, 2022.
147 f.: il. color., figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Ortelan Maia Botassini.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

1. Concordância verbal. 2. Sociolinguística variacionista. 3. Crenças e atitudes linguísticas. 4. Norte do Paraná . I. Botassini, Jacqueline Ortelan Maia , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 23.ed. 415

LAURA BELLANDA GALUCH

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS:
A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL NA FALA DE
NORTE-PARANAENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos**.

Aprovada em Maringá, **24 de maio de 2022**.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Hélcio Batista Pereira
Membro Titular - UEM/PLE



Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera
Membro Externo (UEL – Londrina/PR)



Prof.^a Dr.^a Jacqueline Ortelan Maia Botassini
Presidente – Orientadora

A meus avós Leonardo Galuch, Conceição Galuch, Antônio Odail Bellanda (em memória) e Alicir Bellanda.

À Mariangela Ortelan Maia (em memória).

AGRADECIMENTOS

À professora Jacqueline Ortelan Maia Botassini, um dos meus maiores exemplos, pela orientação, pela sabedoria, pela confiança, pelo apoio, pelo cuidado, pelo amor e pelo carinho.

À professora Vanderci de Andrade Aguilera e ao professor Hércius Batista Pereira, pelas valiosas contribuições dadas no exame de qualificação e por aceitarem participar da banca de defesa.

Àqueles que se dispuseram a gravar (mais de uma vez, aliás) os áudios utilizados em um dos questionários e aos meus informantes, sem os quais a realização desta dissertação não seria possível.

Aos professores do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, que muito me ensinaram sobre docência, sobre pesquisa e sobre resiliência.

Ao meu pai Luiz Leonardo, à minha mãe Maria Terezinha, à minha irmã Marília e ao meu cunhado Flavio, por serem o meu porto seguro.

À Maria Cristina (Cris), por cuidar de mim como se eu fosse sua filha.

Aos meus amigos da infância, da adolescência, da graduação, da pós-graduação, do trabalho e da vida, pelo incentivo e por entenderem os vários “depois que eu entregar o trabalho, a gente faz alguma coisa”.

Aos meus alunos, que são minha motivação diária.

Àqueles que estiveram ao meu lado nesse processo.

A todos que passaram pela minha vida e me fizeram ser quem eu sou.

E, sobretudo, a Deus.

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua.

(RAJAGOPALAN, 1998, p. 41).

GALUCH, Laura Bellanda. *Crenças e atitudes linguísticas: a variação da concordância verbal na fala de norte-paranaenses*. 2022. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2022.

RESUMO

Afirma-se, tradicionalmente, que a concordância verbal ocorre quando o verbo se flexiona e se conforma ao número e à pessoa do sujeito. Na fala, porém, verifica-se que esse fenômeno linguístico não se realiza de forma homogênea e apenas em conformidade com as regras prescritas pela gramática normativa; a marcação ou não na desinência verbal pode ocorrer motivada por fatores que vão além dessas regras (conforme SCHERRE; NARO, 1998; SCHERRE, 2005b; VIEIRA, 2013; CASTILHO, 2016). O presente trabalho, baseado no referencial teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista e nos estudos de Crenças e Atitudes linguísticas, objetiva examinar a variação da concordância verbal na fala de norte-paranaenses. Para tanto, analisaram-se dados de entrevistas realizadas com 16 informantes nascidos e ainda residentes no Norte do Paraná, observando-se, como possíveis condicionadores do fenômeno em estudo, os fatores linguísticos grau de saliência fônica, posição do sujeito em relação ao verbo, animacidade do sujeito e distância entre núcleo do sujeito e verbo, e os fatores extralinguísticos sexo, faixa etária e grau de escolaridade. Os resultados revelam uma diferença expressiva entre os casos de marcação (86%) e os de não marcação (14%) da concordância verbal, mostrando que, de modo geral, entre os norte-paranaenses, predomina a marcação explícita de plural. Apresentam-se como fatores mais relevantes na atuação deste fenômeno as variáveis linguísticas (i) saliência fônica, (ii) posição do sujeito em relação ao verbo e (iii) animacidade do sujeito. Quanto aos fatores extralinguísticos, destacam-se (i) o grau de escolaridade e (ii) a faixa etária. Já os resultados referentes ao questionário quantitativo acerca das crenças e das atitudes linguísticas dos informantes apontam que a marcação da concordância verbal é avaliada de forma mais positiva, destacando-se os atributos referentes à competência do falante, como “estudado” e “exerce cargo de chefia”. Por sua vez, a ausência de concordância está mais atrelada a características que dizem respeito à atratividade social, como “feio” e “engraçado”, o que indica ser muito tênue o limite entre linguístico e social. Os dados também apontam que os fatores extralinguísticos tendem a influenciar a avaliação dos indivíduos, pois foram mais negativas as atitudes dos homens, dos mais novos e dos mais escolarizados quanto à ausência de marcas explícitas de plural. Conforme as respostas dadas ao questionário qualitativo, constata-se que, para os norte-paranaenses, é diferente como falam (i) pessoas que moram na zona rural e aqueles que residem na cidade, (ii) jovens e idosos, (iii) ricos e pobres e (iv) homens e mulheres. Além disso, identificam-se crenças e atitudes negativas associadas, recorrentemente, ao falar “caipira”, ao uso do /r/ retroflexo e à ausência de concordância. Quanto a este fenômeno, parece que as atitudes negativas aumentam na proporção em que as formas verbais mais salientes deixam de receber a marcação de plural, o que parece indicar que há sim um estigma em relação à não marcação de plural, porém não generalizado, como se imaginava.

Palavras-chave: concordância verbal; fatores linguísticos e extralinguísticos; Sociolinguística Variacionista; Crenças e Atitudes linguísticas.

GALUCH, Laura Bellanda. *Linguistic beliefs and attitudes: the variation of verbal agreement in the speech of North of Paraná*. 2022. 147 f. Dissertation (Master's Degree in Letters) – State University of Maringá, Maringá-PR, 2022.

ABSTRACT

It is traditionally affirmed that verb agreement occurs once the verb inflects and conforms to the number and person of the subject. In speech, however, it is verified that this linguistic phenomenon does not occur in a homogeneous manner and only in accordance with the rules prescribed by normative grammar; marking or not in the verbal ending can occur motivated by factors that go beyond these rules (according to SCHERRE; NARO, 1998; SCHERRE, 2005b; VIEIRA, 2013; CASTILHO, 2016). The present work, based on the theoretical-methodological framework of Variationist Sociolinguistics and on studies of Linguistic Beliefs and Attitudes, aims to examine the variation of verb agreement in the speech of North of Paraná. Therefore, data from interviews carried out with 16 informants who were born and still living in the North of Paraná were analyzed, observing, as possible conditioners of the phenomenon under study, the linguistic factors, degree of phonic salience, position of the subject in relation to the verb, subject animacy and distance between subject and verb nucleus, and the extralinguistic factors gender, age group and education level. The results reveal a significant difference between the marking (86%) and non-marking (14%) cases of verbal agreement, showing that, in general, among North of Paraná, the explicit plural marking predominates. The linguistic variables (i) phonic salience, (ii) position of the subject in relation to the verb and (iii) animacy of the subject are presented as the most relevant factors in the performance of this phenomenon. As for the extralinguistic factors, (i) the level of education and (ii) the age group stand out. On the other hand, the results referring to the quantitative questionnaire about the informants' linguistic beliefs and attitudes indicate that the marking of verbal agreement is evaluated in a more positive manner, highlighting the attributes referring to the speaker's competence, such as "studied" and "exercised as a teacher". In turn, the lack of agreement is more linked to characteristics that relate to social attractiveness, such as "ugly" and "funny", which indicates that the boundary between linguistic and social is very tenuous. The data also indicate that extralinguistic factors tend to influence the assessment of individuals, as the attitudes of men, younger and more educated regarding the absence of explicit marks of plural were more negative. According to the answers to the qualitative questionnaire, it is clear that, for people from the North of Paraná, it is different how they speak (i) people who live in rural areas and those who live in the city, (ii) young and old, (iii) rich and poor and (iv) men and women. In addition, negative beliefs and attitudes were identified, recurrently associated with speaking "redneck", the use of the retroflex /r/ and the lack of agreement. Regarding this phenomenon, it seems that negative attitudes increase in proportion to which the most salient verb forms are no longer marked as plural, which seems to indicate that there is indeed a stigma in relation to not marking the plural, but not generalized, as imagined.

Keywords: verb agreement; linguistic and extralinguistic factors; Variationist Sociolinguistics; Linguistic beliefs and attitudes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação entre crença e atitude, segundo López Morales	31
Figura 2 – Caso especial de concordância <i>versus</i> erro de concordância.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A concordância verbal de acordo com as gramáticas tradicionais.....	39
Quadro 2 – A concordância verbal de acordo com as gramáticas descritiva e funcionalista	40
Quadro 3 – Evolução nos paradigmas flexionais do português	41
Quadro 4 – Variáveis linguísticas favorecedoras e desfavorecedoras da concordância	58
Quadro 5 – Distribuição dos fatores linguísticos e dos extralinguísticos por região	61
Quadro 6 – Distribuição dos informantes de acordo com as variáveis sociais	67
Quadro 7 – Questionário 2	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Marcas explícitas de plural nos verbos em função das variáveis presença, posição e distância do sujeito em relação ao verbo, segundo Scherre e Naro (1997).....	50
Tabela 2 – Frequência e probabilidade da não concordância verbal segundo a procedência dos informantes, conforme Rodrigues (2006).	52
Tabela 3 – Frequência e probabilidade da não concordância verbal segundo o nível de escolaridade dos informantes, conforme Rodrigues (2006)	53
Tabela 4 – Marcação da concordância verbal.....	77
Tabela 5 – Marcação da concordância verbal: 1. ^a pessoa <i>versus</i> 3. ^a pessoa.....	78
Tabela 6 – Grau de saliência fônica.....	82
Tabela 7 – Posição do sujeito em relação ao verbo	84
Tabela 8 – Concordância com sujeitos antepostos ao verbo	85
Tabela 9 – Concordância com sujeitos antepostos representados por “que”	87
Tabela 10 – Concordância com sujeitos pospostos ao verbo	88
Tabela 11 – Distância entre núcleo do sujeito e verbo	91
Tabela 12 – Animacidade do sujeito	94
Tabela 13 – Concordância de acordo com a animacidade do sujeito	95
Tabela 14 – Marcação da concordância verbal conforme o sexo	97
Tabela 15 – Marcação da concordância verbal conforme a faixa etária.....	100
Tabela 16 – Marcação da concordância verbal conforme a escolaridade	102
Tabela 17 – Resultados referentes à avaliação dos áudios	106
Tabela 18 – Percentual de respostas <i>concordo</i> na avaliação dos informantes	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Marcação da concordância verbal	77
Gráfico 2 – Marcação da concordância verbal: 1. ^a pessoa <i>versus</i> 3. ^a pessoa	78
Gráfico 3 – Grau de saliência fônica	83
Gráfico 4 – Posição do sujeito em relação ao verbo.....	85
Gráfico 5 – Concordância com sujeitos antepostos ao verbo	86
Gráfico 6 – Concordância com sujeitos antepostos representado por “que”	87
Gráfico 7 – Concordância com sujeitos pospostos ao verbo	88
Gráfico 8 – Distância entre núcleo do sujeito e verbo.....	91
Gráfico 9 – Animacidade do sujeito	94
Gráfico 10 – Concordância de acordo com a animacidade do sujeito.....	95
Gráfico 11 – Marcação da concordância verbal conforme o sexo	98
Gráfico 12 – Marcação da concordância verbal conforme a faixa etária	100
Gráfico 13 – Marcação da concordância verbal conforme a escolaridade	102
Gráfico 14 – Avaliação geral dos áudios.....	106
Gráfico 15 – Porcentagem da avaliação geral de acordo com os fatores extralinguísticos..	114
Gráfico 16 – Porcentagem da avaliação de cada um dos áudios de acordo com o sexo dos informantes	115
Gráfico 17 – Porcentagem da avaliação de cada um dos áudios de acordo com a faixa etária dos informantes.....	116
Gráfico 18 – Porcentagem da avaliação de cada um dos áudios de acordo com a escolaridade dos informantes.....	117

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	19
2.1 LINGUÍSTICA: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA.....	19
2.2 PRINCÍPIOS DA SOCIOLINGUÍSTICA	21
2.3 LABOV E A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	23
3. CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS	26
3.1 CRENÇAS.....	26
3.2 ATITUDES LINGUÍSTICAS	27
3.2.1 COMPONENTES DAS ATITUDES	30
3.2.2 FORMAÇÃO/DESENVOLVIMENTO DAS ATITUDES	32
3.2.3 MODIFICAÇÃO DAS ATITUDES	33
3.3 CONCEITOS IMPORTANTES.....	33
3.3.1 STATUS / PRESTÍGIO LINGUÍSTICO	34
3.3.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO	35
3.3.3 ESTEREÓTIPO.....	35
3.4 ALGUMAS PESQUISAS SOBRE CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS NO BRASIL.....	36
4. CONCORDÂNCIA VERBAL.....	39
4.1 ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS SOBRE CONCORDÂNCIA VERBAL	43
5. <i>CORPUS</i> E METODOLOGIA.....	65
5.1 OS INFORMANTES.....	65
5.2 METODOLOGIA.....	67
6. ANÁLISE DOS DADOS	77
6.1 CONCORDÂNCIA VERBAL.....	77
6.1.1 FATORES LINGUÍSTICOS.....	81
6.1.1.1 Saliência fônica.....	81
6.1.1.2 Posição do sujeito em relação ao verbo.....	84
6.1.1.3 Distância entre núcleo do sujeito e verbo	90

6.1.1.4 Animacidade do sujeito	93
6.1.2 FATORES EXTRALINGUISÍTICOS	97
6.1.2.1 Sexo	97
6.1.2.2 Faixa etária	100
6.1.2.3 Grau de escolaridade	101
6.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DE CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS	104
6.2.1 QUESTIONÁRIO QUANTITATIVO	104
6.2.2 QUESTIONÁRIO QUALITATIVO	119
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala em língua portuguesa, alguns dizeres são muito comuns, como “Português é muito difícil”; “Aquela pessoa está destruindo a língua”; “Fulano não sabe falar direito”. Essas crenças estão, muitas vezes, atreladas às concepções apresentadas pelas gramáticas tradicionais, “[...] que estabelecem, por vezes, padrões idealizados muito distantes dos praticados pelos próprios falantes altamente escolarizados, em sua fala e até na escrita” (CHAGAS, 2018, p. 62). A busca pela prescrição é tanta que inúmeros manuais didáticos e, até mesmo, livros infantis já foram lançados para reforçar as “regras ‘do bem falar e do bem escrever’”, propagando “noções de **certo** e **errado**” (MIOTO; SILVA; LOPES, 2007, p. 16, grifo dos autores).

Nesse universo em que se concebe a língua como algo complicado, algumas prescrições são mais difíceis de serem incorporadas pelos falantes, dentre elas, destaca-se a concordância verbal – fenômeno aqui analisado –, que acontece quando o verbo se flexiona e se conforma ao número e à pessoa do sujeito (cf. BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2017, dentre outros).

Ainda que, tradicionalmente, esse fenômeno linguístico seja conceituado da mesma forma, alguns estudos, como os de Castilho (2016) e os de Vieira (2013), têm apontado que a marcação ou não da concordância verbal pode ocorrer motivada por outras razões além das apresentadas pela Gramática Tradicional (GT), que trata os fenômenos linguísticos como homogêneos e estáticos. De fato, essas regras logram maior importância na língua escrita; entretanto, na língua falada, há outros fatores que atuam no condicionamento da variação da concordância verbal realizada por falantes da língua portuguesa brasileira.

Esses fatores, de acordo com Scherre e Naro (1998), Vieira (2013), Castilho (2016), dentre outros, podem ser linguísticos (como o grau de saliência fônica ou saliência morfológica; a proximidade ou a distância entre o verbo e o núcleo do sujeito; a posição do sujeito na sentença; a animacidade do sujeito; o paralelismo linguístico, dividindo-se em paralelismo no nível oracional e paralelismo no nível discursivo; o tempo verbal e o tipo de estrutura morfossintática etc.) e extralinguísticos (como o nível sociocultural dos falantes, o local em que residem, a faixa etária, o sexo, o grau de escolaridade etc.).

Pelo exposto e sabendo que tal fenômeno pode ser realizado de diferentes maneiras, não seguindo necessariamente as prescrições normativas, lançaram-se as primeiras

questões a serem respondidas por meio deste trabalho: Como falantes norte-paranaenses¹ realizam a concordância verbal na língua falada? Quais fatores interferem na (não) marcação do plural?

Ainda a fim de compreender esse fenômeno da maneira mais ampla possível, neste trabalho, interessa verificar as crenças e as atitudes linguísticas dos falantes norte-paranaenses em relação à realização da concordância verbal. As crenças e as atitudes podem influenciar na manutenção ou na mudança de um fenômeno linguístico, já que “[...] o prestígio ou o estigma que uma comunidade associa a uma determinada variante tem o poder de acelerar ou de barrar uma mudança linguística” (COELHO *et al.*, 2018, p. 66). Isso ocorre porque “há julgamentos sociais conscientes e inconscientes sobre a língua” (COELHO *et al.*, 2018, p. 66), os quais, muitas vezes, dizem respeito não à língua, mas aos usuários dela.

Sendo assim, sabendo que as crenças e as atitudes linguísticas refletem o posicionamento de um indivíduo em relação à língua, bem como em relação ao usuário dela, lança-se o outro questionamento deste trabalho: quais são as crenças e as atitudes linguísticas dos norte-paranaenses em relação à realização ou não da concordância verbal?

Isto posto, a pesquisa que deu origem a esta dissertação teve como objetivo geral “averiguar as crenças e atitudes linguísticas de norte-paranaenses em relação à realização da concordância verbal na língua falada” e, como objetivos específicos, investigar se condicionam ou não a marcação de concordância verbal a) os fatores linguísticos (i) grau de saliência fônica, (ii) posição do sujeito em relação ao verbo, (iii) distância entre núcleo do sujeito e verbo e (iv) animacidade do sujeito e b) os fatores extralinguísticos (i) sexo, (ii) faixa etária e (iii) grau de escolaridade.

Para alcançar esses objetivos, entrevistaram-se 16 indivíduos norte-paranaenses, divididos igualmente por sexo (oito homens e oito mulheres), por faixa etária (oito participantes da 1.^a FE e oito da 2.^a FE) e por grau de escolaridade (oito com formação superior e oito com ensino médio completo).

O estudo deste trabalho se justifica por ser uma oportunidade de expor quais são as crenças dos falantes norte-paranaenses em relação à sua fala e à fala dos indivíduos da região Norte do Paraná em geral e de confrontá-las com as suas atitudes linguísticas, não

¹ Neste trabalho, são considerados norte-paranaenses aqueles indivíduos que residem em Maringá e que nasceram no Norte do Paraná, considerando-se as três mesorregiões que o compõem, a saber: Noroeste Paranaense, Norte Central Paranaense (região da qual Maringá faz parte) e Norte Pioneiro Paranaense.

só em relação à concordância verbal, mas também referentes aos fatores sociais que podem atuar na variação de fenômenos linguísticos.

Esta dissertação é composta de seis capítulos. O presente capítulo, ou seja, o primeiro traz os objetivos e a justificativa do trabalho.

O segundo, o terceiro e o quarto capítulos configuram as bases teóricas deste trabalho. Neles, são evidenciados os pressupostos teóricos que embasam esta investigação, bem como alguns conceitos que se julgam basilares para a compreensão adequada do fenômeno em estudo, a saber: os conceitos relativos à Sociolinguística, no segundo capítulo, os referentes aos estudos de Crenças e Atitudes linguísticas (e os elementos relacionados a elas, como *status*, preconceito e estereótipo), no terceiro capítulo, e os relativos à concordância verbal, no quarto capítulo.

O quinto capítulo esclarece, de forma detalhada, a amostra e a metodologia da pesquisa, dando informações sobre o *corpus*, os informantes, os procedimentos metodológicos e a seleção dos dados.

O sexto capítulo refere-se à análise dos dados e se divide em duas seções. A primeira apresenta os resultados referentes às variáveis linguísticas e extralinguísticas investigadas como possíveis condicionadoras do fenômeno linguístico em estudo. A finalidade principal dessa primeira parte da análise é averiguar se, na variação na concordância verbal, atuam os fatores linguísticos *grau de saliência fônica*, *posição do sujeito em relação ao verbo*, *distância entre núcleo do sujeito e verbo* e *animacidade do sujeito* e os fatores sociais *sexo*, *faixa etária* e *grau de escolaridade*. A segunda parte da análise trata dos resultados obtidos por meio de dois questionários – um quantitativo e um qualitativo – para avaliar as crenças e as atitudes dos informantes em relação aos fatores sociais que podem atuar na variação linguística, bem como à sua fala e à fala dos indivíduos norte-paranaense quanto à concordância verbal.

2. SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Para entender a gênese dos estudos na área da Sociolinguística, é necessário traçar um breve panorama da história da Linguística, iniciando pelas primeiras indagações sobre a língua, passando pelo surgimento dos estudos da linguagem como ciência e chegando à preocupação com os fatores sociais e culturais, que culminou no advento da Sociolinguística.

2.1 LINGUÍSTICA: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA

Desde muito antes de a Linguística se tornar uma ciência, a linguagem humana já era estudada. Os hindus, por exemplo, dedicavam-se a analisar a língua por motivos religiosos; já os gregos se pautavam em razões estéticas, filosóficas e literárias (CAMARA JR., 2021). Foi apenas no século XIX, na Europa, que surgiu uma ciência cujo objeto são as línguas: a Linguística. A partir daí, foram vários os estudos e as perspectivas que surgiram, os quais são apresentados a seguir

De acordo com Coelho *et al.* (2018), o método histórico-comparativo e o movimento dos neogramáticos marcaram os estudos linguísticos no século XIX. Os estudos histórico-comparativos buscavam estabelecer correlações sistemáticas entre duas ou mais línguas ou entre dois ou mais momentos de uma língua. Já os neogramáticos lançaram os pressupostos de uma teoria da mudança linguística. Hermann Paul, um dos neogramáticos mais conhecidos, ao falar sobre mudança, baseava-se em pura psicologia. Em seus estudos, tentava entender o desenvolvimento histórico dos sons, das formas e das orações, bem como a mudança de significado das palavras (CAMARA JR., 2021). Para tanto, levava “em consideração a língua de um falante-ouvinte individual (o idioleto), uma realidade fundamentalmente psicológica, homogênea, dissociada das relações sociais” (COELHO *et al.*, 2018, p. 56).

No início do século XX, nasce a Linguística Moderna com o Estruturalismo, cujo principal nome é Ferdinand de Saussure (CALVET, 2002). Sua obra, *Cours de Linguistique Générale* (2006 [1916]), foi um marco para a ciência linguística. Em seus estudos, Saussure (2006 [1916]) estabeleceu a diferença entre diacronia e sincronia. Esta diz respeito ao estudo dos estados da língua vistos de maneira estática, já aquela à análise da história das línguas, isto é, à mudança linguística.

Em oposição à linguagem, Saussure (2006 [1916]) elegeu a língua como objeto central da Linguística. Para o autor, a língua é uma parte essencial da linguagem; é, “ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 17). Trata-se, em outras palavras, de um sistema de signos desvinculado de fatores externos históricos e sociais. Já a linguagem, de acordo com Saussure (2006 [1916], p. 17), apresenta-se de diferentes maneiras, sendo, “ao mesmo tempo, física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade”.

Ao eger a língua, nesses termos, como objeto de estudo da Linguística, Saussure (2006 [1916]) exclui a parte psíquica, manifestada pela fala. Nas palavras do autor, “a parte psíquica não entra tampouco totalmente em jogo: o lado executivo fica de fora, pois a sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 21).

Embora quase sempre apresentado como discípulo de Saussure, Antoine Meillet defendia ideias “antissaussureanas” (CALVET, 2002). Em uma resenha sobre a obra de Saussure, Meillet (2008 [1916], p. 35, tradução nossa), assim se posicionou: “ao separar a variação linguística das condições externas de que ela depende, F. de Saussure a priva da realidade; ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável”². Essa colocação se dá porque Meillet define a língua como um fato social e, por isso, é necessário recorrer ao domínio social para a compreensão da dinâmica linguística.

Calvet (2002, p. 15) expõe pontos que ilustram como as ideias de Meillet contradizem as de Saussure, a saber: i) Saussure opõe linguística interna e linguística externa, já Meillet as associa; ii) Saussure distingue abordagem sincrônica da abordagem diacrônica, enquanto Meillet busca explicar a estrutura pela história; iii) enquanto Saussure busca elaborar um modelo abstrato da língua, Meillet intenta relacionar o fato social e o sistema que tudo contém, já que, para ele, não é possível compreender os fatos da língua sem mencionar a diacronia e a história.

Segundo Calvet (2002), enquanto alguns foram contrários, outros, como Bloomfield, Hjelmslev e Chomsky, seguiram a ideia de Saussure e delimitaram, de modo

² “En séparant de la changement linguistique des conditions extérieures d'où il dépend, Saussure le prive de réalité, il le réduit à une abstraction, que est nécessairement inexplicable” (MEILLET, 2008 [1916], p. 35).

restritivo, o campo de sua ciência, deixando de lado tudo o que não fosse a estrutura abstrata definida por eles como seu objeto de estudo.

Dentre esses autores, destaca-se Noam Chomsky, que deu início ao Gerativismo com a publicação de *Syntactic Structures*, em 1957.

De acordo com Moura e Cambrussi (2018), Chomsky inseriu a Linguística nas ciências cognitivas e biológicas ao defender que a língua é um produto da mente e da natureza. Coelho *et al.* (2018) complementam essa ideia ao afirmar que, para o autor, a língua é um componente inato à espécie humana; é um sistema abstrato de regras usado para a formação de sentenças.

Partindo dessa ideia de língua, Chomsky (2018, p. 20) defende que o objetivo fundamental na análise linguística de uma língua é separar as sequências gramaticais dessa língua das sequências agramaticais. Em outras palavras, separar as sentenças que pertencem a uma língua das que não pertencem.

Além disso, Coelho *et al.* (2018, p. 57) destacam que, na perspectiva gerativista, “o indivíduo é tido como um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade de fala homogênea e abstrata”. Dessa forma, novamente, deixam-se de lado os fatores históricos e sociais que poderiam afetar esse contexto linguístico.

Como exposto até aqui, muitos autores defendiam a língua como uma unidade homogênea, porém, com o passar do tempo, começaram a surgir teóricos que postulavam uma concepção efetivamente social da língua. Assim, foi na contramão das ideias descritivas de Saussure e das ideias gerativistas de Chomsky que surgiu a Sociolinguística.

2.2 PRINCÍPIOS DA SOCIOLINGUÍSTICA

O termo Sociolinguística surgiu em um congresso organizado por William Bright em 1964, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). Participaram do evento diversos estudiosos, como William Labov, John Fisher, Walt Wolfram, que “buscavam construir metodologias, de caráter variacionista que dessem conta da heterogeneidade linguística nos grandes centros urbanos” (BORTONI-RICARDO, 2017, p. 14-15). Conforme explica Alkmim (2007), a atuação de vários pesquisadores precede o estabelecimento formal da Sociolinguística. Em 1962, por exemplo, Hymes publicou um artigo no qual sugeriu um novo domínio de pesquisa, a Etnografia da Fala. Já em 1963, Labov publicou o seu famoso trabalho sobre a comunidade da ilha de Matha’s Vineyard,

em que destaca o papel crucial dos fatores sociais – idade, sexo, etnia etc. – na explicação da variedade linguística.

Em 1966, os trabalhos apresentados no referido congresso foram reunidos, organizados e publicados por Bright no livro *Sociolinguistics: Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference*. Em artigo introdutório, o autor informa o uso recente do termo Sociolinguística e esclarece que a nova área da Linguística visa a “demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção” (BRIGHT, 1974, p. 17).

Bright (1974, p. 18-21), nesse trabalho, expõe sete dimensões da Sociolinguística que representam perspectivas de interesse dessa área de estudo e às quais se acredita que a diversidade linguística esteja, de alguma forma, condicionada: (i) a identidade social do emissor; (ii) a identidade social do receptor; (iii) o contexto; (iv) a sincronia e a diacronia; (v) os usos linguísticos e as crenças a respeito desses usos; (vi) a extensão da diversidade; (vii) a aplicação da Sociolinguística.

O autor salienta que, embora a Sociolinguística tenha derivado muito da abordagem estruturalista, ela rompe com a ideia de que línguas são “uniformes, homogêneas e monolíticas”. Estruturalistas defendiam que as diferenças identificadas nos hábitos de fala de uma comunidade eram “variação livre”. Para os sociolinguistas, uma das maiores tarefas “é demonstrar que na verdade tal variação ou diversidade não é ‘livre’, mas correlacionada a diferenças sociais sistemáticas” (BRIGHT, 1974, p. 18).

Segundo Tarallo (2002, p. 7), esse modelo “apresenta-se como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo”, o qual prega que o objeto dos estudos linguísticos deve ser a competência linguística do falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade linguisticamente homogênea. Entretanto, para a Sociolinguística, a língua falada é um sistema heterogêneo, que se relaciona com as variáveis sociais (faixa etária, sexo, grau de escolaridade etc.) e que evolui.

De acordo com Mollica (2003), é justamente por entender a língua falada como um sistema heterogêneo, que o objeto de estudo da Sociolinguística é a variação, entendida “como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente”; assim, parte-se do “pressuposto de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais” (MOLLICA, 2003, p. 10).

As formas em variação são chamadas *de variantes linguísticas*. Para Tarallo (2002, p. 8), variantes linguísticas “são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um

mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade, A um conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variável linguística’”.

O termo *variável linguística* pode ser usado para fazer referência ao fenômeno em variação ou ao conjunto de fatores que condicionam a ocorrência desse fenômeno. No primeiro caso, Mollica (2003, p. 11) explica que se trata de uma variável dependente, no sentido de que “o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural”. Em síntese, a variável dependente é o fenômeno linguístico a ser estudado.

Para exemplificar, Mollica (2003, p. 11) apresenta a concordância entre verbo e sujeito, que é uma variável linguística (ou um fenômeno variável), já que “se realiza através de duas variantes, duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes: a marca de concordância no verbo e a ausência da marca de concordância”.

Já as variáveis independentes dizem respeito aos fatores que podem favorecer ou desfavorecer o uso da variação, os quais podem ser internos (estruturais ou linguísticos) ou externos (sociais ou extralinguísticos). No grupo de variáveis internas, estão os fatores de natureza fonético-fonológica, morfológica, sintática, semântica, discursiva e lexical, que “dizem respeito a características da língua em várias dimensões, levando-se em conta o nível do significante e do significado, bem como os diversos subsistemas de uma língua” (MOLLICA, 2003, p. 11). Já as variáveis externas, também segundo Mollica (2003, p. 11), reúnem “os fatores inerentes ao indivíduo (como etnia e sexo), os propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva)”.

Em suma, conforme Coelho et al. (2008, p. 59), “a Sociolinguística se ocupa da relação entre língua e sociedade e do estudo da estrutura e da mudança linguísticas dentro do contexto social da comunidade de fala”.

2.3 LABOV E A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

William Labov é conhecido por ter fixado os estudos sociolinguísticos, estabelecendo um modelo de descrição e de interpretação do fenômeno linguístico em contexto social que ficou conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação. Segundo Tarallo (2002, p. 7), foi Labov “quem, mais veementemente, voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real, de sistematizar a variação existente e própria da língua falada”.

Em 1963, Labov publicou seu primeiro trabalho, fruto de sua dissertação defendida em 1962³. Nele, investigou o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, com o objetivo de, por meio da observação direta, explicar a mudança sonora dentro da referida comunidade no que diz respeito à elevação do primeiro elemento dos ditongos /ay/ e /aw/. Pesquisou a distribuição e a frequência das variantes analisadas conforme as regiões, as faixas etárias, os grupos profissionais e étnicos dentro da ilha, além de abordar a atitude como uma variável independente.

Como resultado, o pesquisador constatou que moradores nativos da ilha produziam, de maneira inconsciente, o referido traço fonético. Esse processo de mudança, muito provavelmente, era consequência de uma atitude de afirmação da identidade local em oposição ao turismo na ilha. Desse modo, os nativos cujos sentimentos quanto à ilha eram positivos usavam a variante local (mesmo sendo essa a forma de menor prestígio), ao passo que a forma linguística de mais prestígio era usada por aqueles que possuíam sentimentos negativos.

Em 1964, Labov realizou uma pesquisa acerca da estratificação social do inglês de Nova Iorque⁴. Nesse estudo, para analisar a produção oral dos falantes, levou em conta a influência tanto dos fatores linguísticos como dos fatores sociais. O estudioso, ao considerar o segmento /r/ em posição pós-vocálica (*car*, *card*, *four*, *fourth*), identificou duas variantes: [r] e [0]. Os dados foram coletados junto aos funcionários de três grandes lojas de departamento de Manhattan que representavam níveis socioculturais diferentes, a saber: Sacks Fifth Avenue (nível sociocultural 1), Macy's (nível sociocultural 2) e S. Klein (nível sociocultural 3). Labov fez essa escolha por acreditar que encontraria clientes socialmente estratificados em virtude dos preços e dos produtos de cada loja e por imaginar que os empregados tenderiam a imitar a conduta linguística de seus clientes.

De acordo com Labov (2008), o fenômeno investigado mostrou estar sujeito a qualquer medição de estratificação estilística ou social, revelando-se um diferenciador social em todos os níveis de fala de Nova Iorque. A variante [0], que antes era prestigiosa, foi sendo substituída por [r], que passou, então, a ganhar *status*. Assim, constatou que,

³ Para mais detalhes, consultar LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 19-62.

⁴ Para mais detalhes, consultar LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 63-90.

dentre os três níveis socioculturais analisados, o mais alto era o que realizava o /r/ com mais frequência.

Foi para essa pesquisa que Labov elaborou um modelo de análise do fenômeno linguístico no contexto social urbano que ficou conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação, que visa a analisar como fatores linguísticos e fatores sociais influenciam a variação da fala, concebendo que essa variação é sistemática e regular. Desse modo, no estudo de Labov (2008), verifica-se como a variação no uso do /r/ não é arbitrária, mas regular e sistemática.

3. CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS

Ao desenvolver um trabalho de Crenças e Atitudes linguísticas, é preciso conceituar “crenças” e “atitudes”, tarefa nada fácil. Muitos teóricos, por exemplo, sequer conseguem separá-las, compreendendo as crenças como parte componente das atitudes. Nesta pesquisa, porém, os conceitos de crença e de atitude serão separados, seguindo os postulados de López Morales (2004) e de Botassini (2013).

3.1 CRENÇAS

Se considerados os dicionários de língua portuguesa, crenças são recorrentemente definidas da seguinte maneira: convicção íntima; fé; ato ou efeito de crer; aquilo que é objeto de crença; opinião adotada com fé e com convicção (FERREIRA, 1980; BUENO, 2000). Já no campo da linguística⁵, é possível concebê-las de outras formas.

Félix (1998) aponta que a crença é composta de “emoções, sentimentos, percepções, avaliações subjetivas, estados de espírito, lembranças de experiências pessoais, pressuposições sobre a existência de entidades e mundos alternativos” (FÉLIX, 1998, p. 33), sendo, portanto, um resultado afetivo.

Silva (2007), ao apresentar diferentes definições para crenças no âmbito da aprendizagem de línguas, destaca as ideias de André (1996) e de Mastrella (2002), para quem as crenças são julgamentos – avaliações subjetivas – que servem de base para ações posteriores.

Para Barcelos (2007), o conceito de crenças é tão antigo como a existência humana, já que, desde que começou a pensar, o homem passou a acreditar em algo. Segundo a autora, trata-se de um conceito complexo para o qual não há uma única definição. Na sua percepção, crenças são “uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências resultantes de um processo interativo e de interpretação e (re)significação.” (BARCELOS, 2007, p. 113).

Segundo a pesquisadora, as crenças são dinâmicas; emergentes, socialmente construídas e situadas contextualmente; experienciais; mediadas; paradoxais e contraditórias; relacionadas à ação de uma maneira indireta e complexa; não tão facilmente

⁵ Vale destacar que, neste trabalho, são utilizadas referências da área da Linguística Aplicada por se apropriarem recorrentemente do termo crenças.

distintas do conhecimento (BARCELOS, 2007, p. 114-115). Ressalta-se aqui o fato de as crenças sempre se ancorarem em algo, seja em pessoas importantes para o sujeito, em assuntos abordados pela mídia, em opiniões apresentadas durante o período escolar etc. Além disso, destaca-se que as crenças são, segundo a visão sociocultural, variáveis, ou seja, mudam ao longo do tempo ou dentro de uma situação.

Para Barcelos (2007), essa mudança é motivada pela interação social. Isso quer dizer que a modificação, o desenvolvimento e a ressignificação de crenças ocorrem “à medida que interagimos e modificamos nossas experiências e somos, ao mesmo tempo, modificados por elas. As crenças incorporam as perspectivas sociais, pois nascem no contexto da interação, na relação com os grupos sociais.” (BARCELOS, 2007, p. 114).

Com o intuito de explicar a mudança das crenças, Barcelos (2007) busca elucidar a natureza dessas. De acordo com a pesquisadora, sua estrutura é bastante complexa, sendo composta por crenças centrais e crenças periféricas. Estas são menos centrais, têm menos conexões e, portanto, sofrem alterações mais facilmente. Já aquelas são mais resistentes a mudanças, pois estão mais ligadas à identidade e às emoções. De modo geral, “Quanto mais centrais as crenças (ou seja, incorporadas mais cedo, mais relacionadas com nossa emoção e identidade, e mais interrelacionadas com as outras crenças), mais difícil mudá-las porque uma mudança [...] implicaria uma mudança em todo o sistema” (BARCELOS, 2007, p. 118).

3.2 ATITUDES LINGUÍSTICAS

Atitude, de acordo com os dicionários de língua portuguesa, seria o modo de proceder ou agir; a maneira de se manifestar um propósito; a reação ou a maneira de ser em relação a pessoas, a objetos, a situações etc. (FERREIRA, 1980). Interessa aqui, porém, o sentido restrito de atitude, voltado à ciência linguística, que será exposto mais adiante.

A *priori*, a análise de atitudes não era contemplada pela área linguística, sendo realizada majoritariamente em estudos da Psicologia Social. Foi com Wallace Lambert (1967) que as atitudes linguísticas começaram a ser estudadas, quando esse autor manifestou seu interesse em relação aos aspectos sociais, ideológicos e culturais da linguagem. Assim, as atitudes linguísticas começaram a ser, de fato, contempladas no estudo de Lambert (1967), que, tomando emprestado o sentido de atitude atribuído pela Psicologia Social, trouxe à luz a técnica *matched guise* (conhecida como técnica dos “falsos pares”).

Desenvolvida por Lambert (1967) e por seus colaboradores na Universidade McGill, em Montreal, tal técnica objetiva inferir e medir atitudes. No estudo em questão, buscava-se averiguar a qual das línguas – inglesa ou francesa – atribuía-se mais prestígio, como cada grupo avaliava o outro por meio da linguagem e a maneira como as atitudes de um grupo maior afetavam um grupo menor. Para isso, eram apresentadas a um grupo de juízes (ouvintes que avaliariam as falas) gravações de falantes bilíngues que leram a mesma passagem de um texto duas vezes: uma em inglês e outra em francês. Após a audição de cada áudio, o “ouvinte-juiz” deveria avaliar as características do falante – como a beleza, o caráter, a inteligência, a amabilidade etc. – somente pela voz e pela leitura. Assim, por não saberem que se tratava de gravações da mesma pessoa,

quaisquer diferenças em seus julgamentos sobre a personalidade dos falantes (isto é, atribuir a um falante características positivas quando ele lê o texto em uma língua e negativas quando ele o lê em outra língua), representariam atitudes estereotipadas em relação aos membros de um grupo etnolinguístico específico (BOTASSINI, 2013, p. 51).

Labov (2008), ao se referir à técnica *matched guise*, afirma se tratar de um instrumento básico para o estudo de reações subjetivas à linguagem. Destaca ainda que

O princípio essencial que emerge do trabalho de Lambert é o de que existe um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são compartilhadas por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão. Essas atitudes não emergem de forma sistemática se a pessoa for questionada diretamente sobre os dialetos; mas se ela fizer dois conjuntos de julgamentos de personalidade sobre o mesmo falante usando duas formas diferentes de língua, e se não perceber que é o mesmo falante, suas avaliações subjetivas da língua emergirão como diferenças nas duas pontuações (LABOV, 2008, p. 176).

A partir então do fim da década de 1960, o estudo das atitudes passa a ser realizado não só por psicólogos sociais, mas também por linguistas, principalmente pelos seguidores da Sociolinguística, como Labov (2008), López Morales (1994), Moreno Fernández (1998), entre outros. Posto isso, são apresentadas, agora sob a perspectiva linguística, algumas definições para atitudes.

Moreno Fernández (1998, p. 179, tradução nossa) define atitude linguística como uma “manifestação da atitude social dos indivíduos, distinguida por centrar-se e referir-se

especificamente tanto à língua como ao uso que dela se faz em sociedade [...]”⁶. Para ele, ao se referir à língua, refere-se a qualquer variável linguística, isto é, é possível manifestar uma atitude em relação a estilos diferentes, socioletos diferentes, dialetos diferentes ou línguas naturais diferentes. O autor completa ainda que as atitudes linguísticas são reflexo das atitudes psicossociais; por isso, é muito tênue a linha que separa a atitude em relação a uma variedade linguística da atitude direcionada ao falante ou ao grupo social dessa variedade.

Frosi, Faggion e Dal Corno (2010) defendem que atitude, em seu sentido amplo, diz respeito à postura que um indivíduo assume frente a algo. Normalmente, trata-se de uma reação valorativa favorável ou desfavorável em relação a um objeto, que pode, inclusive, ser a língua. Para as autoras, as atitudes direcionadas ao falante são, geralmente, transferidas para a língua utilizada por ele. Nesse sentido, conceituam a atitude linguística como “uma postura, ou comportamento positivo ou negativo frente a uma língua ou a uma variedade linguística particular, uma reação favorável ou desfavorável face ao modo de falar do outro.” (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 23).

Na mesma linha, Silva e Aguilera (2014) defendem que, pela identidade de um grupo ser também definida pela variedade linguística por ele usada, “qualquer atitude em relação aos grupos com determinada identidade pode ser e, na maioria dos casos, é uma reação às variedades usadas por esse grupo ou aos seus usuários”, isso porque “normas e marcas culturais dos falantes se transmitem ou se sedimentam por meio da língua, atualizada na fala de cada indivíduo” (SILVA; AGUILERA, 2014, p. 704-705).

Silva e Aguilera (2014) defendem ainda que as atitudes podem ser de rejeição ou de aceitação, de preconceito ou de prestígio, de correção ou de acerto e, por isso, ditam as línguas, os dialetos e as variedades – e, conseqüentemente, os falantes – que ocupam um lugar privilegiado na escala social. Muitas vezes, essas variedades relacionam-se às classes sociais mais privilegiadas, ou seja, com mais *status*. O oposto também se confirma: as línguas que ocupam um lugar menos prestigiado socialmente são usadas por grupos mais estigmatizados. Nesse sentido, nota-se como a língua usada por um indivíduo, em virtude da atitude provocada, pode “integrá-lo, valorizá-lo, discriminá-lo ou elevá-lo socialmente.” (SILVA; AGUILERA, 2014, p. 705).

⁶ “manifestación de la actitud social de los individuos, distinguida por centrarse y referirse específicamente tanto a la lengua como al uso que de ella se hace en sociedad” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 179).

Quanto às atitudes, Moreno Fernández (1998) e López Morales (2004) indicam a existência de duas grandes linhas teóricas que norteiam a definição de atitude: a mentalista e a condutista⁷. Para os mentalistas, a atitude pode ser definida como um “estado interno do indivíduo [...]; uma categoria intermediária entre o estímulo e o comportamento ou a ação individual.”⁸ (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 182, tradução nossa). Já os condutistas asseguram que a atitude é uma reação, uma resposta a um estímulo que pode, inclusive, ser a língua, uma situação ou uma característica sociolinguística.

Além de as definições serem distintas, também é diferente o modo como cada vertente faz a análise de atitudes. Os condutistas observam diretamente as respostas dos indivíduos frente a certas circunstâncias; por sua vez, os mentalistas recorrem a técnicas mais complexas, as quais permitem compreender um estado mental, que se trata de algo impalpável (MORENO FERNÁNDEZ, 1998).

A última, mas não menos importante, diferença elencada por Moreno Fernández (1998) diz respeito à estrutura das atitudes. Segundo os mentalistas, as atitudes são compostas de três elementos fundamentais: o afetivo (sentimento, valoração), o cognitivo (percepções, crenças) e o comportamental (conduta, ação). Em contrapartida, para os condutistas, a atitude é um elemento único, com caráter afetivo ou avaliativo.

Por fim, de acordo com Moreno Fernández (1998), embora os mentalistas defendam a atitude como uma estrutura componencial múltipla e complexa, eles divergem no que diz respeito à relação dos componentes entre si e dos componentes com a atitude. Trata-se, portanto, de um problema a definição da estrutura componencial das atitudes linguísticas.

3.2.1 COMPONENTES DAS ATITUDES

Moreno Fernández (1998) e López Morales (2004), tomando por base as ideias defendidas por diferentes estudiosos, expõem que as atitudes são formadas por três componentes: o cognitivo, o afetivo e o comportamental.

O *componente cognitivo*, de modo geral, constitui-se das percepções, das crenças e dos conhecimentos presentes no indivíduo em relação a diferentes objetos, inclusive à

⁷ Em algumas traduções, é possível encontrar o termo “comportamentalista”.

⁸ “estado interno del individuo [...]; una categoría intermedia entre un estímulo y el comportamiento o la acción individual.” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 182).

língua e a seus usuários (LÓPEZ MORALES, 2004). De acordo com Botassini (2013), é preciso conhecer o objeto para ter uma atitude em relação a ele, afinal, “ninguém pode manifestar uma reação pró ou contra aquilo que desconhece.” (BOTASSINI, 2013, p. 54).

O *componente afetivo* refere-se às emoções e aos sentimentos – que podem ser favoráveis ou contrários – quanto a um objeto social.

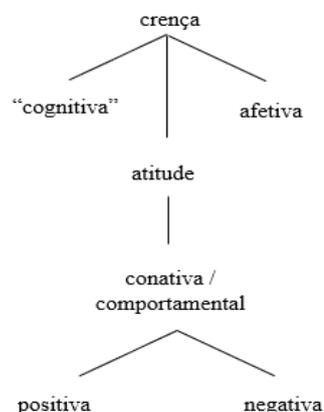
O *componente comportamental* diz respeito à conduta, à reação ou à tendência à reação diante de um objeto social.

Esses componentes estão, de tal forma, interrelacionados que “aquilo que se sente e a maneira como se reage diante de um objeto social estejam coerentemente associados ao modo como se pensa a respeito dele.” (BOTASSINI, 2019, p. 179).

Embora haja concordância em relação aos componentes das atitudes, há algumas divergências em relação aos seus traços dominantes. Fishbein (1965), por exemplo, conforme explica Moreno Fernández (1998), ao distinguir atitudes e crenças, defende que as atitudes são compostas unicamente pelo traço afetivo, enquanto o cognitivo e o comportamental compõem as crenças.

López Morales (2004), assim como Fishbein (1965), também separa o conceito de crença do de atitude, porém defende que a composição desta seja diferente. Para o autor, a atitude é composta somente pelo traço comportamental, por condutas que podem ser positivas ou negativas; uma atitude nunca pode ser neutra. Já as crenças são formadas pelo componente cognitivo – do qual fazem parte as percepções, os conhecimentos e os estereótipos que o indivíduo retém – e pelo componente afetivo – no qual estão as emoções e os sentimentos. As relações entre crenças e atitudes podem ser resumidas por meio da Figura 1:

Figura 1 – Relação entre crença e atitude, segundo López Morales.



Fonte: Adaptado de López Morales (2004, p. 291).

Como já destacado no início desta seção, esta pesquisa segue as ideias de López Morales (2004), também defendidas por Botassini (2013), isto é, compreende que apenas o componente comportamental constitui a atitude. De modo geral, defende-se que a crença é “maior”, englobando a atitude; em outras palavras, a crença “contém os três componentes que normalmente são atribuídos à atitude: o conhecimento, o sentimento e o comportamento.” (BOTASSINI, 2013, p. 56), como se observa na Figura 1. Acredita-se, ainda, que as crenças motivam as atitudes, ou seja, elas determinam o comportamento dos indivíduos, seja ele positivo ou negativo, em relação a um objeto.

Se considerado o fenômeno analisado neste trabalho, o falante norte-paranaense que julga a ausência de marca explícita de concordância verbal como característica de “caipira” e sinônimo de falta de inteligência evidencia uma atitude negativa com base em uma crença de que esse modo de falar está associado à baixa escolarização e a pouco prestígio social, rejeitando-o.

3.2.2 FORMAÇÃO/DESENVOLVIMENTO DAS ATITUDES

As atitudes não são características inatas aos seres humanos, ou seja, ninguém nasce com elas. As atitudes são, na realidade, formadas e aprendidas em contexto de socialização. Segundo Lambert e Lambert (1972), as atitudes são um hábito complexo e, por isso, seu desenvolvimento respeita três princípios fixos de aprendizagem: o princípio de *associação*, o de *transferência* e o de *satisfação de necessidades*.

A associação e a satisfação de necessidades são, muitas vezes, responsáveis pela apreensão dos sentimentos e das tendências reativas. Na prática, o indivíduo tende a se afastar de pessoas ou de coisas associadas a momentos negativos e, por outro lado, a se aproximar das que se associam a episódios prazerosos. Já a transferência ocorre quando o sujeito se apropria de crenças e de pensamentos alheios para justificar seus próprios sentimentos e a sua tendência à reação, principalmente em momentos em que não consegue compreender sozinho o porquê de reagir e de sentir de determinada maneira. Segundo Botassini (2013, p. 57), “é por meio da observação, da identificação e da imitação de ‘professores’ sociais (pais, familiares, amigos, professores, figuras públicas...) que se aprendem e se formam atitudes”.

Para Lambert e Lambert (1972, p. 78), as atitudes estão, de fato, formadas quando “os sentimentos e tendências reativas específicas ficam coerentemente associados com uma maneira particular de pensar em certas pessoas ou acontecimentos”, isto é, quando o

indivíduo tende a reagir da mesma maneira ao ser exposto a situações semelhantes. Os autores explicam ainda que as atitudes são formadas e aprendidas ao longo da vida, porém quanto mais rígida é uma atitude, mais dificilmente será modificada. Assim, nas primeiras fases de desenvolvimento de uma atitude (infância e adolescência), “seus componentes não estão tão rigidamente sistematizados que não possam ser modificados por novas experiências.” (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 78). Já na fase adulta, “sua organização pode-se tornar inflexível e estereotipada, especialmente para aquelas pessoas que foram encorajadas, no decurso de grandes períodos de tempo, a reagir segundo processos padronizados ou ‘aceitáveis’ a determinados acontecimentos e grupos.” (LAMBERT; LAMBERT, 1978, p. 78).

3.2.3 MODIFICAÇÃO DAS ATITUDES

As atitudes, apesar de aparentemente serem estáveis, podem alterar-se ao longo da vida do indivíduo. Isso não quer dizer que a modificação seja simples, uma vez que, desenvolvidas, as atitudes passam a ser aspecto integrante da personalidade do sujeito, influenciando em todo o seu comportamento.

Lambert e Lambert (1972) ressaltam que a mudança de atitude implica mudança nos três princípios de aprendizagem – associação, transferência e satisfação de necessidades. De modo geral, a modificação de uma atitude ocorre para satisfazer uma necessidade: alcançar um objetivo; adentrar um grupo; ganhar *status*, prestígio; obter vantagens. Da mesma maneira, a mudança de atitude pode ocorrer por meio da associação; para isso, devem ser propiciadas condições adequadas para aprender novos sentimentos e reações. Já a transferência depende da ação dos “professores” sociais e da relação desses com o indivíduo. De acordo com Lambert e Lambert (1972, p. 99), “quanto mais digna de confiança e atraente é uma pessoa, tanto mais haverá probabilidade de sua mensagem penetrar e influenciar as atitudes existentes.”.

3.3 CONCEITOS IMPORTANTES

Apresentam-se, a seguir, alguns conceitos que não podem deixar de ser abordados, mesmo que brevemente, em um trabalho de Crenças e Atitudes linguísticas. Posto isso, são definidos os seguintes termos: *status* / prestígio linguístico, preconceito e estereótipo.

3.3.1 STATUS / PRESTÍGIO LINGUÍSTICO

Em seu sentido amplo, *status* refere-se a “situação, estado ou condição de alguém ou algo, perante a opinião das pessoas ou em função do grupo ou categoria em que é classificado” (FERREIRA, 2010, p. 1965), ou seja, o *status* depende de uma avaliação social.

Segundo a Antropologia Social, trata-se do “grau de distinção ou de prestígio, ou [d]a situação hierárquica de um indivíduo ou grupo de indivíduos perante os demais membros de seu grupo social, dependente de avaliações e critérios variáveis” (FERREIRA, 2010, p. 1965). Seguindo tal definição, assume-se, neste trabalho, que *status* e prestígio são sinônimos.

Moreno Fernández (1998) defende que o prestígio pode ser tanto uma conduta como uma atitude. Isso quer dizer que prestígio é aquilo que o indivíduo ou grupo possui e demonstra, ao mesmo tempo que pode ser algo que se concede, que se atribui. Neste último sentido, prestígio é “um processo de concessão de estima e de respeito aos indivíduos ou aos grupos que reúnem certas características e que leva à imitação das condutas e das crenças desses indivíduos ou grupos”⁹ (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 189, tradução nossa).

A relação de prestígio não é fixa; varia conforme os grupos sociais, que consideram aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, linguísticos com os quais mais se identificam. Segundo Botassini (2013), a norma mais ou menos fixa é aquela que diz respeito à norma linguística de prestígio, que representa o grupo dominante, constituído por pessoas com grau de escolaridade e poder aquisitivo mais elevados. Tal fato justifica a seguinte afirmação de Monteiro (2000, p. 64): “uma variante em geral adquire prestígio, se for associada a um falante ou grupo social de *status* considerado superior”.

Posto isso, depreende-se que prestígio social se liga diretamente ao prestígio linguístico, que concede a determinadas variedades maior valoração em comparação a outras. Quanto a isso, Monteiro (2000, p. 65) esclarece que “a variedade lingüística própria da classe dominante se impõe, pois, como marca de prestígio e determina a atitude dos falantes dos grupos dominados face à sua própria variedade”.

⁹ “un proceso de concesión de estima y respeto hacia individuos o grupos que reúnen ciertas características y que lleva a la imitación de las conductas y creencias de esos individuos o grupos” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 189).

3.3.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, preconceito (de pre- + conceito) é “ideia, opinião ou sentimento desfavorável formado sem conhecimento abalizado, ponderação ou razão” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1539). Sabe-se que é possível formar um conceito sobre a raça, a sexualidade, a crença e, até mesmo, o uso linguístico de outra pessoa, daí o termo *preconceito linguístico*.

Preconceito linguístico, segundo Bagno (2011, p. 96), é um “conjunto de ideias que se manifesta concretamente na discriminação pela linguagem”. Normalmente, volta-se a grupos linguísticos com pouco ou nenhum prestígio social, a indivíduos cujos falares são distintos do falar de quem avalia preconceituosamente o outro.

Como esse preconceito se volta a usos linguísticos mais estigmatizados, característica de grupos também menos prestigiados, Bagno (1999, p. 42) defende que “o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito social”, uma vez que “o problema não está *naquilo* que se fala, mas em *quem* fala o *quê*” (grifos do autor).

3.3.3 ESTEREÓTIPO

Estereótipos, segundo Labov (2008, p. 360), “são formas socialmente marcadas, rotuladas enfaticamente pela sociedade”. Trata-se de um fato social pautado nas crenças que o sujeito carrega sobre um traço linguístico, nos conhecimentos a respeito de um grupo e de sua cultura, nos preconceitos quanto à língua e aos seus falantes.

Orsi (2008, *apud* Botassini, 2013), defende que a estereotipificação é resultado de uma generalização desfavorável, simplista e exagerada sobre um conjunto ou uma categoria de indivíduos. Simplista e exagerada, porque “são quase sempre impressões *sem fundamento*, expressas por perceber no outro algo diferente do que existe em si, algo que geralmente incomoda porque faz parte de outra realidade” (BOTASSINI, 2013, p. 64, grifo nosso). Ideia que dialoga com a de Labov (2008), para quem alguns traços estereotipados são estigmatizados.

Como explica Botassini (2013), Orsi (2008) defende que associar um traço linguístico a uma característica não linguística forma um estereótipo que possibilita inferir dados e efetuar juízos de valor. Por exemplo,

[...] a associação de um traço linguístico (p. ex.: diminutivo) com uma característica não linguística (p. ex.: sexo) constitui um estereótipo que

permite inferir dados e realizar juízos de valor (p. ex.: falante feminina). Outros exemplos: traço linguístico (gíria), característica não linguística (idade) = estereótipo (falante jovem); traço linguístico ([ʃ] em coda silábica), característica não linguística (procedente do Norte do Paraná) = estereótipo (falar caipira) (BOTASSINI, 2013, p. 64).

3.4 ALGUMAS PESQUISAS SOBRE CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS NO BRASIL

Embora existam algumas publicações anteriores, foi a partir da década de 1990 que trabalhos sobre Crenças e Atitudes linguísticas ganharam força no campo científico brasileiro, principalmente na Linguística Aplicada, no ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras e na Sociolinguística. Dentre essas pesquisas, são apresentadas aqui aquelas que foram desenvolvidas pautadas nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística e que têm relevância para este trabalho ou pelo valor histórico, ou pelo fenômeno analisado, ou pelo *corpus*, que, de certa maneira, dialoga com o desta dissertação.

As primeiras pesquisas sobre crenças e atitudes voltavam-se, sobretudo, a estudar o bilinguismo, como *Lealdade linguística em Rodeio (SC)*, de Andrietta Lenard (1976), que foi o primeiro trabalho brasileiro a abordar as atitudes linguísticas. Nele, a autora buscou compreender os elementos linguísticos e históricos que levaram os imigrantes italianos vindos de Trentino e seus descendentes a desenvolverem uma resistência à integração linguística em Rodeio (SC), mantendo, conseqüentemente, a língua italiana na cidade. Como resultado, Lenard (1976) constatou que tanto a língua portuguesa como a italiana eram usadas no município, porém em situações diferentes: nos ambientes mais informais ou íntimos, utilizava-se o dialeto italiano; nas situações mais formais (sobretudo na escola e nos casos de integração social com outras comunidades), utilizava-se a língua portuguesa. É importante ressaltar que, mesmo nas situações com pressões externas favoráveis ao uso da língua portuguesa, havia tendência à conservação da língua estrangeira.

Outro trabalho pioneiro, mas agora voltado a estudar atitudes em relação a diferenças dialetais na própria língua, é o de Maria Isolete Pacheco Menezes Alves (1979), intitulado *Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo*, cujo objetivo era avaliar as atitudes linguísticas de nordestinos residentes em São Paulo quanto às variedades linguísticas nativas e paulistanas. Como resultado, Alves (1979) identificou que nordestinos de nível socioeconômico e cultural baixo tendiam a prestigiar as variedades

linguísticas paulistanas em detrimento de sua própria variedade. Em contrapartida, os informantes nordestinos de nível socioeconômico e cultural alto apresentavam atitudes mais positivas em relação à variedade de sua região ao mesmo tempo que julgavam falar “quase como paulistas” e mostravam, de fato, uma alteração em sua fala com o intuito de padronizá-la com a paulistana.

Botassini (2013), em sua tese *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábica no Norte do Paraná*, objetivou investigar as crenças e as atitudes linguísticas de falantes norte-paranaenses, cariocas e gaúchos, todos residentes no Norte do Paraná, em relação ao uso dos róticos em coda silábica. A importância dessa pesquisa para esta dissertação está no fato de a autora analisar crenças e atitudes linguísticas de informantes norte-paranaenses e, embora a concordância verbal não fosse o fenômeno analisado, foi um assunto que recorrentemente apareceu nas respostas dos informantes entrevistados por Botassini (2013).

Dentre os resultados obtidos pela pesquisadora, destacam-se aqueles que dialogam com a pesquisa aqui proposta. Ao serem questionados sobre o modo como conseguem identificar que uma pessoa é norte-paranaense, os cariocas, por exemplo, destacaram a ausência de concordância na fala da região. Aliás, segundo os próprios norte-paranaenses, “o falar do Norte do Paraná tem muita influência da ‘roça’, ‘um jeito caipira de falar’ e que [os norte-paranaenses] não costumam fazer as concordâncias” (BOTASSINI, 2013, p. 196). Não à toa, em suas considerações finais, a autora lança o seguinte questionamento: “Será que a falta de concordância, o rotacismo, a assimilação nos gerúndios, dentre outros fatos, tão comentados por informantes cariocas e gaúchos, são mesmo marcas dialetais produzidas com mais frequência pelos norte-paranaenses?” (BOTASSINI, 2013, p. 217).

No artigo *Evidências sociais: avaliação social da variação na concordância verbal no português brasileiro*, Novais (2020) visa a evidenciar a avaliação social a respeito da variação na concordância verbal de 3.^a pessoa do plural. Para tanto, a autora analisa instrumentos normativos (manuais), matérias, reportagens e *memes* compartilhados nas redes sociais. Após analisar seu *corpus*, a autora afirma que a forma não marcada de concordância é “estigmatizada, seja por não estar prevista em gramáticas tradicionais ou por ser mais frequente na fala de pessoas menos escolarizadas” (NOVAIS, 2020, p. 27). Completa ainda que tal uso pode levar um indivíduo a ser alvo de piadas e de correções explícitas, isto é, vítima de preconceito linguístico.

Também em 2020, foi publicada a dissertação *Concordância verbal em português: um estudo sobre atitudes linguísticas em duas escolas públicas de Monte Azul Paulista – SP*, de Rafaela Regina Ghessi, que objetivou investigar as atitudes linguísticas de professores e de alunos de duas escolas públicas de Monte Azul Paulista (SP) em relação à concordância verbal de 3.^a pessoa do plural. Para isso, Ghessi (2020) solicitou, primeiramente, que os alunos produzissem uma redação, a fim de selecionar e quantificar as ocorrências de concordância verbal. Em um segundo momento, foram aplicados dois testes de atitudes linguísticas. Após fazerem a leitura de dois textos – um mais próximo da norma culta, isto é, com concordância e outro mais distante, sem concordância –, alunos e professores responderam discursivamente a algumas questões, como “É possível identificar se os trechos são escritos por pessoas diferentes? Justifique.”, “É possível ver diferenças entre os dois trechos? Aponte algumas.” (GHESSI, 2020, p. 66). Por fim, discentes e docentes avaliaram o perfil social dos produtores dos textos por meio dos adjetivos *competente, inteligente, rico, analfabeto, burro, caipira, desempregado, boa pessoa, honesto, bonito e confiante*.

Quanto aos resultados, Ghessi (2020) aponta que, na produção escrita dos alunos, prevaleceu a marca explícita de concordância verbal. Em relação às atitudes, verificou-se que o autor do fragmento com marcas de concordância foi avaliado de forma mais favorável, enquanto o produtor do texto sem concordância foi avaliado como “+Analfabeto”, “+Burro”, “+Caipira” e “+Desempregado”. Segundo a autora, notou-se que “a não realização do traço morfológico de número possui um valor sociolinguístico negativo e é uma maneira de desqualificar o falante da língua” (GHESSI, 2020, p. 119). Além disso, “as respostas dos testes confirmaram o prestígio da variante com a marcação de plural, indicando, portanto, o valor de uma variedade orientada para a ascensão social” (GHESSI, 2020, p. 08). Por fim, constatou-se que as crenças e as atitudes dos alunos correspondem às de seus professores, evidenciando que “o contexto escolar é um ambiente favorável para se reforçar crenças e atitudes frente às variedades linguísticas, principalmente àquelas que carregam consigo valores de classe baixa” (GHESSI, 2020, p. 118).

4. CONCORDÂNCIA VERBAL

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) lista a concordância verbal como um dos aspectos relacionados ao estudo da Sintaxe. De forma geral, afirma-se que a concordância verbal acontece quando o verbo concorda com o sujeito (cf. CEGALLA, 2008; BECHARA, 2009; PERINI, 2010; dentre outros).

Azeredo (2013) e Cunha e Cintra (2017) afirmam que essa concordância acontece quando o verbo se flexiona e se conforma ao número e à pessoa do sujeito, como em *eu estudo, tu estudas, ele estuda, nós estudamos, vós estudais e eles estudam*. Castilho (2016) pondera que “essa conformidade implica [...] redundância de formas, ou seja, se houver marcação de plural no sujeito haverá marcação de plural no verbo” (p. 411).

A seguir, o Quadro 1 apresenta, de forma resumida, a maneira como algumas gramáticas tradicionais conceituam a concordância verbal.

Quadro 1 – A concordância verbal de acordo com as gramáticas tradicionais

Referência	Declarações sobre a concordância verbal
CEGALLA, 2008, p. 450.	O verbo concorda com o sujeito.
BECHARA, 2009, p. 543, grifo do autor.	Diz-se <i>concordância verbal</i> a que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o predicativo) e o verbo da oração.
AZEREDO, 2013, p. 227, grifo do autor.	O verbo se flexiona em concordância com o número e a pessoa do sujeito (1. ^a , 2. ^a e 3. ^a pessoas, no singular, ou no plural, como na distinção entre <i>eu trabalho/ tu trabalhas/ você trabalha/ ele trabalha/ nós trabalhamos/ vós trabalhais/ vocês trabalham/ eles trabalham</i>).
BUENO, 2014, p. 451.	Como regra geral, o verbo, termo essencial da oração, concorda com o sujeito em número e pessoa.
CUNHA; CYNTRA, 2017, p. 510.	1. A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito. 2. A CONCORDÂNCIA evita a repetição do sujeito, que pode ser indicada pela flexão verbal a ele ajustada.

Fonte: Elaborado pela autora.

Vieira (2013) condensa as regras de concordância apresentadas pelas gramáticas tradicionais em três grandes grupos. No primeiro, explica-se que, quando o sujeito é constituído por apenas um núcleo, o verbo deve concordar em número e em pessoa com esse termo, por exemplo: “Eu comprarei a casa”. Os casos em que o sujeito é constituído por dois ou mais núcleos enquadram-se no segundo grupo, o qual estabelece que, quando

um dos núcleos for primeira pessoa, o verbo deve fazer a concordância em primeira pessoa, por exemplo: “Eu e ela compraremos a casa”; o verbo deve ficar em segunda pessoa quando um dos núcleos estiver em segunda pessoa, por exemplo: “Tu e ela comprareis a casa”; por fim, o verbo só ficará na terceira pessoa quando todos os núcleos estiverem em terceira pessoa, por exemplo: “Pedro e ela comprarão a casa”. O último grupo apresentado é aquele que enquadra as regras particulares, as exceções, que são os casos que envolvem “[...] expressões partitivas de quantidades aproximadas; os pronomes relativos *que* e *quem*; os pronomes interrogativos; os conectivos *ou*, *nem* ou *com* [...] entre outros” (VIEIRA, 2013, p. 86, grifo do autor).

Apesar de as gramáticas tradicionais, invariavelmente, conceituarem a concordância verbal da mesma maneira e apresentarem as prescrições expostas por Vieira (2013), outros estudiosos declaram o seguinte sobre a concordância verbal:

Quadro 2 – A concordância verbal de acordo com as gramáticas descritiva e funcionalista

Gramática	Declarações sobre a concordância verbal
PERINI, 2010, p. 273.	<p>“Tradicionalmente se entende a concordância verbal como uma espécie de harmonia entre o verbo e um dos termos da oração, o sujeito: o verbo assumiria certa forma conforme o SN que preenche a função de sujeito. [...] Essa análise não é adequada e [...] é preciso elaborar um novo conceito desse fenômeno”.</p> <p>Segundo o autor, importa a relação semântico-sintática estabelecida entre verbo e SN, com o qual seu sufixo pessoa-número apresenta compatibilidade e, adicionalmente, com o qual está em uma relação de redundância em termos de papel temático. Por exemplo, em “Eu matei o lobo.”, o papel temático de agente está tanto no SN “eu” como no sufixo “-i”, ambos na primeira pessoa e no singular.</p>
CASTILHO, 2016, p. 411-413.	<p>A concordância é a conformidade morfológica entre uma classe (neste caso, o verbo) e seu escopo (neste caso, o sujeito). Essa conformidade implica, portanto, na redundância de formas, ou seja, se houver marcação de plural no sujeito haverá marcação de plural no verbo.</p> <p>As regras de concordância no PB estão sujeitas a regras variáveis, dependendo de um conjunto de fatores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Saliência morfológica; 2. Proximidade/distância entre o verbo e o sujeito; 3. Posição do sujeito na sentença; 4. Paralelismo linguístico; 5. Nível sociocultural dos falantes.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme os autores, a marcação da concordância verbal pode ocorrer motivada por outras razões além daquelas prescritas pelas gramáticas tradicionais, que pressupõem regras únicas e estáticas, que geram uma análise não adequada sobre o fenômeno. De fato,

essas regras logram maior importância na língua escrita; entretanto, na fala, há outros fatores atuando, além dos linguísticos, que podem condicionar a forma como os falantes da língua portuguesa brasileira realizam a concordância.

Diferentes pesquisas têm procurado expor as razões motivadoras das mudanças ocorridas na marcação ou não da concordância verbal.

Galves (1993, p. 403) afirma que a concordância verbal no português falado do Brasil foi enfraquecendo ao longo dos anos e apresenta, como uma das razões, a perda da morfologia flexional relacionada à segunda pessoa do singular:

[...] o enfraquecimento do elemento de concordância correspondia à perda da segunda pessoa do singular na morfologia flexional, produzindo um sistema em que a pessoa funciona como um traço sintático (\pm pessoa), contrastando com um sistema fundado na oposição entre as três pessoas do discurso.

A autora, dessa forma, evidencia a existência de uma mudança no paradigma pronominal do português brasileiro, que influencia diretamente a concordância, corroborando a ideia de que essa mudança originou uma nova gramática no Brasil.

Duarte (1993) elucida como ocorreu a simplificação nos paradigmas flexionais do português brasileiro, que pode ser vista no Quadro 3:

Quadro 3 – Evolução nos paradigmas flexionais do português

Pessoa	Número	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1. ^a	singular	canta-o	canta-o	canta-o
2. ^a direta	singular	canta-s	—————	—————
2. ^a indireta	singular	canta-0	canta-0	canta-0
3. ^a	singular	canta-0	canta-0	canta-0
1. ^a	plural	canta-mos	canta-mos	canta-0
2. ^a direta	plural	canta-is	—————	—————
2. ^a indireta	plural	canta-m	canta-m	canta-m
3. ^a	plural	canta-m	canta-m	canta-m

Fonte: Duarte (1993, p. 109).

A partir do Quadro 3 (DUARTE, 1993), nota-se que o paradigma flexional brasileiro evoluiu de um sistema com seis formas distintas (paradigma 1) para um segundo paradigma com quatro formas, em consequência da perda da segunda pessoa direta. Este segundo paradigma (encontrado, conforme a autora, na língua escrita e na fala de pessoas pertencentes a uma faixa etária mais elevada) coexiste com um terceiro, marcado por apenas três formas, resultado da troca do pronome “nós” pelo pronome “a gente”, o qual faz concordância com a terceira pessoa do singular. Como consequência

dessa mudança de paradigmas, há modificação também na representação do sujeito pronominal, assim como indicam os estudos de Galves (1993).

Camacho (1993, p. 101) afirma que a pluralidade “[...] é, ao lado do gênero, uma das noções mais concretas veiculadas por categorias mórficas de flexão”. Ela pode ser indicada por diferentes formas, de acordo com as estratégias de cada língua. No português, por exemplo, o verbo veicula mais informações, conseqüentemente é permitido que categorias vazias ocupem a posição de sujeito. Além disso, o português pertence ao parâmetro *pro-drop*; nesse parâmetro, “[...] o pronome sujeito e a concordância verbal são redundantes, de modo que elas podem prescindir comumente do SN na função de sujeito” (CAMACHO, 1993, p. 102). Há também uma propriedade que explica o porquê de o sujeito poder ser nulo nas línguas com esse parâmetro: “Essa propriedade é a própria flexão verbal, desdobrada em tempo e concordância (marcas de gênero, número e pessoa), que funciona como regente apropriado para a posição de sujeito” (CAMACHO, 1993, p. 102).

O autor pondera que, na sentença, a informação de pluralidade pode ser comprometida pela supressão de marcas flexionais no verbo. Na mesma direção, algumas explicações funcionalistas também destacam a importância da preservação da marca da pluralidade, como o processo funcional de natureza compensatória, no qual, na variedade não padrão, nota-se uma relação entre estratégias de pronominalização e concordância, já que, ao se esvaziar a concordância verbal, tende-se a preencher a posição de sujeito.

O autor aponta, ainda, a necessidade de verificar “[...] se, na interação dos processos nominal e verbal de marcação de pluralidade, causas estritamente estruturais afetam a retenção ou preservação da marca de plural na 3.^a pessoa do verbo” (CAMACHO, 1993, p. 103). O autor faz uma comparação em relação à marcação da concordância entre a 1.^a e a 3.^a pessoas e pondera que “sendo o próprio falante o ponto universal de referência, é óbvio que a maior variação em termos das categorias reside justamente na 3.^a pessoa”. Há diferença no grau de estigmatização entre concordância de 1.^a e de 3.^a pessoas; nesta, a ausência da concordância é mais elevada quando comparada àquela. Constata-se, assim, que a 1.^a pessoa é a mais preservada até mesmo na variedade popular que tende a simplificar, de forma mais acentuada, o sistema de conjugação verbal.

Camacho (1993) afirma que a concordância verbal no português brasileiro é um fenômeno gramatical que está sujeito à variação, ou seja, esse processo sintático não é uma regra categórica e sua aplicação não é invariável. Segundo o autor, a concordância verbal

não é aplicada frequentemente pelas camadas populares, algo que também acontece nas variedades cultas; destaca também que os fatores de natureza extralinguística governam a natureza não padrão. Para ele, há uma influência tanto de fatores linguísticos quanto de fatores extralinguísticos na realização ou não da concordância verbal, já que esse fenômeno é afetado por fatores de ordem externa, os quais derivam da diversidade sociocultural.

Também Vieira (2013) afirma que “[...] estudos sociolinguísticos revelam que a concordância verbal constitui um fato variável, ou seja, a concordância pode ser concretizada ou não pelo usuário da língua em função de fatores diversos de natureza linguística ou extralinguística” (p. 87).

Diante dessas ponderações, passa-se, neste momento, a apresentar alguns estudos sociolinguísticos que tratam de analisar a concordância verbal.

4.1 ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS SOBRE CONCORDÂNCIA VERBAL

Em estudos sobre a variação da concordância verbal, Scherre e Naro (1998) apontam que “[...] o português vernacular do Brasil apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número, exibindo variantes explícitas e variantes zero (**0**) de plural em elementos verbais e nominais” (p. 509, grifo dos autores). Casos como “Eles COMEM demais” e “Elas FALAM muito” ilustram as variantes explícitas; já “Eles COME**0** demais” e “Elas FALA**0** muito” apresentam a variante zero.

Os autores afirmam que “[...] os processos variáveis de concordância de número do português vernacular do Brasil evidenciam um sistema perfeito, correlacionado a variáveis linguísticas e sociais” (SCHERRE; NARO, 1998, p. 509-510). Para evidenciar como ocorre a concordância verbal no português brasileiro, Scherre e Naro (1998) analisaram gravações extraídas do banco de dados do *corpus* Censo do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL). Os autores examinaram a influência de duas variáveis linguísticas – saliência fônica e posição do sujeito em relação ao verbo – e a de três variáveis extralinguísticas – anos de escolarização, sexo e faixa etária.

Ao considerar a variável saliência fônica, Scherre e Naro (1998, p. 511) apresentam dois critérios que estabelecem a hierarquia da saliência: “[...] (1) presença ou ausência de acento na desinência e (2) quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural”. A partir do primeiro critério, “estabelecem-se dois níveis de saliência e, dentro de cada nível, distinguem-se três categorias que refletem a diferenciação material

fônica da relação singular/plural, resultando uma escala de seis níveis” (SCHERRE; NARO, 1998, p. 511).

O nível 1 (oposição não acentuada) contém os pares que, na oposição singular/plural, não apresentam acentuação dos segmentos fonéticos em ambos os membros. Esse nível se subdivide em 3 categorias: “1a: não envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural; 1b: envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural; 3a: envolve acréscimo de segmentos na forma plural” (SCHERRE; NARO, 1998, p. 511). Já o nível 2 (oposição acentuada) é formado pelos pares que, na oposição singular/plural, apresentam acentuação dos segmentos fonéticos em pelo menos um membro da oposição. Subdivide-se da seguinte maneira:

2a: envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural; 2b: envolve o acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural; 2c: envolve acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural; mudanças vocálicas na desinência, mudanças na raiz, e até mudanças completas (SCHERRE; NARO, 1998, p. 512).

Os resultados obtidos por meio dessa classificação evidenciam que os menores níveis de saliência desfavorecem a concordância com marcas explícitas de plural, enquanto os níveis mais altos a favorecem. Assim, de forma geral, pode-se afirmar que as formas não acentuadas desfavorecem a concordância, enquanto as acentuadas a propiciam.

Ao focalizar a divisão dos dados de acordo com os anos de escolarização dos falantes, constataram que, nos dados dos falantes menos escolarizados, a escala da saliência fônica ficou mais evidente. Nesse caso, constata-se uma grande relação entre os fatores linguísticos e extralinguísticos, pois se pressupõe que os anos de escolarização dos falantes têm relação direta com a nitidez da escala de saliência fônica na concordância verbal.

Quanto ao segundo fator linguístico, variável posição, Scherre e Naro (1998, p. 516) apontam que a presença do sujeito e a sua posição em relação ao verbo interferem na concordância verbal. Quatro fatores dessa variável são focalizados: “1) Sujeito imediatamente anteposto; 2) Sujeito anteposto separado do verbo por 1 a 4 sílabas; 3) Sujeito anteposto separado do verbo por 5 ou mais sílabas; 4) Sujeito posposto ao verbo”. Com a análise dos dados, indicam que sujeito anteposto ou mais próximo ao verbo favorecem a marcação explícita da concordância verbal, que é desfavorecida pelo sujeito posposto e pelo sujeito anteposto distante do verbo. Pode-se dizer que, independentemente

da escolarização dos falantes, “a posição à esquerda [...] favorece mais marcas explícitas de plural do que a posição à direita” (SCHERRE; NARO, 1998, p. 518).

Scherre e Naro (1998) apresentam também os dados relacionados às variáveis extralinguísticas. Segundo os estudiosos (1998), dentre essas variáveis, as mais significativas são o sexo e o grau de escolaridade. Isso acontece, respectivamente, porque pessoas com mais anos de escolarização foram expostas à correção gramatical por mais tempo, enquanto as do sexo feminino respeitam, de forma mais evidente, as regras sociais estabelecidas, já que tendem a ser mais sensíveis às variantes prestigiadas socialmente.

Os resultados da pesquisa de Scherre e Naro (1998) enfatizam que os aspectos linguísticos e os sociais afetam diretamente a estruturação da variação na concordância verbal do português falado no Brasil, o que permite prever quais as estruturas linguísticas e quais as situações sociais que propiciam a colocação (ou não) de todas as marcas formais de plural.

Em outro estudo, Scherre (2005a) contesta uma colocação manifestada por João Gabriel Lima¹⁰. Em reportagem à Revista Veja, ao tratar da aceitabilidade dos usos variáveis da concordância verbal no português brasileiro, Lima (2001) assim se manifesta: “Trata-se de um raciocínio torto [...] que idealiza tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do ‘povo’.” (LIMA, 2001, p. 112 *apud* SCHERRE, 2005a, p. 116). Tal opinião é refutada por Scherre (2005a), que afirma ser um desserviço o posicionamento da mídia brasileira, que insiste em propagar a ideia de que somente os usos linguísticos de prestígio são corretos, se considerada a estrutura linguística. Posto isso, a autora apresenta resultados de estudos sobre o imperativo e sobre a concordância de número a fim de defender que,

em matéria de linguagem, temos tendência a rotular de *erradas* PREDOMINANTEMENTE as formas que fazem correção estreita com classe social, mesmo que, consciente ou inconscientemente, façamos uso destas mesmas formas na fala espontânea e na escrita revisada (SCHERRE, 2005a, p. 117, grifo da autora).

A começar pelo modo imperativo, após analisar enunciados veiculados na mídia, há, de acordo com Scherre (2005a), um uso que corresponde ao prescrito pelas gramáticas, ou seja, predominam os usos do imperativo na forma subjuntiva, o que não significa que haja pleno domínio em relação às regras. Em contrapartida, a autora afirma que, na

¹⁰ Trata-se do jornalista responsável pela matéria de capa da edição n.º 1.725 da revista *Veja*, *Falar e escrever bem*, a qual gerou as reflexões feitas por Scherre (2005a).

oralidade, os dados são divergentes: em Brasília, em Minas Gerais, em Goiás e no Rio de Janeiro, em enunciados no singular, “[...] 90% dos enunciados imperativos são expressos pelas formas hoje associadas ao modo indicativo, sem correlação evidente com o pronome *tu*.” (SCHERRE, 2005a, p. 120). Tal informação é relevante, porque, se considerada a prescrição, a maioria da população brasileira falaria “errado”, uma vez que não há concordância entre verbo e sujeito, no caso, entre o verbo e *você*, forma pronominal preponderante no Brasil. Mais interessante ainda, conforme a linguista, é o fato de esse uso não ser estigmatizado, associado ao sentimento de “não falar bem”. Ao verificar as produções direcionadas ao interlocutor plural, a autora reafirma a sistemática anterior: apenas o verbo na forma subjuntiva é capaz de assegurar uma ideia imperativa, sendo o *vós* a única exceção.

Scherre (2005a) busca entender o porquê de esse suposto erro não ser consciente entre os falantes. Segundo ela, a resposta está na esfera social: “A variação no uso do imperativo não distingue grupos sociais. Não existe estigma social evidente vinculado ao uso do imperativo [...]. As duas formas não são marcas de prestígio e nem são usadas como estereótipos” (SCHERRE, 2005a, p. 122-123). O que acontece, por exemplo, com fenômenos de concordância cuja variação, embora linguisticamente sistemática, diferencia os grupos sociais. Mesmo que todos os falantes, em algum momento, deixem de concordar conforme prevê a gramática, as pessoas que não o fazem são estigmatizadas, porque “tendem a fazer mais concordância pessoas de classes com mais prestígio social; tendem a fazer menos concordância pessoas de comunidades com menos prestígio social” (SCHERRE, 2005a, p. 123). Partindo desse pressuposto, a autora defende que, diferentemente da variação do imperativo, a da concordância de número é vista socialmente como erro, uma vez que possui marca de classe social.

Ao destacar a questão da concordância de número, Scherre (2005a) enfatiza que, segundo estudos linguísticos, não há diferença regional no uso da marca explícita de concordância, ou seja, esta variação acontece de maneira uniforme do Sul ao Norte do País. Além disso, seja na fala espontânea, seja na escrita monitorada, são uniformes também os fatores que condicionam a variação. Os principais são estes: posição do sujeito em relação ao verbo, núcleo do sujeito com adjunto ou complemento preposicionado e núcleo do sujeito não humano no singular, seguido de núcleo do adjunto ou do complemento no plural.

Ainda se ancorando em estudos linguísticos, Scherre (2005a, p. 134) defende que “a concordância verbal em português não é regida pelo núcleo do sujeito, mas por traços, que podem aparecer também em outras funções sintáticas, a saber, no núcleo do adjunto ou do complemento nominal e no núcleo do predicativo”. Em outras palavras, “quanto mais fraco for o núcleo do sujeito [...] mais o controle da concordância é assumido por traços mais fortes, presentes em outro ponto da estrutura [...] – que tem flexão de número” (SCHERRE, 2005a, p. 135).

Ainda sobre fatores que determinam a presença ou não de marca explícita de concordância verbal, Scherre (2005a) elenca mais um: caso todos os elementos de um sujeito plural estejam com marcas explícitas, o verbo e o predicativo tendem a apresentar marca de plural também; em contrapartida, o verbo e o predicativo tendem a ficar no singular se, no sujeito, os últimos elementos não apresentarem as marcas de plural. A autora discute, como exemplo, os casos de concordância que envolvem adjunto em estruturas de sujeito percentual. Segundo ela, é mais natural que a concordância aconteça com o adjunto, não com a porcentagem.

Em algumas gramáticas tradicionais, inclusive, verifica-se que a concordância com o sujeito que contém expressões de porcentagem não é unânime. Para Cegalla (2008, p. 470, grifo nosso), o “verbo *deve* concordar com o número expresso na porcentagem”, por exemplo: “A sondagem revelou ainda que 73% da população *acreditam* que a situação do país piorou.” (CEGALLA, 2008, p. 470, grifo do autor). Já Bechara (2009, p. 566) admite que “a tendência é fazer concordar o verbo com o termo preposicionado que especifica a referência numérica”, como em “Trinta por cento *do Brasil assistiu* à transmissão dos jogos da Copa” e em “Trinta por cento *dos brasileiros assistiram* aos jogos da Copa” (BECHARA, 2009, p. 566, grifo do autor). Para ambos os gramáticos, porém, há um consenso: trata-se de um caso especial de concordância.

Levanta-se, então, a seguinte questão: por que alguns casos de concordância variável são tidos como erro e outros como casos especiais? De acordo com Scherre (2005a), a resposta está nas marcas sociais que a variação carrega, isto é, os casos especiais de variação, como acontece com a variação do sintagma com porcentagem, não carregam marcas de estigma; já os casos mais frequentes de variação, como *Os brasileiro se vacinou*, são taxados de erro, pois se relacionam a determinado grupo social.

Não se trata, portanto, de uma distinção linguística, mas sim social, o que pode ser assim esquematizado:

Figura 2 – Caso especial de concordância *versus* erro de concordância

CASO PARTICULAR	ERRO
-----	-----
+ prestígio social	- prestígio social

Fonte: Elaborada pela autora.

Para concluir a discussão, Scherre (2005a, p. 138) reitera que, “em matéria de linguagem, temos a tendência quase compulsiva de rotular de *erradas* as formas que fazem correlação estreita com classe social” (grifo da autora), embora se saiba que a variação da concordância verbal é inerente ao sistema linguístico, aparecendo no uso linguístico de todos os falantes nativos.

Também Scherre (2005b), em seu texto *Variação linguística, mídia e poder*, visa à desconstrução de preconceitos linguísticos, tantas vezes difundidos pela mídia brasileira. Para tanto, ela parte do princípio de que, a considerar as estruturas linguísticas, não é verdadeira “a visão de que há línguas estruturalmente melhores do que outras; mais ricas e mais complexas” (SCHERRE, 2005b, p. 39). O que há, de fato, é o fator social atuando nessa crença, já que, embora as pessoas de classe prestigiada também produzam formas consideradas equivocadas, são vítimas de preconceito aqueles que vêm de classe inferior, indicando que “As questões que envolvem a linguagem não são simplesmente linguísticas; são, acima de tudo, ideológicas.” (SCHERRE, 2005b, p. 43).

Posto isso, Scherre (2005b), ao analisar um texto veiculado pelo *Correio Braziliense*, mais especificamente o trecho “*A gente organizamos. Eles garante. [...]*” (SQUARISI, 1995 *apud* SCHERRE, 2005b, p. 45), busca argumentar contra a afirmação de que “a concordância foi nocauteada” nesses usos. Para tanto, apresenta resultados científicos acerca de cada caso de concordância constante no discurso.

A começar pela oração “*A gente organizamos*”, Scherre (2005b) afirma que tal construção não é encontrada somente no Brasil; segundo a autora, ela é recorrente no português europeu, em que a concordância referencial, em diferentes casos, é mais comum que a gramatical. Já no português brasileiro, ancorando-se nos estudos de Naro, Görski e Fernandes (1999) e Mattos (2001), Scherre (2005b) consegue sintetizar a concordância com *a gente* da seguinte maneira: quando o sujeito está imediatamente antes do verbo, em contexto de tempo presente, o uso do verbo no plural é menos favorecido; em contrapartida, o uso da forma plural com *a gente* é motivado por diferentes aspectos

linguísticos, como tempo verbal (pretérito *versus* não pretérito), tipo de sujeito (expresso ou oculto) e saliência fônica na oposição singular/plural, além dos fatores sociais que podem condicionar a não marcação.

Já em relação à construção “Eles garante”, Scherre (2005b) indica que ela acontece tanto no Brasil como em Portugal, inclusive na escrita monitorada. Para a autora, no enunciado em questão, é possível perceber a atuação da saliência fônica. De acordo com a pesquisadora, a oposição *garante/garantem* tem baixa saliência fônica, ou seja, a oposição singular/plural é pouco marcada foneticamente, o que favorece a ausência de concordância verbal no português brasileiro. Quando a forma verbal é mais marcada, conforme a autora e outros estudos linguísticos, a tendência é que apareça a marca explícita de plural no verbo.

Na sequência, a fim de elucidar outros fatores que tendem a condicionar a variação da concordância verbal na fala, a autora apresenta dados de Scherre e Naro (1997) sobre as variáveis presença, posição e distância do sujeito em relação ao verbo. A pesquisa dos autores, ratificando a de outros estudiosos, traz os seguintes resultados: a) a marca de plural é favorecida quando o sujeito vem expresso imediatamente à esquerda do verbo; b) o sujeito expresso mais distante indica um desfavorecimento relativo; c) quando há sujeito posposto, a marca explícita de concordância tende a não aparecer. Em uma correlação com os anos de escolarização, embora haja um aumento de concordância na fala de sujeitos expostos à escolarização por mais tempo, o efeito da presença, da posição e da distância do sujeito em relação ao verbo se mostra uniforme para todos os indivíduos. A Tabela 1 apresenta os dados da pesquisa que embasaram tais conclusões.

Tabela 1 – Marcas explícitas de plural nos verbos em função das variáveis presença, posição e distância do sujeito em relação ao verbo, segundo Scherre e Naro (1997)¹¹

Falantes →		Todos os falantes	Falantes de 1 a 4 anos de escolarização	Falantes de 5 a 8 anos de escolarização	Falantes de 9 a 11 anos de escolarização
Fatores					
Sujeito imediatamente anteposto ao verbo	Freq. Peso relativo	1529/1857=82% 0,62	507/684=74% 0,63	628/716=88% 0,65	394/457=86% 0,6
Sujeito anteposto separado do verbo por 1 a 4 sílabas	Freq. Peso relativo	756/1025=74% 0,55	246/402=61% 0,53	291/365=88% 0,55	219/260=84% 0,55
Sujeito anteposto separado do verbo por 5 ou mais sílabas	Freq. Peso relativo	83/135=61% 0,39	25/46=54% 0,44	26/45=58% 0,3	32/44=37% 0,4
Sujeito posposto ao verbo	Freq. Peso relativo	50/194=26% 0,08	13/72=18% 0,07	22/80=27% 0,07	15/42=36% 0,06
Sujeito zero próximo ¹²	Freq. Peso relativo	731/1166=63% 0,35	223/452=85% 0,32	309/453=68% 0,34	199/261=76% 0,37
Sujeito zero distante ¹³	Freq. Peso relativo	220/255=86% 0,63	111/131=85% 0,71	82/95=86% 0,54	27/29=93% 0,72
Total de dados		3369/4632=73%	1125/1787=63%	1358/1752=78%	886/1093=81%

Fonte: Scherre (2005b, p. 55).

Em posse desses resultados, Scherre (2005b) afirma que a variação é inerente a qualquer língua natural; por isso, quando um falante deixa de apresentar a concordância explícita, ele está simplesmente sendo um falante normal. O problema, nesse caso, não é linguístico, mas sim social, já que a ausência de concordância é estigmatizada por estar associada à fala das classes sociais menos prestigiadas. Ainda segundo a autora, “a

¹¹ A Tabela 1 (SCHERRE, 2005b) reproduz alguns resultados da análise de Scherre e Naro (1997).

¹² Nas definições de Scherre (2005b, p. 53): “sujeito zero próximo ao verbo (numa sequência de 10 cláusulas sem interrupção pelo entrevistador)”.

¹³ Nas definições de Scherre (2005b, p. 54): “sujeito zero distante do verbo (numa sequência de 10 cláusulas com interrupção do entrevistador, numa sequência de mais 10 cláusulas ou com referência na fala do entrevistador)”.

variação na concordância de número [...] apresenta, na fala, as mesmas tendências sistemáticas em todas as regiões brasileiras, com influência regular de diversas variáveis” (SCHERRE, 2005b, p. 69), algo impressionante. Para finalizar, pondera que os resultados de pesquisas sociolinguísticas “se prestam bem para evidenciar que as pessoas não estão desrespeitando acordos linguísticos tácitos; estão, sim, *cumprindo acordos linguísticos tácitos*” (SCHERRE, 2005b, p. 67, grifo da autora), afinal, todos dominam e têm internalizadas as mesmas regras.

Rodrigues (2006) defende que, em uma comunidade urbana, há duas variedades extremas da fala usual: a variedade culta e a popular. Segundo ela, a ideia de que exista uma variedade linguística popular se fundamenta no fato de as sociedades humanas serem estratificadas. Essa estratificação social “é constituída subjetivamente pelas atitudes de seus membros com relação a si mesmos e aos outros integrantes de outras possíveis camadas, tendo em vista suas posições relativas dentro de uma hierarquia” (RODRIGUES, 2006, p. 91), o que se manifesta também nos usos linguísticos da população. Tomando por base a cidade de São Paulo, ela argumenta ser a concordância verbal um item linguístico adequado para exemplificar as características do português popular nessa localidade.

A autora, com base no *Proyecto de Estudio del Habla Culta de las Principales Ciudades de Hispanoamérica* e no Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta, argumenta que a fala culta encontrada em São Paulo é representada pelo falante de formação universitária, nascido na região em questão; em contrapartida, a variedade popular é utilizada por falantes não escolarizados, que tiveram nenhum ou pouco acesso à escola por terem sido expulsos dela e que residem nos centros urbanos brasileiros.

Esses indivíduos, por estarem distantes da escola e dos veículos de comunicação e por, em grande parte, serem provenientes da zona rural ou descendentes de migrantes rurais, “tendem a manter os hábitos linguísticos adquiridos em sua comunidade de origem, pondo em prática as regras gramaticais que incorporaram a partir de suas experiências enquanto parte de um grupo social específico” (RODRIGUES, 2006, p. 95).

Assim, considerando o conceito de “rurbano”¹⁴, Rodrigues (2006) busca evidenciar como as variedades rurbanas evidenciam um processo de corporação de traços característicos das variedades urbanas, sendo as regras de concordância verbal um exemplo

¹⁴ Termo usado por Bortoni-Ricardo (2021, p. 50) para identificar “falantes das classes mais baixas, não alfabetizadas, ou semialfabetizadas, que vivem na periferia das áreas urbanas e que, na maioria dos casos, têm antecedentes rurais”.

disso. Para tanto, a autora apresenta índices referentes à primeira pessoa do plural (identificada por ela como P4) e à terceira pessoa do plural (identificada como P6).

Foram coletados dados por meio de 40 inquéritos realizados e gravados pela pesquisadora em favelas da periferia de São Paulo (zona oeste). Foram entrevistados 16 homens e 26 mulheres, analfabetos e com pouca escolaridade, pertencentes a três faixas etárias (de 20 a 35 anos, de 35 a 50 anos e mais de 50 anos), provenientes de São Paulo (capital), do Noroeste do Estado de São Paulo, do Norte do Paraná, do Norte de Minas Gerais, do Sul da Bahia e do Nordeste.

De modo geral, Rodrigues (2006) constatou que é mais frequente a não realização de marcas de plural em P6 (71%) do que em P4 (46%). A considerar a procedência dos informantes, os dados obtidos foram estes:

Tabela 2 – Frequência e probabilidade da não concordância verbal segundo a procedência dos informantes, conforme Rodrigues (2006).

Região	P4		P6	
	Frequência	Probabilidade	Frequência	Probabilidade
São Paulo (capital)	35/109 = 32%	.24	124/198 = 63%	.39
Noroeste do Estado de SP e Norte do Paraná	59/104 = 57%	.73	98/139 = 71%	.40
Norte de Minas Gerais e Sul da Bahia	189/406 = 47%	.42	547/734 = 75%	.71
Nordeste	38/74 = 51%	.63	189/285 = 66%	.49

Fonte: Rodrigues (2006, p. 98).

Pelos dados da Tabela 2, constata-se que, entre os informantes analfabetos e com baixa escolaridade, a concordância do verbo em P6 com o sujeito tende a não ser marcada, o que não acontece com P4. Quanto a esses resultados, a autora faz a seguinte ponderação:

[...] se, em tese, o falante popular tende a não usar marcas de flexão verbal número-pessoal, tal tendência é refreada, principalmente em P4, pelo modelo de realização dos grandes centros urbanos, que sugerem o emprego de formas verbais padrão, marca característica da língua popular urbana em contraste com a variedade rural. A concordância verbal em P4 constitui traço saliente do vernáculo popular da cidade grande: o migrante deve incorporá-lo ao seu vernáculo, para que se reforcem seus laços com a realidade social urbana (RODRIGUES, 2006, p. 98-99).

Ainda considerando os dados por região, chama a atenção os índices relacionados ao Noroeste do Estado de São Paulo e ao Norte do Paraná, principalmente quanto à P4, já que se identificaram a maior frequência (57%) e a maior probabilidade (.73) de não

marcação explícita de concordância verbal. Esse dado pode dar indícios do porquê de falantes de outros dialetos crerem que uma das marcas do dialeto do Norte do Paraná é a não realização de concordância verbal.

Quanto ao nível de escolaridade dos informantes, Rodrigues (2006) traz os seguintes dados, expressos na Tabela 3:

Tabela 3 – Frequência e probabilidade da não concordância verbal segundo o nível de escolaridade dos informantes, conforme Rodrigues (2006)

Escolaridade	P4		P6	
Nula	176/313 = 56%	.65	473/659 = 72%	.46
Até 4. ^a série	145/380 = 38%	.35	485/697 = 70%	.54

Fonte: Rodrigues (2006, p. 98).

Por meio da Tabela 3, nota-se uma possível atuação da escola, principalmente em relação ao sujeito de P6, uma vez que, se comparados os dois níveis de escolaridade investigados, há uma diminuição considerável na frequência de aplicação da concordância conforme a prescrição (de 56% para 38%) e um aumento significativo na probabilidade de marcação da concordância (de .35 para .65) entre os escolarizados.

Para Rodrigues (2006), a mudança do comportamento linguísticos dos indivíduos pode ser justificada pela estigmatização de construções como “nóis vai”, “nóis foi” entre os escolarizados dos grandes centros urbanos: “o erro de concordância verbal em P4 tem um peso social diverso do erro associado a formas verbais de P6, pois classifica o falante analfabeto e o encaixa no grupo de mais baixa posição da escala social” (RODRIGUES, 2006, p. 99). Em outras palavras, parece ser mais “comprometedor” o uso de construções como “nóis vai” do que construções do tipo “eles canta” e “eles vai”.

Naro e Scherre, em trabalho publicado em 2007, objetivaram analisar a relação entre preenchimento do sujeito pronominal e concordância variável no português brasileiro. A princípio, porém, os autores fazem uma imersão na história linguística, a fim de entender o processo sofrido pela concordância verbal na língua portuguesa. De acordo com eles, a variação da concordância, provavelmente, já existia, antes mesmo de a língua portuguesa chegar ao Brasil. Mais ainda, afirmam que “a variação existiu, e deve ter existido em quantidade suficiente para ser percebida e, posteriormente, eliminada da língua escrita normatizada que encontramos nos documentos clássicos.” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 163).

Avançando no tempo, Naro e Scherre (2007) enfatizam dois traços característicos e específicos encontrados no português brasileiro atual: a) “uso menos frequente [...] de concordância de número morfológicamente explícita” e “uso menos frequente [...] de sujeitos nulos, com conseqüente aumento no uso de pronomes sujeitos morfológicamente explícitos.” (NARO; SCHERRE; 2007, p. 163). Desse modo, os autores buscam compreender se a ausência de marcas de concordância nos verbos faz crescer o número de pronomes sujeitos explícitos, o que, segundo eles, parece lógico, pois haveria a compensação formal da ausência de marca de plural explícita nos verbos.

Inicialmente, Naro e Scherre (2007) analisam os dados da pesquisa de Naro (1981), a primeira em que se investigou a relação entre o uso de sujeitos e marcas verbais no português brasileiro. Diferentemente do esperado, constatou-se que a frequência de sujeitos explícitos era favorecida por verbos com concordância explicitamente marcada. Desse modo, “a tendência encontrada ia na direção do fortalecimento da redundância, quando uma marca explícita de plural era usada no verbo” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 167).

Na sequência, os autores analisam dados do *corpus* Censo¹⁵, composto por gravações com 64 falantes escolarizados na década de 1980. Ao compararem a relação entre sujeito pronominal explícito e marcas verbais de concordância também explícitas, Naro e Scherre (2007) chegam, novamente, à conclusão de que verbos com marca explícita de plural favorecem o preenchimento da posição sujeito com o pronome também no plural, e o mesmo paralelismo ocorre quando não há marcação. Nas palavras dos autores, “a ausência de morfema explícito de plural nos verbos tende a desfavorecer preenchimento do sujeito pronominal [...] ou, em outras palavras, tende a favorecer estrutura com sujeito pronominal nulo” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 169).

Naro e Scherre (2007) também analisam como o grau de saliência fônica pode favorecer ou não o uso de sujeitos explícitos. De acordo com os autores, há “mais uso do sujeito plural explícito quando a desinência verbal plural se apresenta sob uma forma pouco saliente e menos uso do sujeito quando a desinência exibe maior grau de saliência.” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 170). Para eles, uma das explicações para tal cenário se encontra na frequência aos bancos escolares, já que muitos professores corrigem o uso

¹⁵ Tais dados fazem parte do seguinte trabalho: OLIVEIRA E SILVA, G. M. de. *Estertores do possessivo seu na terceira pessoa*. In: OLIVEIRA, G. M. de; SCHERRE, M. M. P. (org.). *Padrões sociolinguísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1996. p. 171-181.

“desnecessário” de pronomes pelos alunos, isto é, o uso pronominal quando o verbo já possui a marca de plural.

Em um segundo momento, Naro e Scherre (2007), a fim de verificar a regularidade ou não do fenômeno, comparam dados referentes a duas comunidades diferentes: moradores de Teresina de Goiás, em Goiás, região Centro-Oeste, com baixa escolaridade (FERREIRA, 2003), e indivíduos cariocas, com formação universitária (DUARTE, 1995). Em relação aos goianos, mesmo com poucos dados de concordância, constatou-se que, na maioria dos casos, na 3.^a pessoa do plural, a presença de marcas explícitas no verbo favorece o preenchimento da posição sujeito. O mesmo, inclusive, acontece com o pronome nós: o uso explícito do pronome era favorecido pela marca de plural no verbo. Quanto aos falantes cariocas, novamente, o sujeito nulo é favorecido pela ausência de marcas de plural no verbo.

Naro e Scherre (2007) também comparam os números relacionados à marcação de concordância, sem fazer relação com a presença ou não de pronome na posição sujeito. Segundo os autores, há uma diferença radical com relação à concordância verbal: os resultados obtidos por meio da análise da fala de cariocas “[...] permitem inferir que a concordância de número plural chega perto de 100%, independentemente da pessoa gramatical. [...] Os dados de Ferreira [...], por sua vez, exibem ausência quase completa de concordância plural” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 174). Os índices contrastantes podem estar ligados a fatores extralinguísticos, uma vez que os informantes goianos pertencem ao extremo do *continuum* rural-urbano e do *continuum* oralidade-letramento, enquanto os cariocas fazem parte do grupo de falantes letrados urbanos (NARO; SCHERRE, p. 174).

Ao compararem os dados referentes ao *corpus Censo* com os de Duarte (1995), Naro e Scherre (2007) indicam que houve um aumento nas desinências explícitas de plural. Os autores associam essa elevação à frequência escolar, já que, nesse ambiente, a ausência de marcas de plural é estigmatizada e muito corrigida, bem como ao trabalho da mídia escrita e da falada, que reprimem o uso de variantes menos prestigiadas. Esses fatores podem induzir

os falantes, de forma mais ou menos consciente, a fazer um esforço para ter a sua posição social reconhecida por meio do uso de variantes avaliadas como de maior prestígio, supostamente mais corretas, tais como os verbos explicitamente marcados pelas desinências plurais correspondentes, na presença de um sujeito formal e semanticamente plural (NARO; SCHERRE, 2007, p. 175).

Para finalizar, Naro e Scherre (2007) reiteram como fatores extralinguísticos têm atuado na marcação explícita de concordância:

A presença de concordância [...] é uma mudança em direção à norma de prestígio e tem sido sistematicamente ensinada nas escolas por muitos anos, reforçada pelo imaginário coletivo como uma norma que deve ser seguida, especialmente com relação à fala do outro. Trata-se de um fenômeno muito saliente na percepção dos falantes, que, muitas vezes, especialmente nos contextos de maior saliência [...], emitem comentários negativos claros a respeito da falta de concordância (NARO; SCHERRE, 2007, p. 176).

Dessa forma, conforme Naro e Scherre (2007), a marca plural no verbo – tão cobrada e estigmatizada socialmente – pode ser a força que leva ao uso do sujeito pronominal. Inclusive, esse fenômeno segue o princípio do paralelismo linguístico, uma vez que a presença de desinências verbais provoca a presença de pronome plural, enquanto a ausência de desinências verbais condiciona a ausência de pronome plural.

Vieira (2013, p. 92), ao tratar da concordância verbal no português brasileiro, destaca que esse fenômeno está intimamente ligado a características sociolinguísticas: “O fenômeno da (não-) concordância é o caso prototípico de variação que identifica, discrimina, (des)valoriza o usuário da língua em termos sociais”, ou seja, é marcado pela diferenciação social, de cunho estigmatizante.

Segundo Vieira (2013), nenhuma variedade do português brasileiro apresenta, categoricamente, a marca de número na forma verbal; por isso, é importante compreender quais fatores influenciam o falante na aplicação ou na da regra de concordância. A autora destaca as particularidades apresentadas pelas gramáticas tradicionais ao classificarem as regras de concordância verbal, demonstrando a inconsistência no tratamento tradicional que ora usa critérios sintáticos ou morfológicos, ora semânticos e que admite que o verbo concorde com outros termos da oração que não o sujeito. Dessa maneira, mesmo que implicitamente, as gramáticas tradicionais legitimam a variabilidade da concordância verbal.

Ao se basear nos estudos linguísticos, Vieira (2013, p. 87) afirma que a concordância verbal é um fato variável, podendo ser realizada ou não pelo falante em função de diferentes fatores linguísticos e extralinguísticos. As variáveis linguísticas elencadas por Vieira (2013, p. 89) são as seguintes: posição do sujeito em relação ao verbo; distância entre o núcleo do sintagma nominal sujeito e o verbo; paralelismo no nível oracional; animacidade do sujeito; paralelismo no nível discursivo; saliência fônica; tempo

verbal e tipo de estrutura morfossintática. Segundo ela, os mais significativos são saliência fônica, paralelismo nos níveis oracional e discursivo e posição do sujeito em relação ao verbo.

Quanto à saliência fônica, a marca de concordância tende a ser apagada à medida que diminui o grau de saliência fônica na oposição singular/plural dos verbos, ou seja, formas foneticamente semelhantes nessa oposição, como “fala/falam”, tendem à não concordância, enquanto as formas mais distintas, “é/são” por exemplo, propiciam a concordância.

Em relação ao paralelismo nos níveis oracional e discursivo, Vieira (2013, p. 89) afirma que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”. No nível oracional, “[...] o menor número de marcas formais no sintagma nominal sujeito [...] conduz à ausência de marcas formais no sintagma verbal [...], ao contrário da presença de marcas, que faz diminuir o índice de não concordância” (VIEIRA, 2013, p. 90). Já no nível discursivo, “[...] quando se trata de verbos em série, a realização da forma do plural conduz à realização de outras formas de plural no contexto seguinte e a não realização da marca leva à não realização da marca” (VIEIRA, 2013, p. 90).

Sobre a posição do sujeito, Vieira (2013) constata que o cancelamento da marca de número do verbo é favorecido em situações em que o sujeito está posposto ao verbo. Em contrapartida, a concordância é favorecida pelo sujeito anteposto ao verbo, exceto nos casos em que os sintagmas nominais são retomados pelo pronome relativo “que”, o qual induz ao apagamento da concordância, já que não apresenta marca de número.

As variáveis animacidade do sujeito e distância entre o núcleo do SN sujeito e o verbo são instáveis em relação ao fenômeno e possuem influência secundária, sendo que o cancelamento da marca de concordância é favorecido quando o sujeito é inanimado, bem como a tendência à concordância diminui à medida que aumenta a distância entre o sujeito e o verbo (VIEIRA, 2013, p. 91).

O Quadro 4 resume as variáveis linguísticas que favorecem e que desfavorecem a concordância verbal, de acordo com Vieira (2013).

Quadro 4 – Variáveis linguísticas favorecedoras e desfavorecedoras da concordância verbal

VARIÁVEIS	CONTEXTOS FAVORECEDORES DA MARCA DE NÚMERO	CONTEXTOS DESFAVORECEDORES DA MARCA DE NÚMERO
Saliência fônica	Formas verbais de alto nível de saliência	Formas verbais de baixo nível da saliência
Paralelismo oracional	Verbo precedido de SN sujeito marcado	Verbo precedido de SN sujeito não marcado
Paralelismo discursivo	Verbo precedido de verbo com marca de plural	Verbo precedido de verbo sem marca de plural
Posição do sujeito	Sujeito anteposto	Sujeito posposto
Animacidade	Sujeito animado	Sujeito inanimado
Distância entre SN e SV	SN sujeito próximo ao verbo	SN sujeito distante do verbo

Fonte: Vieira (2013, p. 100).

Além dos fatores linguísticos, a autora aponta as variáveis extralinguísticas que também influenciam na aplicação da regra. A faixa etária, por exemplo, é um desses fatores. De forma geral, “[...] a tendência à não-concordância intensifica-se à proporção que aumenta a idade dos informantes, ou seja, quanto mais velho o informante, maior a falta de concordância” (VIEIRA, 2013, p. 91). Ao analisar a variável escolaridade, a autora constata que os fatores estruturais, isto é, as variáveis linguísticas atuam na (não) marcação explícita da concordância, independentemente dos anos de escolarização do indivíduo.

Rodrigues (2015), ao analisar os dados do Projeto Nurc/Brasil¹⁶, afirma que, entre os falantes cultos do Português Brasileiro (PB), prevalece a concordância verbal conforme as prescrições gramaticais, isto é, o verbo concorda em número e em pessoa com o seu sujeito sintático.

Ao considerar todos os casos de orações com sujeito de 3.^a pessoa do plural nos D2¹⁷ do *corpus* do Projeto Nurc/Brasil, Rodrigues (2015) constatou que, em um total de

¹⁶ O *corpus* do Projeto Nurc/Brasil é constituído de 350 horas de entrevistas gravadas nas décadas de 70 e de 90 do século XX, com informantes com nível superior completo, nascidos no Rio de Janeiro e filhos de pais preferencialmente cariocas (<https://nurcrj.lettras.ufrj.br/>).

¹⁷ Trata-se de dados obtidos por meio de diálogos entre dois informantes (<https://nurcrj.lettras.ufrj.br/>).

268 ocorrências, apenas 22 (8%) não receberam marcas de plural. Segundo ela, as variáveis que mais atuaram na (não) marcação da concordância verbal foram as seguintes: posição do sujeito em relação ao verbo; posição do sujeito e material interveniente; valor discursivo do sujeito (tema/rema).

Quanto à posição do sujeito em relação ao verbo, Rodrigues (2015) constata que, quando o sujeito antecede imediatamente o verbo, seguindo a ordem canônica em português (SVO), a relação sintática fica mais evidente, o que favorece a concordância verbal. Em contrapartida, quando o sujeito está posposto ao verbo, a relação sintática entre os termos se torna menos óbvia e, conseqüentemente, o plural tende a não ser marcado.

Em relação aos demais fatores analisados, Rodrigues (2015, p. 247) aponta que a concordância verbal tende a não ocorrer nos seguintes casos: i) sujeito posposto imediatamente aos verbos existenciais apresentacionais nas orações em que o sujeito constitui rema; ii) sujeito distante do verbo na fala do mesmo ou do outro participante do diálogo; iii) sujeito representado pelo pronome relativo “que” com antecedente no plural; iv) na segunda ou terceira oração, com sujeito vazio, de uma sequência de orações coordenadas; v) quando pausas de planejamento do discurso interrompem a interlocução; vi) com sujeito completo formado por núcleo no singular e modificador no plural adjacente ao verbo; vii) com verbos no infinitivo em orações reduzidas, sem conector de subordinação.

No *corpus* analisado, Rodrigues (2015) também verificou a ocorrência de casos de hipercorreção, que se deram com os verbos *ter* e *haver* com valor existencial, que apareceram no plural realizando a concordância com o objeto direto plural posposto ao verbo.

Mediante isso, a autora conclui que, no português culto falado no Brasil, embora haja uma forte tendência para se aplicar a regra de concordância verbal conforme prescrevem as gramáticas normativa, “pressões funcionais e forças estruturais, algumas relacionadas com as características do processamento da fala, interagem no sentido de dar caráter variável à regra de CV” (RODRIGUES, 2015, p. 248). Inclusive, de acordo com a autora, algumas dessas variáveis atuam na variação da concordância verbal desde a fase arcaica da língua, no caso, a posição e a distância do sujeito em relação ao verbo.

Pereira e Araújo (2016) afirmam que, a considerar as gramáticas tradicionais, a concordância verbal de 3.^a pessoa do plural é uma regra quase variável, ou seja, na maioria dos casos, exige-se a marca explícita de concordância; em outros, porém, o uso de tais

marcas se torna facultativo. Em contrapartida, ao se analisar o uso efetivo da língua, chega-se a outra constatação: a concordância verbal é um fenômeno essencialmente variável. Isso quer dizer que, “mesmo em casos para os quais as GTs [gramáticas tradicionais] exigem o emprego de marcas padrões de concordância, nem sempre, no uso real da língua, tais exigências são atendidas pelos falantes” (PEREIRA; ARAÚJO, 2016, p. 76).

Com a finalidade de mapear quais fatores linguísticos e extralinguísticos têm atuado na manutenção ou no apagamento da marca explícita de concordância verbal na 3.^a pessoa do plural nas diferentes regiões brasileiras, Pereira e Araújo (2016), além de terem dado preferência a pesquisas realizadas na última década, seguiram dois critérios para selecionarem os trabalhos a serem estudados: em primeiro lugar, os autores precisariam ter utilizado como aporte teórico-metodológico os pressupostos da sociolinguística variacionista; em segundo lugar, o *corpus* apresentado, obrigatoriamente, deveria ser de linguagem oral de informantes situados em suas comunidades de fala. Por fim, destacam que não estabeleceram comparações entre os resultados de cada pesquisa, já que o objetivo principal era identificar quais fatores linguísticos e extralinguísticos têm atuado na manutenção ou no apagamento das marcas explícitas de concordância.

As pesquisas selecionadas foram estas: a de Oliveira (2005), a de Sgarbi (2006), a de Almeida (2006) e a de Monte (2007), que se debruçaram em estudar tal fenômeno linguístico nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, respectivamente. Segundo Pereira e Araújo (2016), não foram encontrados estudos realizados na região Norte que seguissem tais premissas.

A detalhar a variação em cada uma das regiões, Pereira e Araújo (2016), primeiramente, apresentam os dados referentes à região Nordeste. Nesta, tanto os fatores sociais quanto os linguísticos estavam atuando no fenômeno em questão. Destes, os mais relevantes estatisticamente foram a saliência fônica e a realização (isto é, se o sujeito está expresso ou oculto), a posição e a distância do sujeito na oração; daqueles, escolaridade e faixa etária se mostraram mais produtivos. No caso da região Centro-Oeste, as variáveis sociais procedência e sexo, nesta ordem, foram as mais relevantes, segundo Pereira e Araújo (2016). Quanto aos aspectos linguísticos, destacaram-se o sujeito pronominal e a distância entre verbo e sujeito em número de sílabas. Na região Sul, as variáveis linguísticas mais atuantes foram saliência fônica e posição do sujeito; já entre as variáveis sociais, apenas a faixa etária se mostrou relevante. Por fim, na região Sudeste, a saliência fônica também se destacou, assim como o paralelismo formal no nível oracional. No

âmbito social, as variáveis selecionadas estatisticamente foram sexo e escolaridade. No Quadro 5, é possível visualizar a distribuição dos fatores linguísticos e dos extralinguísticos atuantes em cada região.

Quadro 5 – Distribuição dos fatores linguísticos e extralinguísticos por região

Autoria	Região	Fatores Linguísticos	Fatores extralinguísticos
Oliveira (2005)	Nordeste	- Saliência fônica - Posição e distância do sujeito na oração	- Escolaridade - Faixa etária
Sgarbi (2006)	Centro-Oeste	- Sujeito pronominal - Distância entre sujeito e verbo em número de sílabas	- Procedência - Sexo
Almeida (2006)	Sul	- Saliência fônica - Posição do sujeito	- Faixa etária
Monte (2007)	Sudeste	- Saliência fônica - Paralelismo formal no nível oracional	- Sexo - Escolaridade

Fonte: Adaptado de Pereira e Araújo (2016).

Com os dados postos, nota-se a recorrência da saliência fônica como variável linguística atuante na marcação explícita ou não da concordância. Segundo Pereira e Araújo (2016), as pesquisas corroboram o fato de que a marcação da concordância verbal é mais provável quando há verbos salientes, ou seja, em verbos cujo plural é mais perceptível, sendo o oposto uma verdade: formas menos salientes de plural tendem a ser menos marcadas.

Seguindo o critério de relevância, posição e distância do sujeito na oração estão logo na sequência. Para Pereira e Araújo (2016, p. 83), são fatores condicionantes pelos seguintes motivos: a) o sujeito anteposto favorece a marca explícita de plural, enquanto o sujeito posposto tende a condicionar o apagamento da marca formal; b) a maior distância entre sujeito e verbo tende a favorecer o não uso da marca de plural, a qual é favorecida quando sujeito e verbo estão próximos.

Embora menos significativos, os fatores sujeito pronominal e paralelismo formal no nível oracional também se mostraram atuantes. Em relação ao sujeito pronominal, Pereira e Araújo (2016) afirmam que, quando o sujeito pronominal não está explícito, a chance de haver marcação de concordância no verbo é maior. Já quando há sujeito pronominal

explícito e sujeito não pronominal, tende-se a favorecer a não marcação da concordância verbal.

Quanto ao fator paralelismo formal no nível oracional, as marcas de plural no verbo são favorecidas quando os elementos do sintagma que funciona como sujeito também apresentam marcas explícitas de plural. Em contrapartida, a ausência de marcas plurais no sujeito favorece também a ausência de marcas plurais no verbo (PEREIRA; ARAÚJO, 2016, p. 83-84).

Em relação aos fatores extralinguísticos, alguns se mostraram condicionantes. A escolaridade foi um deles. De acordo com Pereira e Araújo, “espera-se que quanto maior for o contato do falante com o ensino formal de língua, maiores são as probabilidades de ele não favorecer o uso da variante não padronizada” (PEREIRA; ARAÚJO, 2016, p. 84), isto é, o falante cujo contato com os bancos escolares é mais longo tende a usar a marca explícita de concordância no verbo, enquanto aqueles que não frequentaram a escola ou que passaram pouco tempo nela tendem a não marcar o plural.

Além da escolaridade, a faixa etária também se destacou no levantamento de Pereira e Araújo (2016). Elas afirmam que “os estudos sobre variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP defendem [...] que o uso da variante não-padrão tende a ser favorecido no comportamento dos mais jovens”, já “[...] os falantes mais velhos tendem a atuar como aliados ao uso da variante padrão” (PEREIRA; ARAÚJO, 2016, p. 84). Na prática, todavia, o contrário foi observado: no Nordeste, constatou-se que os mais velhos marcam menos os verbos; no Sul, por sua vez, a marca explícita de plural prevaleceu entre os mais jovens. Tal informação faz supor que a faixa etária é um fator flutuante, a depender da amostra analisada.

Ao fator sexo também se atribuiu papel importante. Como homens e mulheres exercem papéis sociais distintos, não raro, identificam-se diferenças em seus usos linguísticos. A considerar a concordância verbal, as mulheres tendem a marcar explicitamente o plural, por se tratar de uma marca de prestígio social; ao contrário, com mais frequência, a não marcação aparece no uso linguístico masculino.

Por fim, de acordo com Pereira e Araújo (2016), a procedência, fator considerado no estudo da região Centro-Oeste, também se mostrou condicionante: enquanto os falantes da zona rural tendem a apagar as marcas de concordância, os moradores da zona urbana tendem a mantê-las.

De forma geral, Pereira e Araújo (2016) demonstram que a variação da concordância verbal é influenciada por fatores linguísticos e extralinguísticos. Tal fato indica que a marcação ou não do plural nos verbos é sistemática, ou seja, não acontece aleatoriamente. Essa constatação se faz importante na tentativa de “varrer a ilusão de que o uso da forma não-padrão reflete uma espécie de incapacidade por parte do falante para usar a forma padronizada.” (PEREIRA; ARAÚJO, 2016, p. 85).

Chagas (2018), ao apresentar estratégias para o ensino da concordância verbal, faz ponderações relevantes quanto ao fenômeno linguístico em questão. Segundo a autora, é válido ressaltar que as gramáticas normativas estabelecem, recorrentemente, “padrões idealizados muito distantes dos praticados pelos próprios falantes altamente escolarizados, em sua fala e até na escrita.” (CHAGAS, 2018, p. 62), o que se aplica às prescrições acerca da concordância verbal, segundo as quais a relação verbo-constituente é expressa por meio da desinência verbal.

Justamente por haver a idealização da marcação explícita da concordância verbal, Chagas (2018) afirma ser importante reconhecer o estigma que existe quanto aos usos populares do fenômeno, ou seja, aos usos que nem sempre correspondem aos prescritos gramaticalmente. De acordo com a autora, isso muito se relaciona com o preconceito linguístico, uma vez que os indivíduos que não fazem a concordância conforme as normas sofrem julgamento social, o qual é praticado, primeiramente, pela condição do sujeito e não por questões linguísticas em si, afinal todas as línguas sofrem variação por fazerem parte das relações humanas, influenciando-as e por elas sendo influenciadas.

Chagas (2018) alega que a concordância verbal sem marca explícita de plural é um fenômeno natural e frequente; ainda assim, porém, leva sujeitos a serem julgados socialmente quando a fazem. A fim de comprovar o caráter social lançado à variação, a autora apresenta os fatores linguísticos que regularmente atuam no condicionamento da marcação ou da não marcação explícita de plural, seja na fala de alguém com alto grau de escolaridade, seja na de alguém com pouca escolaridade. Segundo ela, as variantes mais expressivas, a considerar o sistema linguístico, são estas: posição do sujeito, distância do sujeito em relação ao verbo e saliência fônica na oposição singular/plural.

Chagas (2018), em consonância com outros trabalhos, aponta que é “mais provável que um falante realize a concordância padrão quando [...] o verbo vem logo após o sujeito” (CHAGAS, 2018, p. 80), além de ser mais “comum o uso da concordância não padrão quando o sujeito está longe do verbo” (CHAGAS, 2018, p. 81). Quanto à saliência fônica,

a autora faz questão de enfatizar que tal fator atua na fala de qualquer indivíduo: “Os verbos possuem diferentes formas de marcar a posição entre o singular e o plural”, então, é “comum que, mesmo falantes com alto nível de escolaridade, não usem a forma plural quando ela é muito parecida com a forma singular.” (CHAGAS, 2018, p. 80).

Chagas (2018) reforça que as regras e os exemplos apresentados nas gramáticas normativas refletem usos muito distantes da realidade, mesmo se forem considerados textos de autores renomados, bem como os escritos e a fala dos falantes cultos. A pesquisadora, para concluir, argumenta que é necessário conscientizar os indivíduos no que se refere aos falantes que não utilizam a norma de prestígio, já que estes são, com frequência, vítimas de violência simbólica, provando, mais uma vez, que o preconceito linguístico é, acima de tudo, um preconceito social.

5. CORPUS E METODOLOGIA

O *corpus* deste trabalho constitui-se de dados recolhidos de amostras de fala obtidas por meio de entrevistas realizadas por esta pesquisadora com 16 informantes residentes na cidade de Maringá, no Norte do Paraná.

Optou-se por trabalhar um *corpus* obtido com informantes norte-paranaenses porque, no senso comum, há a ideia de que os moradores do Norte do Paraná, mais do que os moradores de outras regiões, pouco realizam a marcação da concordância verbal, visão compartilhada, inclusive, pelos próprios habitantes da região. Ao entrevistar norte-paranaenses, Botassini (2013, p. 196) constatou que eles mesmos consideram que “o falar do Norte do Paraná tem muita influência da ‘roça’, um ‘jeito caipira de falar’ e que [os norte-paranaenses] não costumam fazer as concordâncias”.

Assim, interessa-nos verificar se, de fato, a não concordância ou a pouca concordância é uma marca linguística dos norte-paranaenses. Também por meio desse *corpus*, espera-se identificar as crenças e as atitudes linguísticas quanto à (não) marcação da concordância verbal, o *status/prestígio versus* o desprestígio de determinadas variantes e o preconceito linguístico em relação à fala e ao falante do dialeto do Norte do Paraná.

5.1 OS INFORMANTES

A seleção dos 16 informantes condicionou-se ao preenchimento dos seguintes critérios, também utilizados por Botassini (2013, p. 116):

- terem nascido em alguma cidade do Norte do Paraná (preferencialmente, em Maringá);
- serem filhos de pais também norte-paranaenses ou que tenham vindo para essa região ainda bem jovens;
- não terem residido fora da cidade de seu nascimento no período de aquisição da língua nativa (de 2 a 12 anos);
- terem morado apenas em zona urbana.

Preenchidos tais critérios, selecionaram-se ainda, equitativamente, os informantes pelo sexo, pela faixa etária e pelo grau de escolaridade.

Em relação ao sexo, foram selecionados oito informantes do sexo feminino e oito informantes do sexo masculino.

Quanto à faixa etária (FE), estabeleceram-se estas: 1.^a FE e 2.^a FE. Na 1.^a FE, estão oito indivíduos com idades entre 20 e 35 anos; na 2.^a FE, encontram-se oito pessoas entre 50 e 65 anos, priorizando-se os indivíduos com 55 anos ou mais. Assim como Botassini (2013, p. 116), não foram coletados dados de informantes com idades entre 36 e 49 anos, por ser uma FE de transição, “cujos dados se aproximam muito da primeira ou da segunda faixa etária”.

Por fim, em relação ao grau de escolaridade, foram selecionados oito indivíduos com formação superior e oito com ensino médio completo. Não se levantou a possibilidade de um terceiro grupo, o de sujeitos com apenas ensino fundamental, já que se delimitou a pesquisa com indivíduos residentes em zona urbana, que, normalmente, têm mais acesso aos bancos escolares e que estão mais expostos/sujeitos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que dificulta encontrar informantes apenas com ensino fundamental, especialmente os da 1.^a FE.

Vale destacar que todos os informantes entrevistados residem, atualmente, na cidade de Maringá. Há, entretanto, além dos participantes maringaenses de nascença, informantes que nasceram em outras cidades do Norte do Paraná, a saber: em Nova Esperança, em Astorga, em São Jorge do Ivaí, em Apucarana e em Colorado, respectivamente, a 44 km, a 48 km, a 49 km, a 62 km e a 86 km de Maringá.

Para se ter uma ideia, ainda que superficial, da classe social a que pertencem os entrevistados, elenca-se quais são as profissões exercidas por eles. Entre os homens, há professores, mecânico agrícola, pedreiro, publicitário, gestor de tráfego e comerciante. Já entre as mulheres, há donas de casa, professoras do ensino superior, estudante, professora do ensino básico, vendedora e comerciante.

O Quadro 6 apresenta a distribuição detalhada dos participantes desta pesquisa:

Quadro 6 – Distribuição dos informantes de acordo com as variáveis sociais

N.º do informante	Sexo	Escolaridade	Faixa etária
01	Masculino	Ensino médio	Primeira
02	Masculino	Ensino médio	Primeira
03	Masculino	Ensino médio	Segunda
04	Masculino	Ensino médio	Segunda
05	Masculino	Ensino superior	Primeira
06	Masculino	Ensino superior	Primeira
07	Masculino	Ensino superior	Segunda
08	Masculino	Ensino superior	Segunda
09	Feminino	Ensino médio	Primeira
10	Feminino	Ensino médio	Primeira
11	Feminino	Ensino médio	Segunda
12	Feminino	Ensino médio	Segunda
13	Feminino	Ensino superior	Primeira
14	Feminino	Ensino superior	Primeira
15	Feminino	Ensino superior	Segunda
16	Feminino	Ensino superior	Segunda

Fonte: Elaborado pela autora.

5.2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, primeiramente, foi necessário submeter o projeto de pesquisa à Plataforma Brasil, para a aprovação do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Copep) da Universidade Estadual de Maringá¹⁸.

Com a aprovação, os dados puderam ser coletados. A princípio, as entrevistas seriam realizadas presencialmente, porém, em virtude da pandemia da Covid-19, que se agravou no fim de 2020 e no início de 2021, e considerando-se que a entrevista presencial poderia ser um risco à pesquisadora e aos entrevistados e, ainda, que algumas ocorrências linguísticas poderiam ser abafadas pelo uso da máscara, dificultando a sua transcrição, o que interferiria no resultado deste trabalho, optou-se pela coleta de dados via *Google Meet*.

¹⁸ Projeto CAAE 37709220.6.0000.0104, aprovado pelo Parecer n.º 4.426.167.

Antes da coleta de dados com os informantes selecionados, foram realizadas seis entrevistas-piloto, sendo duas presencialmente e quatro via *Google Meet*. Essas entrevistas serviram para ajustar e para validar os instrumentos de coleta de dados, principalmente em virtude da mudança da coleta presencial para a coleta remota. Efetuados os ajustes necessários, iniciaram-se as entrevistas, todas realizadas por esta pesquisadora, a fim de garantir que todas seguissem o mesmo critério.

Desde o primeiro contato com os informantes para marcar a data da entrevista, buscou-se manter uma relação amistosa, para que ficassem à vontade. Nesse primeiro momento, era-lhes informado que as entrevistas comporiam um material de estudo sobre a cultura da região norte-paranaense e sobre os hábitos pessoais durante o período pandêmico.

A primeira entrevista foi realizada em 08 de abril de 2021 e a última, em 28 de janeiro de 2022. O espaçamento de tempo se deve à especificidade dos informantes, sendo que alguns demoraram mais a serem encontrados, bem como ao momento atípico vivido durante a pesquisa – a pandemia de Covid-19. O tempo total de gravação variou muito de uma entrevista para outra: de 19 a 95 minutos, resultado da disponibilidade e do interesse do entrevistado. Todas as entrevistas foram gravadas por meio do recurso de gravação disponível no próprio *Google Meet*; para tanto, todos os acessos ao aplicativo se deram por meio de e-mail institucional.

Vale ressaltar que o tipo de conversação utilizado foi o dirigido, em que se seguem uma ordem e um conteúdo planejados, com o objetivo de obter a maior quantidade de dados úteis no menor tempo possível. Assim, a entrevista estrutura-se em duas partes.

A primeira parte constitui-se de um questionário com perguntas que não tivessem relação direta com o fenômeno analisado, a fim de evitar qualquer monitoramento linguístico dos informantes. Desse modo, elaboraram-se questões que tratavam dos hábitos dos informantes durante a pandemia. Essas perguntas foram estruturadas de modo a favorecer o uso do plural, já que a intenção era obter o maior número de ocorrências de sujeito no plural, a fim de constatar a realização ou não de marcação da concordância verbal. Nesse momento, o intuito era fazer o falante se envolver com o conteúdo da fala, pois, “quando estamos completamente envolvidos com o conteúdo da nossa fala, deixamos de nos policiar e deixamos o vernáculo emergir, vernáculo este que nem sempre coincide com as formas codificadas pela tradição gramatical” (SCHERRE, 2005b, p. 66). De modo geral, a entrevista seguiu este roteiro:

Questionário 1

01. De modo geral, como a pandemia afetou a sua vida?
02. Seus hábitos de lazer mudaram?
03. Como seus amigos lidaram e têm lidado com a pandemia?
04. Como seus familiares lidaram e têm lidado com a pandemia?
05. O que você e a sua família têm feito aos fins de semana?
06. Faz quanto tempo, por exemplo, que você não vai ao cinema?

A segunda parte da entrevista compõe-se de dois instrumentos (um de estrutura fechada e outro de estrutura aberta¹⁹) para avaliar as crenças e as atitudes linguísticas que os falantes têm em relação à sua variedade linguística. Esses instrumentos possibilitaram averiguar como os informantes julgam a sua fala e a fala de indivíduos da sua própria região, ou seja, da região Norte do Paraná.

Primeiramente, aplicou-se um questionário quantitativo adaptado de Botassini (2013), constituído de 13 afirmações com as quais os participantes de pesquisa deveriam concordar ou discordar a partir da audição de dois áudios: um áudio em que havia marcação explícita de concordância verbal e outro em que a marcação não foi foneticamente realizada. Os textos escutados foram estes:

TEXTO COM MARCAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Olha, eu acho que, daqui pra frente, as pessoas vão passá a dar mais valor ao cotidiano. As pessoas que sempre valorizaram muito estar sozinhas, agora estão sentindo falta do calor humano, de se comunicar com os outros sem precisá olhar para uma tela de celular ou de um computador. Mas ainda bem que hoje as pessoas podem contar com as novas tecnologias, né?; porque... se não, seria muito pior.

A quarentena, ela trouxe uma mudança brusca na rotina das pessoas que, antes, nunca precisaram passar tanto tempo presas dentro de casa. Então, de repente, os abraços, os beijos, a proximidade com o outro se tornaram proibição médica. Até mesmo um simples aperto de mão, tão simples, tão comum, ganhou novo significado. E eu tenho visto que muitas pessoas estão deprimidas por conta disso, sabe...

Então eu acho sim que as relações sociais serão diferentes daqui para frente. E... as mudanças que aconteceram vão fazer as pessoas, agora, a dar mais valor às pequenas coisas, aos pequenos detalhes, enfim, à rotina do dia a dia de que elas reclamavam tanto antes, né?

¹⁹ Na estrutura aberta, os informantes podem formular as respostas que julgam mais adequadas às questões; já na estrutura fechada, os entrevistados ficam restritos às opções de resposta que lhes são oferecidas.

TEXTO SEM MARCAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Então, eu acho que as pessoa vai saí diferente disso tudo. Não tem como voltá a sê tudo como era antes. As pessoa tão assustada, porque os noticiário fala o tempo todo, né?, do número dos infectado, das morte, e... essas notícia assusta muito algumas pessoas. Mas tem também aqueles que acha que é tudo mentira, que é exagero, é... que não tem tanto perigo assim.

Mas eu tô vendo o Covid tá prejudicando as pessoa fisicamente e mentalmente. Eu tenho uns amigo que adora saí, viajá e que tá ficando muito deprimido, porque eles adorava ir pro bar bebê... Eles não pode saí na rua como antes pra í no centro, í na feira, í no estádio vê o time deles jogá...

Então eu acho que tudo isso vai mudá... nosso jeito de pensá, de agi. As pessoa vai valorizá mais a liberdade que tinha, é... as coisa que a gente não notava antes como era importante e... e que agora, agora a gente nota. As coisa que tão acontecendo serve pras pessoa acordá e percebê que elas não é nada, que a gente não é nada. Aqueles que acha que é mais importante que os outro porque tem mais dinheiro, tá morrendo também. No fim, a gente é tudo igual. E... eu acho que muitas pessoa vai começá a enxergá isso daqui pra frente.

Os textos foram elaborados especificamente para o trabalho, pois era necessário que um apresentasse uma quantidade suficiente de casos de marcação e o outro de não marcação da concordância, que ambos tivessem uma temática semelhante e fossem produzidos por pessoas de mesmo sexo, de faixa etária semelhante e de mesmo grau de escolaridade. Com o intuito de aproximar a leitura ao uso não monitorado da fala, houve a inclusão nos textos de outras marcas de oralidade, como “passá”, “precisá”, “né?”.

As duas versões ouvidas pelos entrevistados foram gravadas por pessoas do sexo masculino, com curso superior e com idade entre 40 e 50 anos. Embora esse intervalo de idade englobe pessoas de faixas etárias diferentes, ambos têm voz boa, um timbre semelhante e evitaram passar o ar de “leitura” dos textos²⁰. Esses cuidados foram tomados para que sobressaísse apenas o fenômeno linguístico a ser investigado na fala desses “leitores”²¹. A versão com marcação de concordância, com duração de 1 min e 25 seg, foi gravada por um morador de Maringá; já a versão sem marcação de concordância foi gravada por um morador de Goioerê, a 162km de Maringá, e tem duração de 1 min e 46 seg.

²⁰ Para os informantes, a pesquisadora dizia que os áudios eram de pessoas entrevistadas anteriormente, que haviam permitido a sua reprodução.

²¹ Ressalta-se que esses leitores não foram entrevistados, ou seja, não são informantes da pesquisa.

Após escutar cada gravação, o informante respondia imediatamente ao questionário, composto por frases positivas (que atribuem prestígio aos falantes nas gravações) e por frases negativas (que atribuem características depreciativas aos falantes). Ao todo, cada entrevistado preencheu dois questionários: um referente ao áudio 1, apresentado primeiro, e outro ao áudio 2, exposto na sequência. As possíveis respostas para cada afirmação eram as seguintes: *concordo* e *discordo*. Nesta pesquisa, optou-se por não colocar opções intermediárias, como as utilizadas por Botassini (2013) – concordo parcialmente, discordo parcialmente e nem concordo nem discordo –, a fim de que o entrevistado se comprometesse ao assinalar, de fato, a opção referente à sua percepção, evitando qualquer tentativa de dar uma resposta “agradável” e não sincera.

Durante a entrevista, em virtude de ela ser remota, a pesquisadora leu cada frase e preencheu o questionário, conforme a resposta do entrevistado. O formato do questionário é o exposto no Quadro 7.

Quadro 7 – Questionário 2

QUESTÕES	CONCORDO	DISCORDO
01. A pessoa que você ouviu é inteligente.		
02. A pessoa que você ouviu é feia.		
03. A pessoa que você ouviu é estudada.		
04. A pessoa que você ouviu é cuidadosa.		
05. A pessoa que você ouviu é grossa.		
06. A pessoa que você ouviu é exibida.		
07. A pessoa que você ouviu é autoritária.		
08. A pessoa que você ouviu é engraçada.		
09. A pessoa que você ouviu sofre preconceito social.		
10. A pessoa que você ouviu tem boa cultura.		
11. A pessoa que você ouviu tem boa condição financeira.		
12. A pessoa que você ouviu exerce cargo de chefia.		
13. A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim.		

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, o segundo e último instrumento aplicado na entrevista para verificar como os informantes avaliam a sua fala e a fala de indivíduos da sua própria região consistiu em um questionário qualitativo, apresentado na sequência.

Questionário 3

01. Você acha que fala bem?
02. Alguém já corrigiu a sua fala? Pais, professores, amigos? Dê exemplos.
03. E você? Você já corrigiu a fala de alguém? Dê exemplos.
04. Você acha que pessoas que moram na zona rural falam da mesma maneira que pessoas que moram na cidade?
05. Como você consegue diferenciá-las?
06. Homens e mulheres falam igual? Quem fala melhor?
07. Jovens e idosos falam igual? Quem fala melhor?
08. Ricos e pobres falam do mesmo modo? Dê exemplos.
09. Você acha possível distinguir uma pessoa com curso superior e outra pouco escolarizada pela sua maneira de falar?
10. Na sua opinião, você acha que os norte-paranaenses falam bem?

É importante ressaltar que, ao aplicar o questionário qualitativo acerca de crenças e atitudes, a produção de verbos no plural por parte dos informantes se mostrou bastante produtiva ao longo das respostas; por esse motivo, também se aproveitou esta parte da entrevista, coletando-se dados para análise da marcação ou não da concordância verbal.

Após a realização de todas as entrevistas, elas foram transcritas pela pesquisadora e, na sequência, foram lidas a fim de, primeiramente, identificar os verbos e os seus respectivos sujeitos. Para facilitar a contagem e o controle das ocorrências, cada fator linguístico foi identificado de uma maneira. Quanto à posição, os sujeitos antepostos marcados foram grifados de verde e os não marcados, de laranja; os sujeitos pospostos marcados foram grifados de amarelo e os não marcados, de rosa; os sujeitos ocultos marcados foram grifados de azul e os não marcados, de cinza. Casos de sujeitos e de verbos na 1.^a pessoa do plural foram circulados de rosa.

Durante a coleta de dados, para a identificação dos casos de oração com sujeito oculto, utilizaram-se as duas formas explicitadas pelas gramáticas tradicionais, ou seja, a desinência e o contexto (BECHARA, 2009; CEGALLA, 2008, dentre outros), como mostram os exemplos a seguir:

A) sujeito oculto identificado por meio da desinência:

INF.– [...] ficamos no apartamento, não nos aglomeramos em lugar nenhum [...].
(12 F EM 2FE)²²

Ao utilizar os verbos “ficamos” e “aglomeramos”, apesar de o sujeito não estar expresso, é possível afirmar que se trata do sujeito “nós”, por meio da desinência –MOS.

B) sujeito oculto identificado por meio do contexto:

INF. – [...] os curitibanos tratam muito mal as pessoas do interior, tratam muito mal quem é de Maringá. (09 F EM 1FE)

Nessa fala do informante, verifica-se que, na primeira oração, há um sujeito expresso, “os curitibanos”; em contrapartida, na segunda oração, há somente o verbo, “tratam”, que faz referência ao sujeito da oração anterior, por isso, o sujeito desta oração é oculto, já que não está expresso, mas sabe-se quem é pelo contexto, no caso, “os curitibanos”.

Como mencionado anteriormente, assim como ocorreu com os sujeitos expressos, houve marcação dos casos de sujeito oculto em que a concordância não se efetivou da maneira prescrita pela gramática tradicional, como ilustra o seguinte excerto: “Por exemplo, em Gramados mesmo, nossa, como as pessoas recebiam você bem, você entendeu? Percebia que você já... sabia que você era um turista e te tratava muito bem...” (12 F EM 2FE).

Faz-se necessário salientar que, no momento da coleta dos dados, observou-se que alguns dados não poderiam ser aproveitados para a análise e, portanto, foram descartados, a saber:

a) sujeitos no singular, como em “[...] meu namorado trabalha na parte da manhã [...]” (10 F EM 1FE), já que o interesse era verificar a realização ou não da concordância verbal, fenômeno que é favorecido pelos sujeitos no plural, os quais pedem, igualmente, verbos no plural;

b) ocorrências com os verbos “ter” e “vir” na terceira pessoa do presente do indicativo, como em “[...] frases que, às vezes, não têm nexos” (11 F EM 2FE), uma vez

²² Os exemplos do *corpus* serão identificados sempre nesta ordem: primeiramente, o número do informante; depois a indicação do sexo (M, para masculino, e F, para feminino); na sequência, aponta-se a escolaridade (EM, para ensino médio, e ES, para ensino superior); por fim, especifica-se a faixa etária (1FE, para a primeira, e 2FE, para a segunda).

que a distinção entre a forma singular e a forma plural (tem/têm, vem/vêm) é perceptível apenas na escrita. Como este *corpus* é constituído por dados de fala, não é possível dizer se o falante utilizou o singular ou o plural, ainda que, na transcrição, tenha sido realizada tal diferenciação;

c) todos os casos de imperativo atenuado, como em “[...] mais do que de gente que é mais urbana, vamos colocar assim” (06 M ES 1FE) e em “Estar mais dentro de mim, vamos dizer assim, né?” (09 F EM 1FE). Em casos como esses, observa-se uma espécie de construção cristalizada, intitulada de imperativo atenuado por Menon (1996, *apud* SILVA, 2004), na qual se atenua, minimiza-se o tom do imperativo. Nesses exemplos, o intuito do falante parece ser, justamente, deixar a sua ordem menos evidente. Essas construções não constituem situações de variação, porque, em 100% dos casos, o verbo aparece marcado e sem ocorrência de sujeito expreso. Trata-se, na verdade, de expressões equivalentes a “por exemplo”;

d) casos de sujeito indeterminado, como em “Recentemente, pediram pra eu fazer uma oficina *on-line*” (15 F ES 2FE). Nesse caso, não há um sujeito expreso e não é possível defini-lo, seja pela desinência, seja pelo contexto, sendo o sujeito caracterizado como indeterminado. Assim, se não há um sujeito determinado, não é possível afirmar se o verbo fez ou não a concordância com ele;

e) ocorrências do verbo “ser” impessoal, na indicação de tempo, como em “Eu diria que, de novembro até maio, são sete meses, né?” (07 M ES 2FE). Nessa circunstância, segundo Cegalla (2010), como se trata de um verbo impessoal, não há sujeito; o verbo, então, concorda com a expressão que designa tempo, o que não interessa neste trabalho, que visa a identificar a relação de concordância entre sujeito e verbo;

f) situações em que o verbo “ser” concorda com o predicativo do sujeito, como em “[...] os mais velhos já tão acostumado a conversar assim uma conversa mais... evoluindo, evoluindo entre aspas, né, não tem acho que muita coisa diferente, mas é, são palavras novas, são gírias novas, né?” (02 M EM 1FE). Embora o uso seja previsto pela gramática normativa, com o verbo “ser” concordando com os predicativos, “palavras novas” e “gírias novas”, tais casos foram descartados, porque, nesta pesquisa, interessam os eventos de concordância entre verbo e sujeito;

g) ocorrências do verbo “ter” com sentido de “existir”, de “haver”, caso em que o verbo é impessoal²³, como em “Tem pessoas extremamente envolvidas [...]” (09 F EM 1FE). Esses casos foram descartados, porque não há um sujeito com o qual o verbo possa concordar.

No total, foram descartados 189 casos, referentes às ocorrências B, C, D, E, F e G. Ressalta-se que, pela recorrência, não foi contabilizada a quantidade descartada de casos de verbos na 3.^a pessoa do singular (ocorrência A).

Quanto à saliência fônica, os verbos foram identificados por meio de códigos: M indicava verbos regulares; EM, verbos com plural marcado pelo acréscimo de –EM; ãO foi usado para marcar os verbos com plural formado pelo acréscimo de –ãO; os verbos regulares com plural formado pela desinência –RAM foram identificados por RRAM; os verbos irregulares com plural formado pela desinência –RAM foram identificados por IRRAM; por fim, para o verbo “ser” no presente do indicativo, por ser anômalo, foi usado o código AN.

Em relação à quantidade de sílabas, quando o sujeito estava imediatamente anteposto ao verbo, não se fazia qualquer marcação; quando havia sílabas entre sujeito e verbo, os códigos usados eram estes: 1 indicava a presença de uma sílaba; 2, a de duas sílabas; 3, a de três sílabas; 4, a de quatro sílabas; 5, a de cinco sílabas; 6+, a de seis ou mais sílabas.

No que se refere à animacidade, pela ocorrência majoritária de sujeitos animados, esses não foram marcados. Já os sujeitos inanimados – ou não animados – foram marcados pelo código NA.

Selecionadas e identificadas as ocorrências válidas, essas foram contabilizadas, resultando em 748 sujeitos expressos no plural (simples ou compostos) e 322 sujeitos ocultos também no plural, totalizando 1.070 ocorrências de concordância verbal. Na sequência, os dados foram separados, considerando-se os fatores extralinguísticos sexo, faixa etária e grau de escolaridade dos informantes e os fatores linguísticos grau de saliência fônica, posição do sujeito em relação ao verbo, distância do núcleo do sujeito em relação ao verbo e animacidade do sujeito. O resultado do levantamento desses dados foi colocado em tabelas; em todas elas, apresentam-se a marcação e a não marcação da concordância verbal. Após essa divisão, os dados foram analisados quantitativa e

²³ Para Cegalla (2010, p. 463), o uso de “ter”, impessoal, é generalizado na língua popular brasileira.

qualitativamente. Por fim, os resultados serão confrontados com as crenças e as atitudes linguísticas dos participantes de pesquisa, as quais também passarão por uma análise qualitativa e quantitativa.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, que se divide em duas seções, apresenta-se a análise dos dados. Na primeira, são expostos os resultados referentes à possível atuação das variáveis linguísticas e extralinguísticas no fenômeno linguístico em estudo. Assim, busca-se averiguar se, na marcação explícita ou não da concordância verbal, atuam os fatores linguísticos *grau de saliência fônica*, *posição do sujeito em relação ao verbo*, *distância entre núcleo do sujeito e verbo* e *animacidade do sujeito* e os fatores sociais *sexo*, *faixa etária* e *grau de escolaridade*. A segunda parte da análise trata dos resultados obtidos por meio de dois questionários para avaliar as crenças e as atitudes dos informantes em relação à sua fala e à fala dos indivíduos norte-paranaense quanto à concordância verbal.

6.1 CONCORDÂNCIA VERBAL

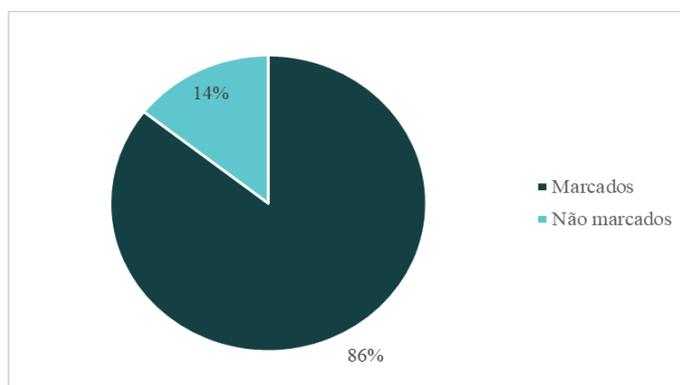
Na análise dos dados, consideraram-se somente os sujeitos no plural, tanto na 1.^a como na 3.^a pessoa, fossem eles simples, compostos ou ocultos. Contabilizaram-se 748 sujeitos expressos e 322 sujeitos ocultos, totalizando 1.070 ocorrências. Dentre elas, foi realizada a marcação de número em 916 verbos e a não marcação, em 154, como mostram a Tabela 4 e o Gráfico 1:

Tabela 4 – Marcação da concordância verbal

Verbos	Ocorrências	Porcentagem
Marcados	916	86%
Não Marcados	154	14%
Total	1.070	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 1 – Marcação da concordância verbal



Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 4 e o Gráfico 1 revelam uma diferença expressiva entre os casos de marcação (86%) e os de não marcação (14%) da concordância, o que aponta que, de modo geral, entre os falantes norte-paranaenses, predomina a marcação explícita da concordância verbal.

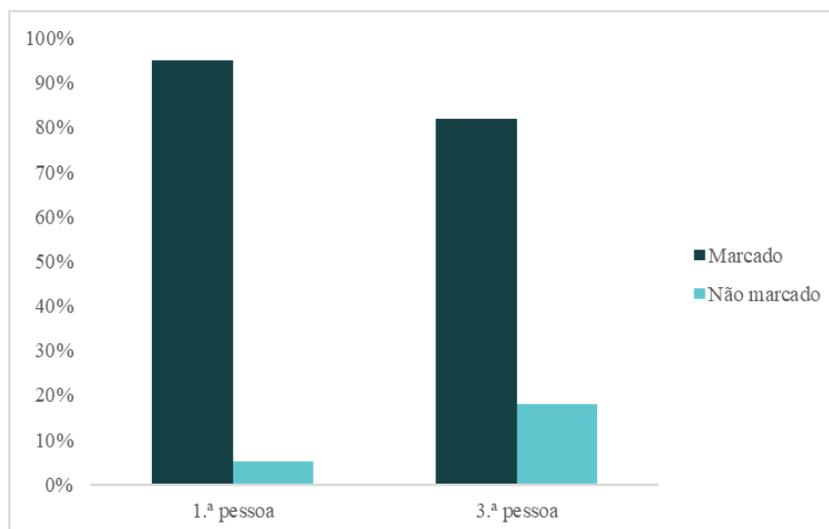
Como mencionado anteriormente, foram considerados tanto os sujeitos na 3.^a pessoa do plural como os na 1.^a pessoa do plural, sendo válido apresentar como se deu a concordância com cada pessoa do discurso, como mostram a Tabela 5 e o Gráfico 2.

Tabela 5 – Marcação da concordância verbal: 1.^a pessoa *versus* 3.^a pessoa

Pessoa do discurso	N.º total de ocorrências	Marcado		Não marcado	
		Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
1. ^a pessoa do plural	283	270	95%	13	5%
3. ^a pessoa do plural	787	646	82%	141	18%
Total	1070	916	-	154	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 2 – Marcação da concordância verbal: 1.^a pessoa *versus* 3.^a pessoa



Fonte: Elaborado pela autora.

Primeiramente, destaca-se a quantidade de ocorrências em relação às pessoas do discurso: foram 283 casos de verbos relacionados a sujeitos na 1.^a pessoa do plural e 787 casos de verbos cujo sujeito estava na 3.^a pessoa do plural. Possivelmente, essa diferença se justifica pelas perguntas que foram feitas aos informantes, as quais favoreciam o uso de

sujeitos na 3.^a pessoa, como “Como seus amigos lidaram e têm lidado com a pandemia?”, “Jovens e idosos falam igual?”, “Ricos e pobres falam do mesmo modo?” etc.

Dentre as ocorrências de verbos ligados a sujeitos na 3.^a pessoa, constata-se uma oposição de 646 verbos marcados (que equivalem a 82%) *versus* 141 verbos não marcados (que equivalem a 18%). Diferentes fatores podem estar atuando na marcação ou não da concordância, como saliência fônica, animacidade do sujeito, fatores analisados nas subseções seguintes.

Quanto aos verbos na 1.^a pessoa do plural relacionados ao pronome “nós” ou à ideia de “nós”²⁴, identificaram-se 283 ocorrências, das quais 270 estavam marcadas, ou seja, com esses verbos, houve 95% de concordância. Provavelmente, isso se deve ao fato de o indivíduo, ao usar a 1.^a pessoa do plural, colocar-se no discurso, como discorre Camacho (1993), o que tende a favorecer a marcação do verbo. É preciso ponderar, também, que a desinência –MOS, prototípica da 1.^a pessoa do plural, é foneticamente mais saliente em oposição às demais.

Já nas ocorrências em que não houve marcação, as quais equivalem a 5% do total, observou-se uma recorrência: a presença de termos ligados à 3.^a pessoa, o que favoreceu a não marcação, como pode ser observado no seguinte trecho: “[...] nós, historiadores, e a minha geração pensava” (07 M ES 2FE). Nota-se que o informante fez a concordância com o termo mais próximo – “minha geração” – e não com o sujeito como um todo. Inclusive, o próprio informante constata isso, pois, na sequência de sua fala, corrige-se: “nós, historiadores, e a minha geração pensava, pensávamos” (07 M ES 2FE).

Assim, ressaltam-se as ponderações de Camacho (1993), que afirma que a 1.^a pessoa possui as desinências mais conservadas, o que foi detectado entre os norte-paraenses. Inclusive, pode-se inferir que os casos de verbos relacionados a 1.^a pessoa do plural estão diretamente relacionados ao índice geral de marcação identificado neste trabalho (86%), como mostra a Tabela 5, uma vez que, se considerados somente os verbos relacionados a sujeitos na 3.^a pessoa do plural, a porcentagem de concordância seria de 82%.

²⁴ Trata-se dos casos em que, “se o sujeito composto for de pessoas diversas, o verbo se flexiona no plural e na pessoa que tiver prevalência. [A 1.^a pessoa prevalece sobre a 2.^a e a 3.^a” (CEGALLA, 2010, p. 451), como em “[...] eu e minha amiga tínhamos, inclusive, que ir ao hospital” (13 F ES 1FE). Nesse caso, a 1.^a pessoa (“eu”) prevalece sobre a 3.^a (“minha amiga”).

Ainda sobre a 1.^a pessoa do plural, vale ressaltar que foram identificadas 417 ocorrências de “a gente” expresso em oposição a 185 casos expressos de “nós” na função de sujeito. As ocorrências de “a gente” não foram consideradas para a análise, pois a concordância entre verbo e sujeito se estabelece no singular, como em “Foi a única, a única brecha que a gente teve pra poder viajar. Mesmo com pouco dinheiro, a gente se juntou, né, em alguns amigos e foi ótimo” (10 F EM 1FE). Tal fato corrobora outros estudos da área, como o de Botassini e Souza (2009) e o de Teixeira (2021), que mostram que, em diferentes regiões do Brasil, o uso de “a gente” tem sido cada vez mais frequente em relação ao uso de “nós”, fato também averiguado entre os falantes norte-paranaenses.

Em todas as circunstâncias elencadas, prevalece a marcação explícita de concordância verbal. Tal fato pode ser justificado por diversos fatores, dentre eles, a forma como os dados foram obtidos: por se tratar de uma entrevista, o falante tende a monitorar a sua fala para evitar desvios gramaticais, sobretudo ao responder a um questionário. Esse controle foi identificado, por exemplo, no seguinte trecho: “Agora que está morrendo, estão morrendo milhares de pessoas [...]” (07 M ES 2FE). Nota-se que, em um primeiro momento, o falante utiliza uma locução no singular, “está morrendo”, para, na sequência, usar uma no plural, concordando com o sujeito.

É preciso considerar também as perguntas feitas pela pesquisadora, que podem ter influenciado o uso linguístico dos entrevistados no sentido de marcar o plural, como mostra o trecho a seguir:

(01) INQ. – Entendi. E, por fim, você já comentou um pouquinho, mas você acha que os maringaenses falam bem?

INF. – Os maringaenses em si falam. Eu acredito que os maringaenses falam bem. (02 M EM 1FE).

É importante ainda destacar o grau de escolaridade dos informantes, uma vez que todos eles possuem, no mínimo, o segundo grau completo: oito entrevistados com ensino médio completo e oito entrevistados com ensino superior completo. Sabe-se que o acesso à escolarização por um período de tempo mais amplo tende a influenciar a manutenção de alguns fenômenos linguísticos, segundo as prescrições gramaticais.

Na sequência, analisam-se os fatores linguísticos grau de saliência fônica, posição do sujeito em relação ao verbo, distância entre núcleo do sujeito e verbo e animacidade do sujeito, bem como os fatores extralinguísticos sexo, grau de escolaridade e faixa etária, a fim de verificar quais condicionam ou não a marcação da concordância verbal.

6.1.1 FATORES LINGUÍSTICOS

Os fatores linguísticos grau de saliência fônica, posição do sujeito em relação ao verbo, distância entre núcleo do sujeito e verbo e animacidade do sujeito foram selecionados para a análise, porque têm sido investigados com mais frequência em diversos trabalhos com o mesmo tema (CAMACHO, 1993; SCHERRE; NARO, 1998; DUARTE, 2008; VIEIRA, 2013) e têm-se apresentado como variáveis condicionadoras da marcação ou não da concordância verbal.

6.1.1.1 Saliência fônica

A saliência fônica é uma variável que se relaciona “ao tipo de diferença fônica entre a forma singular e a forma plural do verbo” (LEMLE; NARO, 1977, p. 20), correspondendo a alterações que vão desde a simples adição de –M na oposição singular/plural dos verbos regulares, como *estuda/estudam*, até a modificação total do verbo nessa oposição, como acontece com o verbo “ser” no presente do indicativo: *é/são*. Tal distinção pode ser colocada em uma escala e tende a indicar que “o grau de saliência fônica da diferença morfológica entre a forma singular e a forma plural esteja diretamente relacionado com a probabilidade de aplicação da regra de concordância” (LEMLE; NARO, 1977, p. 20).

Para a análise do grau de saliência fônica, utilizou-se a classificação de verbos feita por Vieira (2013), com uma adaptação: diferentemente da autora, que separa em dois grupos os verbos regulares com acréscimo de –M (um grupo para os verbos que não sofrem mudança na qualidade da vogal na forma plural, como *dorme/dormem*, e um grupo para os verbos que sofrem mudanças na qualidade da vogal na forma plural, como *fala/falam*), nesta pesquisa, optou-se por trabalhar com a seguinte classificação: plural regular, formado pelo acréscimo de –M, considerando todos os verbos que se enquadram nessa situação.

Assim, os grupos de verbos utilizados neste trabalho foram os seguintes:

[1] plural regular, formado pelo acréscimo de –M:

- Os maringenses em si falam. (02 M EM 1FE).
- Eu acho que as mulheres fala mais bem claro que os homens. (03 M EM 2FE).

[2] plural formado pelo acréscimo de –EM:

- [...] mas eu não me incomodo de as pessoas falarem errado [...]. (05 M ES 1FE).

- [...] Você vai falando correndo, as palavras sai, né [...]. (11 F EM 2FE).

[3] plural formado pelo acréscimo de –ÃO:

- [...] uns estão isolados [...]. (08 M ES 2FE).

- [...] o Democrático tá lotado e eles que tá lá. (02 M EM 1FE).

[4] plural de verbos regulares, formado pelo acréscimo de –RAM:

- [...] pessoas aqui em casa pegaram [...]. (09 F EM 1FE).

- [...] outros clientes mesmo aí pegou [...]. (03 M EM 2FE).

[5] plural de verbos irregulares, formado pelo acréscimo de –RAM:

- Outros que já veio de um outro patamar [...]. (01 M ES 1FE).

- [...] eles parecem que vieram em todos os lugares [...]. (07 M ES 2FE).

[6] plural do verbo “ser” no presente do indicativo:

- [...] as consequências não são das, das mais amigáveis (06 M ES 1FE).

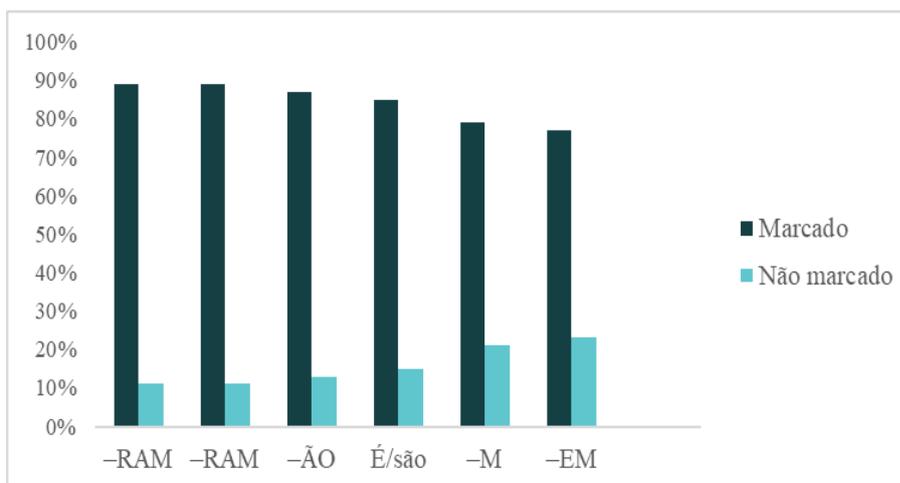
- Acho que as conversa é a mesma. (04 M EM 2FE).

Posto isso, a Tabela 6 e o Gráfico 3 apresentam o grupo de verbos identificados no *corpus* conforme a saliência fônica, além da marcação ou não da concordância em cada um deles. Ressalta-se que os tipos de verbos são apresentados de acordo com a ordem decrescente, em porcentagem, de marcação explícita de concordância.

Tabela 6 – Grau de saliência fônica

	N.º total de ocorrências	Marcado		Não marcado	
		Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Verbos regulares (–RAM)	89	79	89%	10	11%
Verbos irregulares (–RAM)	63	56	89%	7	11%
Plural –ÃO	90	78	87%	12	13%
É/são	79	67	85%	12	15%
Plural regular (–M)	414	326	79%	88	21%
Plural –EM	52	40	77%	12	23%
Total	787	646	-	141	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 3 – Grau de saliência fônica

Fonte: Elaborado pela autora.

Em primeiro lugar, quanto ao grau de saliência fônica dos verbos, tradicionalmente elencado em outros trabalhos da área, ele corresponde à oposição singular/plural referente à 3.^a pessoa. Por isso, no número de ocorrências da Tabela 6, não estão contabilizados os 283 casos de verbos na primeira pessoa do plural, o que justifica a diferença entre o número de ocorrências constante nessa tabela e o número absoluto apresentado na Tabela 4.

Neste trabalho, mesmo com a concordância prevalecendo em todas as situações, observa-se o cancelamento da marca explícita de plural de acordo com a diferença material fônica entre as formas verbais, ratificando os dados apresentados em outros trabalhos, como os de Scherre e Naro (1998), de Duarte (2008) e de Vieira (2013).

Nos dados encontrados nesta pesquisa, os verbos com desinência –RAM, tanto regulares como irregulares, apresentaram 89% de marcação explícita de concordância contra 11% de não marcação. Quanto a esse resultado, há uma pequena divergência em relação aos dados de Scherre e Naro (1998), por exemplo. Segundo os autores, os verbos regulares com desinência –RAM (*pagou/pagaram*, por exemplo) tendem a ser menos marcados em relação aos verbos irregulares com desinência –RAM (como *veio/vieram*), porque, nestes, há um acréscimo de segmentos e mudanças diversas – como alterações vocálicas e alterações no radical – na forma plural, enquanto naqueles há mudança nos segmentos, porém sem mudanças no radical. Na pesquisa dos autores, houve marcação de plural em 82% dos casos de verbos regulares e 88% em verbos irregulares.

O segundo caso mais marcado desta pesquisa, e conseqüentemente com menos apagamentos, ocorre em verbos com desinência –ÃO (por exemplo, *está/estão*), marcados em 87% das ocorrências e não marcados em 13% dos casos. Na seqüência, aparece o verbo “ser” no presente do indicativo (*é/são*), marcado em 85% dos casos e não marcado em 15%. Esses dados, embora indiquem mais manutenção do plural em formas mais salientes, apresentam um resultado contrário ao esperado, isso porque, tendo em vista que o verbo “ser” é anômalo e a diferença entre o singular e o plural é muito saliente, com uma mudança total na forma verbal, havia a expectativa de que este fosse mais marcado do que em verbos com desinência –ÃO que mantêm o radical.

Quanto aos verbos com menos marcas explícitas de concordância, identificam-se, conforme esperado, aqueles cujo plural é menos saliente em comparação à forma singular, a saber: (i) plural regular –M (como *fala/falam*), marcados em 79% dos casos e não marcados em 21% das ocorrências; (ii) plural realizado pelo acréscimo da desinência –EM (*faz/fazem*, por exemplo), marcados em 77% das ocorrências e não marcados em 23%.

Como se pode verificar, de modo geral, as ocorrências de marcação de concordância prevalecem nas formas cujo plural é mais saliente (–RAM, –ÃO, verbo SER) e diminuem nas formas menos salientes (–M e –EM), o que indica a influência do grau de saliência fônica na presença ou não de marca explícita de concordância verbal.

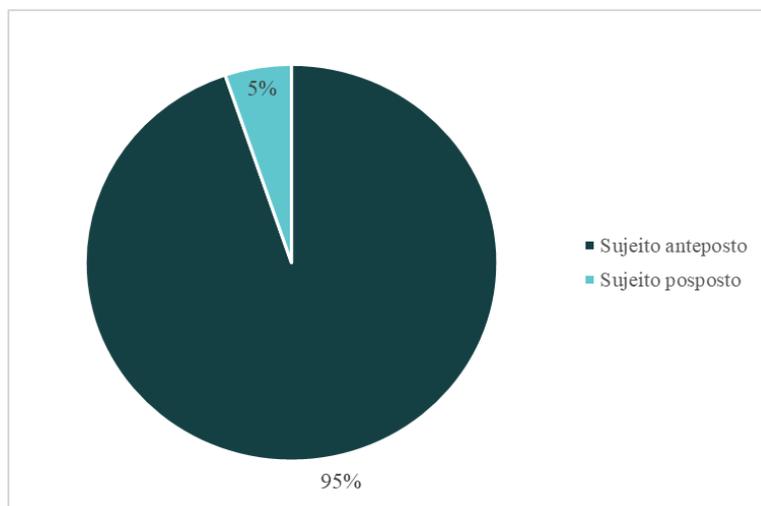
6.1.1.2 Posição do sujeito em relação ao verbo

A fim de analisar a posição do sujeito em relação ao verbo, consideram-se somente os sujeitos expressos, que correspondem a 748 ocorrências. Por essa razão, os 322 casos de sujeito oculto não são aqui apresentados. A Tabela 7 e o Gráfico 4 trazem os dados referentes à posição do sujeito em relação ao verbo.

Tabela 7 – Posição do sujeito em relação ao verbo

Posição do sujeito	Ocorrências	Porcentagem
Sujeito anteposto	709	95%
Sujeito posposto	39	5%
Total	748	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 4 – Posição do sujeito em relação ao verbo

Fonte: Elaborado pela autora.

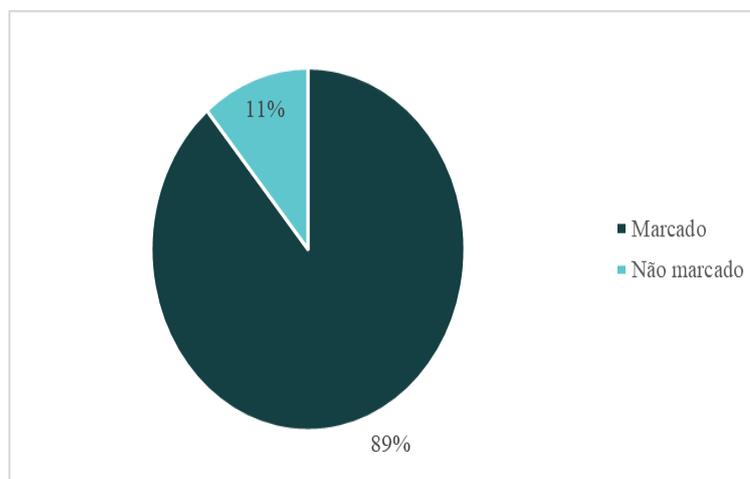
Com base nos dados da Tabela 7, bem como nos do Gráfico 4, verifica-se que, das 748 ocorrências de sujeito expresso na oração, 709 (95%) estão antepostas ao verbo e 39 (5%) pospostas a ele. Esse resultado revela a preferência do falante norte-paranaense pela construção do discurso na ordem direta da oração, isto é, sujeito-verbo (SV).

Quanto aos casos de sujeitos antepostos especificamente, observam-se os seguintes resultados:

Tabela 8 – Concordância com sujeitos antepostos ao verbo

Verbo	Ocorrências	Porcentagem
Marcado	630	89%
Não marcado	79	11%
Total	709	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 5 – Concordância com sujeitos antepostos ao verbo

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da Tabela 8 e do Gráfico 5, constata-se que a marcação da concordância se sobressai em comparação à não marcação: das 709 ocorrências de sujeito anteposto ao verbo, em 89% verbo e sujeito estavam concordando em número e em pessoa, o que corresponde a 630 casos.

Provavelmente, a marcação explícita de concordância nos verbos foi mais recorrente, pois a oração se encontra na ordem direta; o falante tende a reconhecer o sujeito como tal em virtude de sua topicalização, o que favorece a concordância.

Em relação aos casos de sujeito anteposto, Vieira (2013, p. 90) faz a seguinte ressalva quando o sujeito é representado pelo pronome relativo “que”:

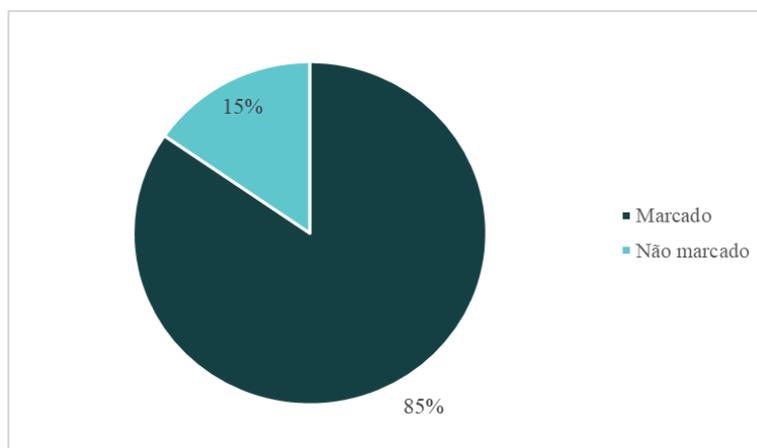
Das estruturas de sujeito anteposto – em que predomina a concordância –, destoam aquelas que apresentam sintagmas nominais retomados pelo pronome relativo *que*, o qual, por não ser uma forma marcada quanto ao número, induz também ao cancelamento.

Quanto às ocorrências em que se observou o uso do pronome relativo “que” sujeito, nesta pesquisa, os resultados foram estes:

Tabela 9 – Concordância com sujeitos antepostos representados por “que”

Verbo	Ocorrências	Porcentagem
Marcado	77	85%
Não marcado	14	15%
Total	91	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 6 – Concordância com sujeitos antepostos representados por “que”

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar os dados, observa-se que, de fato, houve uma diminuição da concordância em casos com pronome relativo “que”: se, no geral, verbos com sujeitos antepostos foram marcados em 89% dos casos, com o pronome relativo “que”, a marcação foi reduzida para 85%. Embora haja uma diferença, destaca-se aqui que o falante norteparanaense tende a fazer a marcação da concordância no verbo mesmo em casos em que, segundo a literatura, propicia-se a não marcação.

O uso do pronome relativo “que” pode ser observado na seguinte resposta do informante 05 M ES 1FE: “Porque os alunos falam que eu falo bem, né? Já tive coordenadores que falam que eu me expresso bem, então acredito que eu falo bem.”. Na fala do informante em questão, constata-se que o pronome relativo “que” retoma o termo “coordenadores”, com o qual o verbo concorda em número e em pessoa, mesmo sem marcas de plural no pronome. Esse uso corresponde à regra prevista nas gramáticas normativas: “Se o sujeito da oração é o pronome relativo *que*, o verbo concorda com o antecedente” (BECHARA, 2009, p. 561).

No que se refere aos verbos não marcados, que equivalem a 11% dos casos, na maioria das ocorrências, eles estão antecidos por pronome pessoal, como em “Eles se protege bastante” (05 M ES 1FE) e em “É a língua que eles fala, né?” (12 F EM 2FE). Nota-se que tal circunstância foi identificada na fala de informantes de ambos os sexos, dos dois graus de escolaridade e das duas faixas etárias, corroborando o estudo de Galves (1993), a qual afirma que, quando um pronome pessoal assume a posição de sujeito, a possibilidade de não concordância é maior, visto que o pronome já apresenta a marca de pessoa e número e, assim, a marca de plural no verbo seria uma redundância.

Diferentemente de quando o sujeito é expresso na forma de pronome de 3.^a pessoa, o falante tende a marcar a 1.^a pessoa, seja no singular, seja no plural, como indica Duarte (1993), isso porque o indivíduo se coloca no discurso ao usar tal pronome, como explica Camacho (1993). O trecho a seguir mostra como é recorrente a marcação da concordância explícita na 1.^a pessoa do plural, mesmo com a presença do pronome “nós”: “[...], mas, nem por isso, nós estamos saindo de casa, nós não saímos, nós temos procurado manter essa rotina.” (07 M ES 2FE).

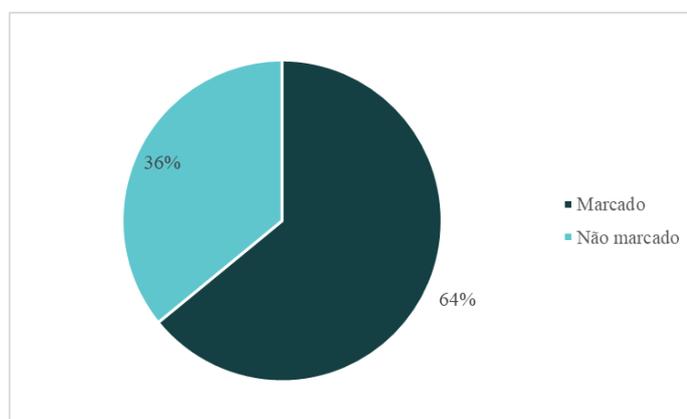
Já em relação aos casos de sujeitos pospostos, a Tabela 10 e o Gráfico 7 mostram os seguintes dados:

Tabela 10 – Concordância com sujeitos pospostos ao verbo

Verbo	Ocorrências	Porcentagem
Marcado	25	64%
Não marcado	14	36%
Total	39	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 7 – Concordância com sujeitos pospostos ao verbo



Fonte: Elaborado pela autora.

Em linhas gerais, como mencionado anteriormente, a ordem sujeito-verbo (SV) prevalece entre os norte-paranaenses, que realizaram a ordem inversa, isto é, verbo-sujeito (VS), em apenas 39 ocorrências, o que equivale a 5% dos eventos totais de sujeitos expressos, como mostra a Tabela 8. Dentre os casos de sujeito posposto identificados, a maioria se deu com verbos existenciais/apresentacionais, como “existir”, “acontecer” etc. O seguinte trecho exemplifica tal constatação: “[...] existem pessoas com ensino superior que não falam na língua mais culta e existem pessoas que não têm ensino superior que falam.” (14 F ES 1FE).

A considerar especificamente as ocorrências de sujeito posposto, verifica-se que, embora a marcação tenha prevalecido, a incidência de não marcação aumenta consideravelmente quando comparada à de não marcação com sujeitos antepostos: se somente 11% dos verbos referentes a sujeitos antepostos não receberam marca explícita de concordância, a não marcação ocorreu em 36% dos verbos cujos sujeitos estavam pospostos. Isso parece indicar que o falante reconhece o elemento posposto ao verbo como complemento, e não como sujeito.

Além disso, o sujeito posposto ao verbo pode favorecer a não marcação de concordância pelo fato de a construção frasal não ser retomada pelo indivíduo, em situação de fala, ou seja, o falante enuncia o verbo antes de pensar no sujeito gramatical. Nas palavras de Bechara (2009, p. 544):

Na língua oral, em que o fluxo do pensamento corre mais rápido que a formulação e estruturação da oração, é muito comum enunciar primeiro o verbo [...] para depois se seguirem os outros termos oracionais. Nestas circunstâncias, o falante costuma enunciar o verbo no singular, porque ainda não pensou no sujeito a quem atribuirá a função predicativa contida no verbo; se o sujeito, neste momento, foi pensado como pluralidade, os casos de discordância serão aí frequentes.

Identifica-se uma ocorrência de sujeito posposto neste trecho: “Eu lembro que era um período bem próximo das eleições mesmo e a gente sempre fazia ainda alguma coisa. Depois que passou e deu, pipocou muitos casos, né, aí ficou bem, bem...” (02 M EM 1 FE). No caso exposto, o informante não realizou a concordância do verbo com o sujeito “muitos casos” provavelmente porque o identificou como complemento verbal, em razão de sua posição posposta ao verbo; além disso, por se tratar de uma ocorrência na fala, sua elaboração e verbalização ocorrem simultaneamente, não podendo o falante “apagar” a construção oracional realizada e, assim, mantendo o verbo no singular.

A interferência da retomada da construção oracional fica explícita nesta resposta da informante 15 F ES 2 FE: “[...] eu percebi que eles usava o tu, que eles usavam o tu, né”. Nota-se que, em um primeiro momento, a informante utilizou o verbo “usava” no singular, mesmo com o sujeito no plural. Possivelmente, em virtude da ordem direta da oração, ela conseguiu retomar o sujeito e fazer a adequação entre sujeito e verbo, repetindo a oração com a marcação de plural no verbo.

Tais dados evidenciam que a posição do sujeito em relação ao verbo tende a condicionar a marcação ou não da concordância. No entanto, as porcentagens aqui obtidas não permitem corroborar a seguinte afirmação de Vieira (2013, p. 90): “os casos de sujeito posposto favorecem acentuadamente o cancelamento da marca de número dos verbos”, já que, mesmo com sujeitos pospostos, a marcação explícita de concordância prevaleceu.

6.1.1.3 Distância entre núcleo do sujeito e verbo

Nesta subseção, foram analisados apenas os casos de sujeito anteposto, os quais totalizaram 709 ocorrências. Dessa forma, os 39 casos de sujeito posposto ao verbo e os 322 de sujeito oculto não foram considerados. Para a análise dos eventos, focalizou-se o número de sílabas que separa os núcleos dos sujeitos antepostos de seus respectivos verbos, a partir da adaptação das categorias estabelecidas por Naro e Scherre (1999). Assim, as categorias utilizadas neste trabalho foram as seguintes:

[1] ausência de material fonético existente entre núcleo do sujeito e verbo (zero sílaba):

- [...] as duas foi nesse braço aqui. (04 M EM 2FE).
- Os estabelecimentos fecharam as portas [...] (10 F EM 1FE).

[2] presença de uma sílaba entre núcleo do sujeito e verbo:

- [...] eles não pararam na pandemia em nenhum momento [...] (08 M ES 2FE).
- [...] meus pais já estão vacinados [...] (15 F ES 2FE).

[3] presença de duas sílabas entre núcleo do sujeito e verbo:

- [...] poucos assim tiveram contato com a doença. (02 M EM 1FE).
- [...] mas tenho palavras que me incomodam. (13 F ES 1FE).

[4] presença de três sílabas entre núcleo do sujeito e verbo:

- [...] já alguns ainda continuam saindo (01 M EM 1FE).
- [...] meus amigos meio que foram embora, né [...] (14 F ES 1FE).

[5] presença de quatro sílabas entre núcleo do sujeito e verbo:

- E os meus amigos próximos que morreram, né? (07 M ES 2FE).
- [...] no geral, as mulheres parece que são mais brandas. (16 F ES 2FE).

[6] presença de cinco sílabas entre núcleo do sujeito e verbo:

- As pessoas da minha bolha tendem a usar mais as normas gramaticais e menos a linguística. (06 M ES 1FE).
- [...] pessoas aqui em casa pegaram também a doença [...] (09 F EM 1FE).

[7] presença de seis ou mais sílabas entre núcleo do sujeito e verbo:

- [...] várias lojas que a gente precisava das peças tava fechada (03 M EM 2FE).
- As mais velhas, normalmente, sabe, trazem uma bagagem, né [...] (11 F ES 1FE).

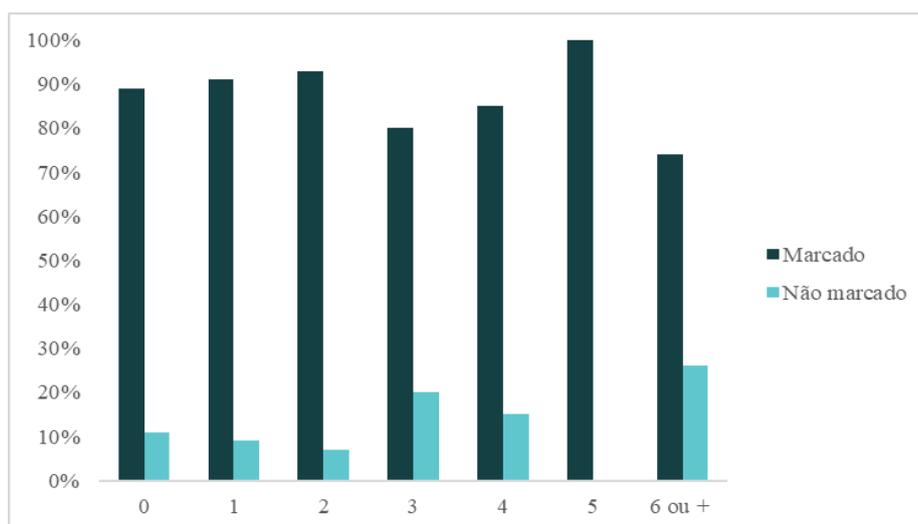
A Tabela 11 e o Gráfico 8 trazem os dados referentes à distância entre núcleo do sujeito e verbo. É válido destacar que a ordem de apresentação da quantidade de sílabas não corresponde necessariamente ao índice de marcação ou não da concordância.

Tabela 11 – Distância entre núcleo do sujeito e verbo

N.º de sílabas	N.º total de ocorrências	Marcado		Não marcado	
		Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
0 sílaba	468	418	89%	50	11%
1 sílaba	128	117	91%	11	9%
2 sílabas	41	38	93%	3	7%
3 sílabas	15	12	80%	3	20%
4 sílabas	13	11	85%	2	15%
5 sílabas	6	6	100%	0	-
6 ou + sílabas	38	28	74%	10	26%
Total	709	630	-	79	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 8 – Distância entre núcleo do sujeito e verbo



Fonte: Elaborado pela autora.

De modo geral, trabalhos da área, como o de Naro e Scherre (1999) e o de Vieira (2013), apresentam resultados semelhantes quanto à distância do núcleo do sujeito em relação ao verbo, destacando que, conforme aumenta o número de sílabas entre o núcleo do sujeito e o verbo, diminui progressivamente a marcação explícita de plural no verbo. Nas palavras de Naro e Scherre (1999, p. 20),

O maior uso de marcas explícitas de plural ocorre quando a relação sujeito/verbo é mais óbvia, ou seja, quando estes dois constituintes estão adjacentes. Há progressivamente menos marca quando a relação sintagmática entre sujeito e verbo é mais difícil de se estabelecer.

Nesta pesquisa, o único caso de marcação de concordância condicionada pela distância entre o núcleo do sujeito e o verbo ocorre quando aquele está distante seis ou mais sílabas do verbo. Nos demais casos, não há progressão linear.

Para se ter uma ideia, o maior índice de marcação se encontra nos casos de sujeitos cujos núcleos estão a cinco sílabas de distância do verbo. Se considerados os trabalhos que investigam esse fator, tais casos deveriam estar entre os menos marcados em virtude da grande distância entre núcleo do sujeito e verbo.

É necessário, no entanto, ponderar a pouca frequência dessas ocorrências: foram encontradas somente seis neste *corpus*. Dentre elas, quatro foram realizadas por informantes com ensino superior, condição social que tende a condicionar a marcação da concordância verbal. Mais especificamente, o informante 06 M ES 1FE produziu, em duas ocasiões, o mesmo sujeito cujo núcleo está a cinco sílabas de distância do verbo: “As pessoas da minha bolha falam [...]” e “As pessoas da minha bolha tendem a usar mais [...]”. Além disso, as outras ocorrências produzidas por informantes com ensino superior apresentam verbos cuja oposição singular/plural é mais marcada, ou seja, o fator grau de saliência fônica também está atuando nesse condicionamento, como mostram os excertos a seguir: “tem situações que eu penso que são” (07 M ES 2FE) e “duas pedagogas, colega minha, ficaram internadas” (16 F ES 2FE).

As duas outras ocorrências foram realizadas por informantes com ensino médio e também contêm verbos com plural saliente: “pessoas aqui em casa pegaram também a doença [...] (09 F EM 1FE)” e “nós maringaenses podemos vir” (02 M EM 2FE). Neste último caso, há ainda outro fator relevante: a presença do pronome “nós” na posição de sujeito, que tende a condicionar a marcação da concordância verbal, conforme salientado no início deste capítulo.

Na sequência, como segunda, terceira e quarta formas mais marcadas, estão (i) os verbos que concordam com sujeitos cujos núcleos estão a duas sílabas de distância (com 93% de marcação explícita), (ii) os casos em que há a presença de uma sílaba entre núcleo do sujeito e verbo (com 91% de marcação) e (iii) aqueles casos em que não há material fonético entre núcleo do sujeito e verbo (com 89% de casos com marcação explícita de concordância).

Outros fatores que parecem estar atuando na realização ou não da concordância verbal em relação à distância entre núcleo do sujeito e verbo são (i) a presença do pronome “eles” na posição de sujeito e (ii) do pronome relativo “que” fazendo a retomada do sintagma nominal anterior, fatores que tendem a condicionar a não marcação. No exemplo a seguir, nota-se que, mesmo não havendo sílabas entre os verbos, a marcação não acontece; o que pode ter ocorrido pela presença do pronome “eles” na função de sujeito e pela existência de verbos cujo plural é menos saliente: “Ô, Laura, onde que eles arruma tanta palavras assim, Laura, que não sei. Você pede pra escrever, eles escreve pelo meio do caminho.” (08 M ES 2FE).

Entre os casos menos marcados, em ordem decrescente, encontram-se os seguintes: marcação de 85% dos verbos quando há presença de quatro sílabas entre eles e o núcleo de seus respectivos sujeitos; 80% de marcação quando o núcleo do sujeito e o verbo estão separados por três sílabas; 73% de marcação quando há seis ou mais sílabas entre núcleo do sujeito e verbo. Constata-se que, dentre todos os casos, a menor marcação se dá justamente quando há maior distância entre núcleo do sujeito e verbo, provavelmente em razão de o falante não conseguir estabelecer a relação entre os dois constituintes da oração, porém, de modo geral, não há regularidade entre aumento da distância e diminuição das marcas de concordância. Vieira (2013, p. 91), inclusive, já ponderava que a distância entre o núcleo do sujeito e o verbo apresenta “comportamento instável em relação à concordância verbal”, exercendo “influência de nível secundário”, conforme demonstram também os resultados deste trabalho.

6.1.1.4 Animacidade do sujeito

Nesta subseção, como o intuito é verificar a influência dos traços semânticos animado e inanimado na marcação da concordância verbal, consideram-se apenas os casos de 3.^a pessoa, uma vez que todas as ocorrências em 1.^a pessoa do plural têm traço

[+animado] e, como visto anteriormente, são casos que propiciam a marca de plural no verbo. A seguir, apresentam-se alguns exemplos:

[1] animado²⁵:

- [...] dois cachorros que são absolutamente irritantes [...] (06 M ES 1FE).
- [...] agora os cachorro dorme com ele. (15 F ES 2FE).
- [...] com que as crianças vão crescendo [...] (05 M ES 1FE).
- Minhas tias anda pra lá, pra cá [...] (08 M ES 2FE).

[2] inanimado:

- Os estabelecimentos fecharam as portas [...] (10 F EM 1FE).
- Você vai falando correndo, as palavras sai, né, [...] (11 F EM 2FE).

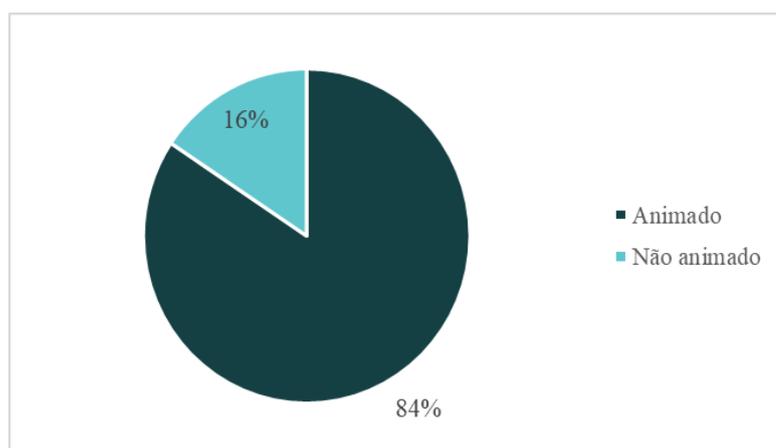
A Tabela 12 e o Gráfico 9 apresentam os dados gerais referentes à animacidade do sujeito.

Tabela 12 – Animacidade do sujeito

Animacidade	Ocorrências	Porcentagem
Animado	664	84%
Não animado	123	16%
Total	787	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 9 – Animacidade do sujeito



Fonte: Elaborado pela autora.

²⁵ Nesta pesquisa, não houve, como em alguns trabalhos, a separação entre traço animado humano e traço animado não humano, porque houve apenas três ocorrências com traço animado não humano, dentre as quais, duas estão expostas no exemplo.

Em um primeiro momento, vale destacar que, nas 16 entrevistas, predominaram os sujeitos animados, que correspondem a 84% das ocorrências totais. Isso se deve, muito provavelmente, às perguntas realizadas, por exemplo, “Como seus amigos lidaram e têm lidado com a pandemia?”, “Como seus familiares lidaram e têm lidado com a pandemia?”, “Jovens e idosos falam igual? Quem fala melhor?”, entre outras.

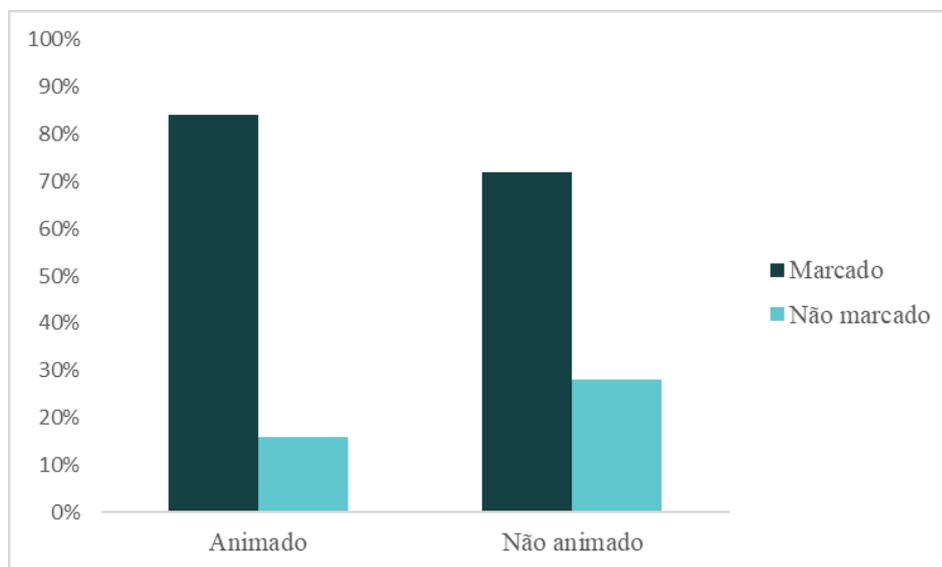
Na sequência, na Tabela 13 e no Gráfico 10, apresentam-se os resultados em relação à marcação e à não marcação dos verbos conforme a animacidade dos sujeitos:

Tabela 13 – Concordância de acordo com a animacidade do sujeito

Animacidade do sujeito	N.º total de ocorrências	Marcado		Não marcado	
		Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Animado	664	558	84%	106	16%
Não animado	123	88	72%	35	28%
Total	787	646	-	141	-

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 10 – Concordância de acordo com a animacidade do sujeito



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme a Tabela 13 e o Gráfico 10, com sujeitos [+animado], houve marcação de plural no verbo em 84% das ocorrências e, com sujeitos [-animado], essa marcação caiu para 72%.

Um fator que pode esclarecer a maior marcação dos verbos com sujeitos animados é o fato de a maioria desses verbos estar indicando ação. O valor semântico de ação é o mais predominantemente vinculado à classe dos verbos (RESENDE, 2003) e, nesse caso, o sujeito precisa conter o traço [+animado]²⁶ e a voz verbal deve ser ativa, situação em que o sujeito é o agente da oração. Tal fato pode ser observado em “[...] via que as pessoas não usavam máscara [...]” (13 F ES 1FE), em “[...] as pessoas não voltavam na minha monitoria” (06 M ES 1FE) e em “[...] as meninas que faziam o pão junto comigo [...]” (12 F EM 2FE).

Para Vieira (2013, p. 91), a animacidade do sujeito tende a exercer influência de nível secundário. Assim, faz-se necessário ponderar que outros fatores, como saliência fônica, podem estar atuando conjuntamente na marcação ou não da concordância, neste caso. Comparem-se os dois exemplos a seguir: “dois cachorros que são absolutamente irritantes” (06 M ES 1FE) e “agora os cachorro dorme com ele” (15 F ES 2FE).

No primeiro exemplo, há uma declaração sobre o sujeito, que não pratica a ação; se considerado o argumento de Resende (2003), neste caso, a marcação seria menos propícia, pelo valor semântico do verbo. No entanto, isso não acontece, provavelmente pelo fato de a oposição singular/plural ser mais saliente, por se tratar do verbo anômalo “ser”. Já em “os cachorro dorme”, apesar de o verbo indicar ação, não ocorre marcação, possivelmente porque o plural do verbo “dormir” no presente do indicativo é formado pelo simples acréscimo de -M.

Nos sujeitos com traço [-animado], há um aumento de casos de verbos não marcados: 28% contra 16% nos sujeitos com traço [+animado]. Os exemplos a seguir mostram os sujeitos assim categorizados: “[...] as ideias de dia a dia é diferente” (08 M ES 2FE); “[...] os passeios era somente os passeios abertos” (12 F EM 2FE); “Às vezes passa, passa palavras assim que eu sei que tá errada, mas passa” (13 F ES 1FE). Pelos exemplos, constata-se que, mesmo verbos mais salientes, como o “ser” no presente do indicativo, deixam de ser marcados com sujeitos inanimados, como ilustra a fala do informante 08. Ainda quanto a outros fatores linguísticos, verifica-se que, mesmo quando o sujeito

²⁶ Os verbos que indicam ação e cujos sujeitos são inanimados estão, na realidade, em sentido figurado, por exemplo: “Os estabelecimentos fecharam as portas [...]” (10 F EM 1FE). Neste exemplo, observa-se que não são os estabelecimentos que praticaram a ação de fechar as portas e, sim, alguém (um ser animado).

inanimado está anteposto ao verbo (como na fala dos informantes 08 e 12), situação em que, normalmente, dá-se a marcação explícita, a concordância verbal não acontece.

Assim, infere-se que a animacidade do sujeito tende a condicionar a marcação ou não da concordância verbal na fala de sujeitos norte-paranaenses. Tais resultados identificados neste trabalho corroboram os de outras pesquisas, como a de Vieira (2013, p. 91), segundo a qual “sujeitos inanimados favorecem o cancelamento, quando comparados aos animados”.

6.1.2 FATORES EXTRALINGUISÍTICOS

Verificaram-se os fatores extralinguísticos sexo, faixa etária e grau de escolaridade. Os resultados obtidos são apresentados na sequência.

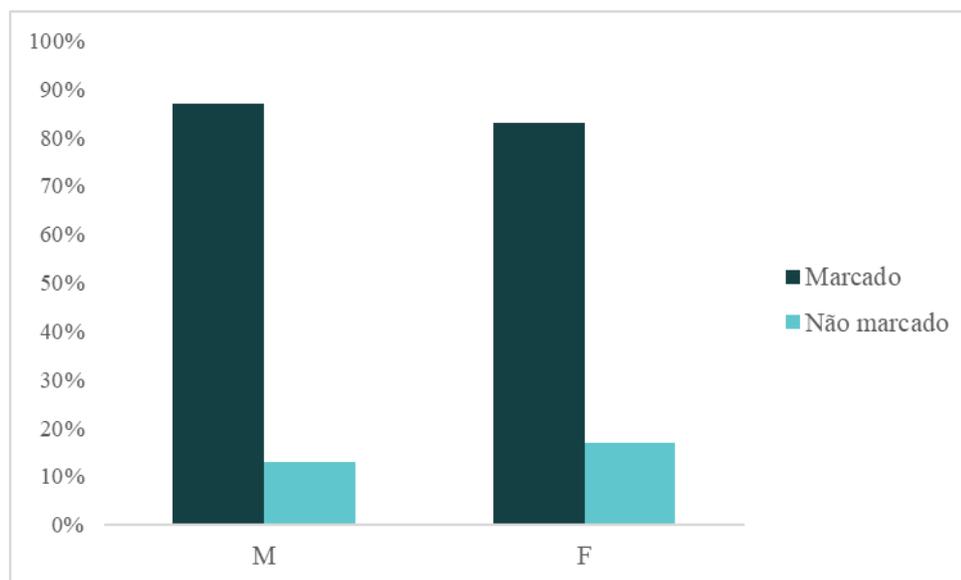
6.1.2.1 Sexo

A Tabela 14 e o Gráfico 11 apresentam os dados referentes à marcação da concordância verbal de acordo com o sexo.

Tabela 14 – Marcação da concordância verbal conforme o sexo

Variantes	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem
Marcado	639	87%	277	83%
Não marcado	99	13%	55	17%
Total	738	100%	332	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 11 – Marcação da concordância verbal conforme o sexo

Fonte: Elaborado pela autora.

É válido explicar, primeiramente, que a diferença numérica entre a produção de verbos no plural realizada pelos homens – 738 casos – em comparação à realizada pelas mulheres – 332 casos – ocorreu em virtude de uma entrevista de um informante do sexo masculino, com ensino superior e pertencente à segunda faixa etária ter durado 95 minutos, tempo que destoou das demais entrevistas que tiveram duração aproximada de 30 minutos.

Em sua fala, este informante produziu 439 casos de concordância, tanto de 1.^a como de 3.^a pessoa do plural. Excetuando-se essa entrevista, haveria 299 ocorrências referentes ao sexo masculino contra 332 do sexo feminino. Quanto a esse fato, vale destacar que, embora os dados quantitativos sejam díspares em relação aos produzidos pelos outros participantes da pesquisa, os resultados qualitativos acompanham os das demais entrevistas, isto é, o comportamento linguístico do informante em questão segue o dos demais norte-paranaenses, o que permitiu que tal entrevista fosse considerada nas análises. Importa destacar ainda que, embora a diferença numérica tenha sido expressiva, os índices percentuais aproximam-se bastante: 87% de ocorrências marcadas no sexo masculino contra 83% no sexo feminino.

Segundo Monteiro (2000, p. 71), “é ponto pacífico que as mulheres e os homens não falam da mesma maneira”; no entanto, os dados deste trabalho apontam resultados muito próximos em relação ao fenômeno linguístico estudado, já que os homens produziram 87% de marcação contra 83% realizadas pelas mulheres, uma diferença de

apenas 4%. Esses dados apontam, ainda, que, independentemente do sexo, há predomínio da concordância explícita.

Já especificamente, constata-se que o sexo masculino marcou mais que o feminino. Embora a diferença percentual seja pequena, tal resultado difere, por exemplo, do exposto por Scherre e Naro (1998), que indicam que o sexo feminino tende a marcar mais. Aliás, essa constatação pode ser encontrada em outros trabalhos da área, os quais alegam que “as mulheres geralmente são mais sensíveis às normas de prestígio do que os homens”²⁷ (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 37, tradução nossa), isto é, elas tendem a preferir as variantes que são mais prestigiadas socialmente, como é o caso da marcação explícita da concordância verbal.

Por outro lado, de acordo com Moreno Fernández (1998), apoiando-se em Chambers,

As diferenças entre a fala de homens e de mulheres podem ser resultado de uma atribuição de diferentes papéis socioculturais, principalmente quando as variáveis são estáveis e quando homens e mulheres levam vidas diferentes dentro de uma comunidade (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 39, tradução nossa).²⁸

Dessa forma, parece que os papéis socioculturais desempenhados pela maioria das mulheres que participou desta pesquisa possam estar influenciando a não marcação da concordância, mais especificamente, a profissão que desempenham: duas são donas de casa, uma está aposentada – situações em que não se exige o uso da variante culta, porque, nesse caso, não haveria prejuízo profissional – e outras duas lidam com um público de renda mais baixa, o que pode condicionar o seu modo de falar. A informante 11 F EM 2FE faz um comentário sobre isso: “[...] eu não posso ficar falando lá com minhas funcionárias como eu falava com um comprador de uma lancha superpoderosa”. Nas palavras de Paiva (2013, p. 42),

Trabalho, lazer, atividades domésticas são compartilhados de uma forma que desfaz os estereótipos inerentes aos papéis masculino e feminino na sociedade. Essas modificações, assim como se manifestam em outras

²⁷ “la mujer generalmente es más sensible a las normas prestigiosas que los hombres” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 37).

²⁸ “las diferencias entre el habla de hombres y mujeres pueden ser el resultado de una asignación de funciones socioculturales diferentes, sobre todo cuando las variables son estables y cuando hombres y mujeres llevan vidas diferentes dentro de una comunidad” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 39).

práticas sociais, podem se refletir no uso lingüístico, seja alterando os padrões de correlação estatística, seja anulando o efeito da variável.

Posto isso, nota-se que o fator extralingüístico sexo, aparentemente, não está atuando como condicionador na marcação da concordância verbal entre os falantes norteparanaenses.

6.1.2.2 Faixa etária

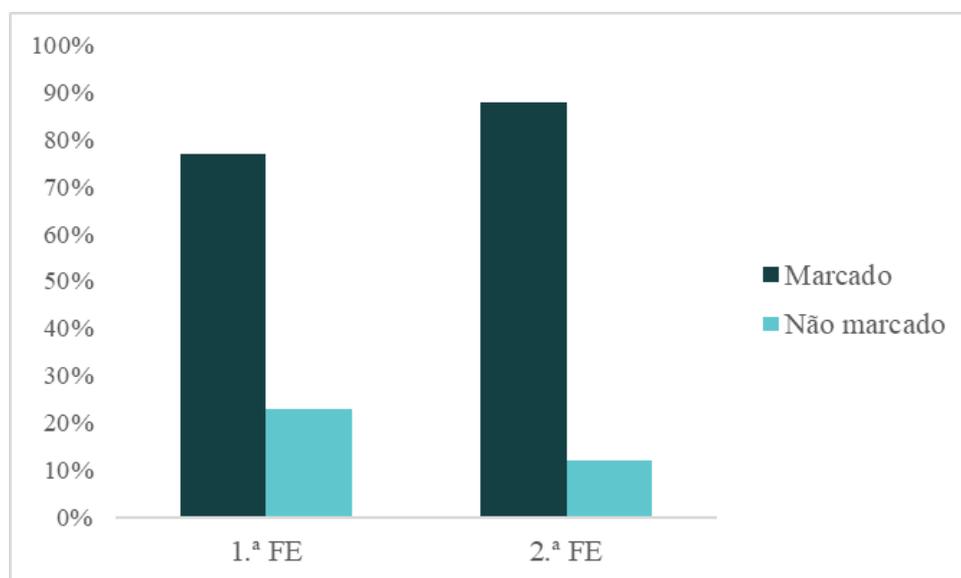
A Tabela 15 e o Gráfico 12 indicam os resultados de acordo com a faixa etária dos falantes.

Tabela 15 – Marcação da concordância verbal conforme a faixa etária

Variantes	Faixa etária			
	Primeira		Segunda	
	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem
Marcado	173	77%	743	88%
Não marcado	52	23%	102	12%
Total	225	100%	845 ²⁹	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 12 – Marcação da concordância verbal conforme a faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora.

²⁹ Conforme já indicado ao tratar da variável sexo, a diferença numérica entre as ocorrências da 1FE (225 no total) e as da 2FE (845 no total) se justifica pela entrevista de um informante com ensino superior, do sexo masculino e pertencente à 2FE, o qual, sozinho, produziu 439 ocorrências válidas de verbos no plural.

Com base na análise dos dados segundo a faixa etária (FE) dos falantes, nota-se que a marcação explícita da concordância prevalece tanto na primeira faixa etária (1.^a FE), com 77% de verbos marcados contra 23% de não marcados, como na segunda (2.^a FE), com 88% de marcação contra 12% de não marcação. Normalmente, indivíduos da 1.^a FE estão ingressando no mercado de trabalho, enquanto os sujeitos da 2.^a FE ainda atuam profissionalmente, fator que pode influenciar uma realização da concordância verbal mais marcada nesta FE, porque, muitas vezes, exige-se dos profissionais o uso da variante culta, a fim de evitar formas estigmatizadas, carregadas de preconceito e que podem trazer prejuízos profissionais.

Ainda sobre a variável idade, os resultados desta pesquisa contradizem a fala de Vieira (2016), a qual afirma que, à proporção que a idade dos falantes aumenta, cresce também a falta de concordância verbal explícita. Por outro lado, confirmam a hipótese de Naro (2003); para o autor, “os falantes mais velhos costumam preservar as formas mais antigas” (NARO, 2003, p. 43), isto é, as formas mais conservadoras, no caso, a marca explícita de concordância verbal.

De acordo com Moreno Fernández (1998), ao decorrer do tempo, os indivíduos tendem a modificar as suas características e os seus hábitos, inclusive os comunicativos e os puramente linguísticos. Por isso, busca-se determinar, por meio do fator faixa etária, se as variantes observadas na pesquisa estão em situação de variação estável ou de mudança linguística. Para Tarallo (2002), haverá variação estável caso não existam alterações entre as faixas etárias; em contrapartida, caso o uso da variante mais inovadora ocorra mais frequentemente na faixa etária mais jovem, diminuindo em relação à idade dos informantes mais velhos, caracterizar-se-á uma situação de mudança em progresso.

Dessa maneira, os resultados indicam uma possibilidade de mudança em progresso, uma vez que a forma inovadora – ou seja, a não marcação de concordância verbal – mostrou-se mais presente entre os informantes da 1.^a FE; assim, a variável faixa etária se mostrou uma possível condicionante para o fenômeno entre os informantes norte-paranaenses.

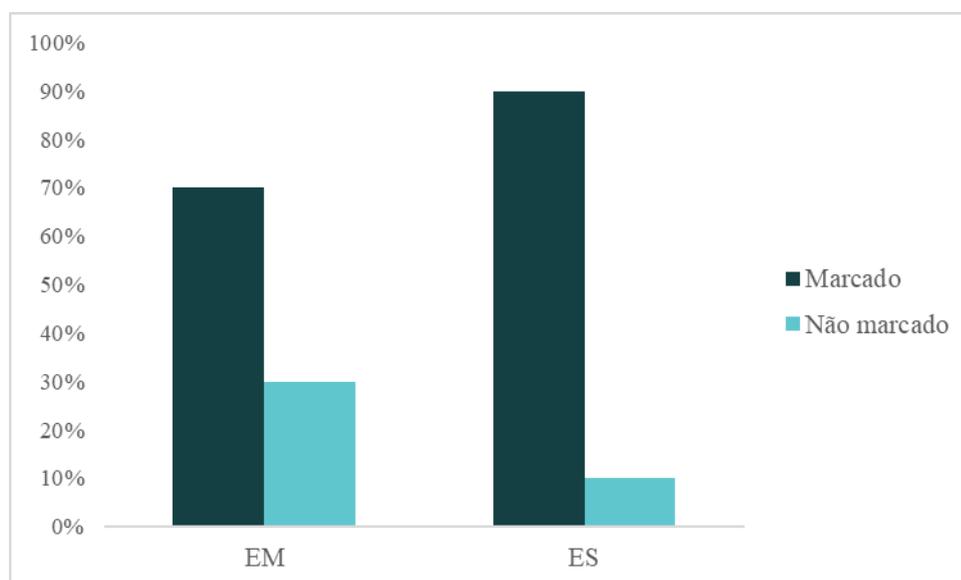
6.1.2.3 Grau de escolaridade

A Tabela 16 e o Gráfico 13 apresentam os dados de marcação da concordância verbal dos falantes norte-paranaenses conforme o grau de escolaridade.

Tabela 16 – Marcação da concordância verbal conforme a escolaridade

Variantes	Grau de escolaridade			
	Ensino médio		Ensino superior	
	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem
Marcado	162	70%	754	90%
Não marcado	69	30%	85	10%
Total	231	100%	839 ³⁰	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 13 – Marcação da concordância verbal conforme a escolaridade

Fonte: Elaborado pela autora.

Em um primeiro momento, com base na análise dos dados, é válido ressaltar que há predomínio da concordância verbal explícita tanto na fala dos norte-paranaenses com ensino médio como na fala dos norte-paranaenses com ensino superior. É possível que a realização de concordância explícita se dê em virtude de a escola influenciar o modo como falam e escrevem os indivíduos que a frequentam, já que ela “atua como preservadora de formas de prestígio, face a tendências de mudança em curso” (VOTRE, 2003, p. 51).

Os dados acerca da marcação da concordância verbal indicam ainda que ela é identificada com mais frequência na fala dos informantes com ensino superior, já que

³⁰ Conforme já indicado ao tratar das variáveis sexo e faixa etária, a diferença numérica entre as ocorrências de informantes com ensino médio (231 no total) e as de informantes com ensino superior (839 no total) se justifica pela entrevista de um informante com ensino superior, do sexo masculino e pertencente à 2FE, o qual, sozinho, realizou 439 casos de verbos no plural.

houve a marcação da concordância em 90% das ocorrências; por outro lado, entre os falantes com ensino médio, o índice de marcação foi de 70%. Tal comportamento dialoga com os resultados identificados por Scherre e Naro (1998): de acordo com os autores, as pessoas com mais anos de escolarização apresentam mais a variante explícita de concordância.

Segundo Moreno Fernández (1998, p. 55, tradução nossa), “é normal que as pessoas mais instruídas façam maior uso das variantes consideradas mais prestigiosas ou que mais se adequam à norma”³¹, isso porque indivíduos que passam mais tempo nos bancos escolares tendem a usar as formas de prestígio e a evitar as estigmatizadas, as quais são constantemente controladas e evitadas e, em alguns casos, levam o indivíduo a ser punido. Assim, o ambiente escolar favorece a exposição a circunstâncias que privilegiam a norma e isso se reflete no discurso dos informantes mais escolarizados.

Além da marcação explícita, o grau de escolaridade tende a influenciar outro fenômeno: a hipercorreção. De acordo com Câmara Jr. (2002, p. 237), a hipercorreção é a “equivocação no desejo de falar bem”. Essa vontade pode ser motivada por dois fatores: a) o indivíduo, ao ter certa noção da norma e de seu prestígio, aplica regras em casos em que elas são desnecessárias, ou, b) por saber que há um modo prestigioso de falar e por não o possuir, o falante tenta imitar, exageradamente, as formas prestigiosas.

Neste trabalho, depreende-se que os falantes têm noção da norma, justamente pelo elevado grau de concordância verbal explícita, bem como pela sua escolarização. Durante a análise, foram identificadas 19 ocorrências de hipercorreção, sendo seis entre os informantes com ensino médio e 13 entre os participantes com ensino superior. A maior recorrência entre informantes com maior grau de escolaridade pode ser justificada pelo fato de a hipercorreção estar presente no uso, principalmente, de pessoas “em ascensão cultural, pois esses sujeitos já têm certa noção das normas da língua, do contrário, não teriam essa intenção de ‘acerto’ ” (SILVA, 2013, p. 3).

Em, por exemplo, “[...] fazem 19 anos que eu estou lá no restaurante” (11 F EM 2FE), observa-se uma concordância em desacordo com as prescrições normativas, já que o informante faz a concordância do verbo com o numeral; neste caso, segundo a gramática normativa, o verbo deve ficar no singular por indicar tempo e, conseqüentemente, ser impessoal.

³¹ “es normal que las personas más instruidas hagan mayor uso de las variantes que son consideradas como más prestigiosas o que más se ajustan a la norma” (MORENO FERNÁNDEZ, 1996, p. 55).

Outro caso com verbo impessoal é identificado em “[...] haviam algumas doenças nos anos setenta” (07 M ES 2FE). Aqui, o informante faz a concordância com o termo posposto a ele, no caso, com o seu objeto. Sabe-se que, conforme a gramática normativa, o verbo “haver” com sentido de “existir” é impessoal e, portanto, deve permanecer no singular. Assim, como a escola tende a controlar, a corrigir e a punir o indivíduo que não usa as prescrições gramaticais, “o usuário da língua fica ansioso por evitar erros para os quais já foi alertado, e termina aplicando a regra onde ela não se faz necessária” (SILVA, 2013, p. 3); no caso do fenômeno nesta pesquisa, o sujeito tende a marcar o verbo nas mais diferentes circunstâncias, inclusive naquelas em que a concordância não se faz necessária.

Sendo assim, é notório que o grau de escolaridade parece atuar como fator condicionante para a marcação da concordância entre os sujeitos norte-paranaenses.

6.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DE CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS

Como exposto anteriormente, busca-se entender, neste trabalho, a concordância verbal da maneira mais ampla possível; por isso, interessa verificar – além dos dados referentes às variações linguística e extralinguística – as crenças e as atitudes linguísticas dos falantes norte-paranaenses em relação à realização desse fenômeno. Assim, na sequência, são apresentadas as análises referentes aos questionários quantitativo e qualitativo aplicados neste trabalho.

6.2.1 QUESTIONÁRIO QUANTITATIVO

Esta segunda parte da análise refere-se aos resultados alcançados por meio do questionário quantitativo³², adaptado da técnica *matched guise*, de Lambert e Lambert (1972), e do trabalho de Botassini (2013).

Nesta dissertação, a técnica *matched guise* foi adaptada da seguinte maneira: dois leitores diferentes (e não o mesmo leitor), moradores do Norte do Paraná, realizaram a leitura dos textos elaborados especificamente para a aplicação deste questionário. Um ficou responsável pela leitura e pela gravação do texto com marcação de concordância (que pode ser observado na p. 66) e o outro, pela leitura e pela gravação do texto sem marcação de concordância (que pode ser observado na p. 67).

³² Conforme exposto em detalhes no capítulo *Corpus e Metodologia*, na p. 69.

Quanto à adaptação do trabalho de Botassini (2013), houve uma redução em relação à quantidade de afirmativas, pois foram escolhidas somente aquelas pertinentes à avaliação da concordância verbal. Além disso, nesta dissertação, optou-se apenas por trabalhar com as respostas *concordo* e *discordo*, eliminando, assim, os julgamentos intermediários utilizados por Botassini (2013), a saber: concordo parcialmente, discordo parcialmente e nem concordo nem discordo. Essa adaptação teve como intuito “obrigar” os informantes “juízes” a se posicionarem em relação à avaliação das características dos leitores ouvidos.

O objetivo principal deste instrumento é verificar a reação dos informantes em relação à marcação e à não marcação da concordância verbal. Vale lembrar que lhes era informado que se tratava somente de uma entrevista sobre os efeitos da pandemia, ou seja, não se verbalizava que os áudios traziam realizações distintas da concordância verbal.

Conforme já explicado no capítulo metodológico, este questionário é constituído por 13 frases afirmativas, que atribuem características aos informantes “leitores”. Tais atributos se dividem, basicamente, em dois grupos: os relacionados à competência e os vinculados à atratividade social. As características vinculadas à competência são, por exemplo, “inteligente”, “estudada” etc. Relacionam-se à atratividade social adjetivos como “feia”, “grossa”, “exibida”, “engraçada” etc. É possível identificar também, mesmo que em menor quantidade, atributos relacionados à integridade pessoal, como “cuidadosa”.

Ainda sobre as 13 frases afirmativas, algumas destacam características positivas (sete frases) e outras negativas (seis frases). Mesmo que a quantidade de frases não seja equivalente, isso em nada interfere no resultado, uma vez que os informantes “juízes” poderiam concordar ou discordar das afirmações postas.

Assim, computaram-se como avaliações positivas i) as respostas *concordo* em relação a características positivas e ii) as respostas *discordo* em relação a características negativas. Exemplos:

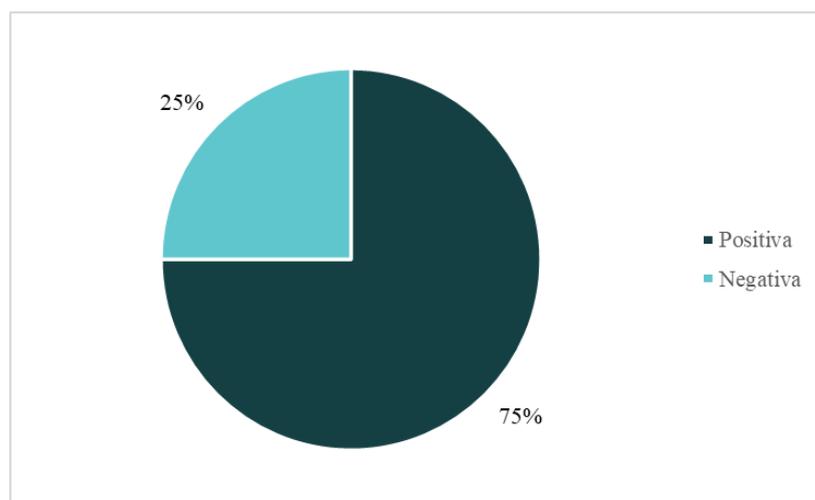
A pessoa que você ouviu é estudada. Resposta: concordo.
A pessoa que você ouviu é engraçada. Resposta: discordo.

Ao contrário, consideraram-se avaliações negativas i) as respostas *concordo* em relação a características negativas e ii) as respostas *discordo* em relação a características positivas. Exemplos:

A pessoa que você ouviu é exibida. Resposta: concordo.
A pessoa que você ouviu é cuidadosa. Resposta: discordo.

Cada um dos 16 informantes respondeu às 13 frases afirmativas constantes do questionário após escutar um áudio (16 x 13 = 208 respostas); como foram reproduzidos dois áudios diferentes, o questionário em questão foi preenchido duas vezes (208 x 2 = 416 respostas). Assim, foram realizadas, nesta parte da entrevista, 416 avaliações, das quais 311 (75%) foram positivas e 105 (25%) foram negativas, conforme ilustra o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Avaliação geral dos áudios



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme indica o Gráfico 14, as avaliações positivas foram mais recorrentes que as negativas. No entanto, o valor positivo se sobressai quando se avalia o leitor do texto com marcação de concordância. A Tabela 17 apresenta os resultados referentes à avaliação dos dois áudios, independentemente das características do informante “juiz”.

Tabela 17 – Resultados referentes à avaliação dos áudios

Áudio	Avaliação			
	Positiva		Negativa	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Com marcação de concordância	172	83	36	17
Sem marcação de concordância	139	67	69	33
Total	311	75	105	25

Fonte: Elaborada pela autora.

Os resultados percentuais indicam uma diferença superior a 15% tanto na avaliação positiva quanto na negativa entre o leitor que realizou a marcação da concordância verbal e o leitor que não a realizou. Enquanto aquele recebeu 83% de avaliações positivas e 17% de

avaliações negativas, este recebeu apenas 67% de avaliações positivas e 33% de avaliações negativas.

Pelo exposto, observa-se uma nítida preferência à variante caracterizada pela marcação da concordância verbal, já que as avaliações positivas foram superiores. Por outro lado, a levar em conta a maior porcentagem das avaliações negativas, os resultados indicam que, de certa forma, “repele-se” a fala que não apresenta as marcas explícitas de concordância verbal. Esses resultados complementam os de Ghessi (2020), que, ao analisar as atitudes linguísticas quanto à (ausência de) concordância verbal em textos escritos, identificou uma avaliação mais positiva em relação àqueles em que havia marcas explícitas de concordância.

Na sequência, a fim de destacar quais são as características atribuídas a cada um dos leitores e de relacioná-las à marcação ou não da concordância verbal, apresenta-se a Tabela 18 com os percentuais de respostas *concordo* marcadas pelos informantes ao julgar os dois leitores.

Tabela 18 – Percentual de respostas *concordo* na avaliação dos informantes

Afirmações	Com concordância	Sem concordância	Diferença percentual
01. A pessoa que você ouviu é inteligente.	88 %	94 %	6 %
02. A pessoa que você ouviu é feia.	0 %	13 %	13 %
03. A pessoa que você ouviu é estudada.	88 %	25 %	63 %
04. A pessoa que você ouviu é cuidadosa.	88 %	94 %	6 %
05. A pessoa que você ouviu é grossa.	0 %	0 %	0 %
06. A pessoa que você ouviu é exibida.	6 %	0 %	6 %
07. A pessoa que você ouviu é autoritária.	31 %	19 %	12 %
08. A pessoa que você ouviu é engraçada.	19 %	44 %	25 %
09. A pessoa que você ouviu sofre preconceito social.	25 %	63 %	38 %
10. A pessoa que você ouviu tem boa cultura.	100 %	63 %	37 %
11. A pessoa que você ouviu tem boa condição financeira.	88 %	44 %	44 %
12. A pessoa que você ouviu exerce cargo de chefia.	38 %	25 %	13 %
13. A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim.	69 %	63 %	6 %

Fonte: Elaborada pela autora.

Para a discussão dos resultados referentes a cada uma das 13 afirmações que compõem o questionário, considerou-se a ordem crescente de diferença percentual entre as

avaliações atribuídas ao áudio com marcação de concordância e as avaliações atribuídas ao áudio sem marcação, ou seja, da menor para a maior diferença percentual entre os resultados. Desse modo, os atributos são analisados na seguinte ordem: “grossa” (característica para a qual não houve diferença percentual), “inteligente”, “cuidadosa”, “exibida”, “sente orgulho de falar assim”, “autoritária”, “feia”, “exerce cargo de chefia”, “engraçada”, “boa cultura”, “sofre preconceito social”, “boa condição financeira” e, por fim, “estudada” (característica que apresentou a maior diferença percentual deste questionário: 63%).

A partir da análise da Tabela 18, considerando-se o áudio com marcação de concordância e o áudio sem marcação de concordância, destaca-se que não houve diferença percentual em relação às avaliações referentes a uma característica: “grossa”. A considerar as respostas dos informantes “juizes” em relação à afirmação “A pessoa que você ouviu é grossa.”, todos assinalaram *discordo* para ambos os “leitores”, indicando uma avaliação positiva de 100%, o que tende a mostrar que, para os norte-paranaenses entrevistados, a marcação ou não da concordância verbal não se relaciona a essa característica, que diz respeito à atratividade social.

Constata-se, ainda, que a diferença percentual de 6% apareceu na avaliação de quatro afirmações, a saber: “A pessoa que você ouviu é inteligente.”, “A pessoa que você ouviu é cuidadosa.”, “A pessoa que você ouviu é exibida.” e “A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim.”. Quanto a essas características, é possível fazer algumas considerações.

Em relação ao atributo “inteligente”, nota-se que a resposta *concordo* foi assinalada em 88% dos casos referentes ao leitor que realizou a marcação da concordância verbal; em contrapartida, quando referentes ao leitor que não a realizou, as avaliações positivas chegaram a 94%. Chama a atenção, de imediato, o fato de o leitor que não realizou a concordância ter sido mais bem avaliado que o leitor que a realizou, um resultado diferente do esperado, já que, normalmente, associa-se a ausência de concordância a uma falta de inteligência. Esse índice elevado de avaliações positivas pode estar associado a outros fatores, como o conteúdo do áudio, já que, independentemente da variante usada, o informante “juiz” pode ter avaliado positivamente uma opinião semelhante à sua.

Coincidentemente, todos os entrevistados que escolheram a opção *discordo* justificaram a sua resposta ou logo após a resposta ao questionário quantitativo³³ ou durante as respostas às perguntas qualitativas sobre crenças e atitudes linguísticas. No caso das respostas *discordo* referentes ao áudio com marcação de concordância verbal, infere-se que elas foram motivadas pelo teor da mensagem, ou seja, pelo seu conteúdo, e não necessariamente pela variante linguística utilizada. A informante 12, por exemplo, logo após escolher a sua resposta, fez o seguinte comentário: “Ai, eu acho que tá se entregando muito fácil. Ai, eu discordo dela.”; nitidamente, há uma referência à posição assumida pelo leitor em relação à pandemia, tema do áudio passado aos informantes “juízes”. Para outro entrevistado, a pessoa do áudio não parecia ser inteligente, mas sim prepotente, novamente pelo teor da gravação. Em suas palavras:

(02) INF. – Eu tive a impressão que aquela pessoa era mais prepotente do que inteligente.

INQ. – Então você teve a impressão de que a prepotência sobressaía à inteligência?

INF. – Uhum.

INQ. – Por que você achou isso?

INF. – Por causa da maneira como ela se colocava. Assim, ela falava muito, tipo, “ah, isso vai acontecer”, “isso...”. Eu não acho que vai acontecer. Eu acho que, assim, por um, sei lá, um, dois anos as pessoas vão, vão, vão mudar, mas depois vai voltar tudo da maneira que era antes. Isso, obviamente, quando acabarem os casos de pandemia ou, sei lá, a população inteira morrer. (risos) (06 M ES 1FE).

Em relação à resposta *discordo* atribuída ao leitor do áudio sem marcação de concordância, a informante que a realizou faz a seguinte observação: “Não. Em relação à resposta, sim, mas, pela fala, pelo jeito, eu acho que talvez não tenha estudo ou alguma coisa do tipo.”; nesse caso, nota-se que o uso linguístico foi determinante para a resposta, indicando uma crença da entrevistada em relação à ausência de concordância verbal.

Quanto à afirmação “A pessoa que você ouviu é exibida”, embora somente uma resposta *concordo* tenha sido assinalada, vale destacar que tal atribuído foi relacionado ao áudio com marcação de concordância, o que parece indicar que pessoas que produzem uma fala mais culta podem ser julgadas negativamente e, ainda, esse resultado pode indicar uma atitude negativa em relação ao uso considerado ideal pelas gramáticas normativas e pelos bancos escolares.

³³ Como a entrevista foi realizada por *Google Meet*, como exposto no capítulo metodológico (p. 65), a pesquisadora leu as afirmações, assinalando *concordo* ou *discordo* conforme a resposta do participante. Como as respostas foram orais, abriu-se espaço para a realização de alguns comentários, que ajudam a analisar qualitativamente os dados obtidos.

A afirmação “A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim”, apesar de indicar uma diferença percentual baixa (6%), permite algumas reflexões. De fato, a marcação da concordância verbal parece ser mais prestigiada, já que a resposta *concordo* foi assinalada em 69% das ocorrências contra 63% de respostas *concordo* referentes ao áudio sem marcação. Chama a atenção, porém, o fato de tais índices não serem tão elevados, como se observa em outras afirmações positivas. Possivelmente, outros fatores linguísticos podem estar atuando nessa avaliação, como a própria realização do /r/ retroflexo, uma marca associada ao norte-paranaense, a qual, muitas vezes, sofre avaliação negativa. Dessa maneira, como se trata de norte-paranaenses avaliando a fala de outros norte-paranaenses, há indícios de uma situação de deslealdade linguística, que se caracteriza quando indivíduos que pertencem a um grupo demonstram um “sentimento de vergonha, de inferioridade, de insegurança e, em casos mais graves, até de aversão linguística” (BOTASSINI, 2013, p. 65) a esse mesmo grupo.

Em relação às outras afirmações, conforme indica a Tabela 18, constata-se uma diferença percentual significativa, isto é, maior que 10%, quando se comparam os resultados das respostas *concordo* referentes ao áudio com marcação de concordância verbal e as porcentagens de respostas *concordo* referentes ao áudio sem marcação de concordância verbal.

Em relação à afirmação “A pessoa que você ouviu é autoritária.”, foram 31% de respostas *concordo* após o áudio com concordância e 19% após o áudio sem concordância, indicando uma diferença percentual de 12%. Esse resultado indica a existência de uma possível crença de que pessoas autoritárias seguem as normas prescritas pelas gramáticas normativas, que podem ser vistas como um instrumento de poder. Nas palavras de Oliveira (2007, p. 88): “a gramática é um instrumento de poder muito melhor, muito mais bem-sucedido. Permite-nos controlar mais, classificar mais, excluir mais.”. Inclusive, as características colocadas por Oliveira (2007) para se referir à gramática normativa – controle, classificação e exclusão – podem, muito bem, ser associadas ao autoritarismo.

Para a afirmação “A pessoa que você ouviu é feia”, houve 13% de marcação da resposta *concordo* no questionário aplicado após o áudio em que não havia concordância verbal; para o áudio com concordância verbal, a resposta escolhida por todos os informantes foi *discordo*. Esses dados parecem apontar que os falantes “juízes” associam a maneira como uma pessoa fala inclusive com suas características físicas, mostrando que o limite entre o linguístico e o social é muito tênue.

O informante 1, ao indicar *discordo* para essa afirmação após escutar o áudio com concordância, deu a seguinte justificativa: “Ah, na minha cabeça, é uma pessoa padrão socialmente, uma pessoa bem-vestida, algo assim.”. Constata-se a existência da crença de que uma pessoa que fala segundo as normas gramaticais é bem-vestida, um padrão; trata-se de uma ideia ligada à atratividade social. Aliás, esse mesmo informante assinalou *concordo* para tal afirmação após ouvir o áudio sem concordância, reforçando a sua percepção.

Em relação às respostas *concordo* associadas à afirmação “A pessoa que você ouviu exerce cargo de chefia”, identificou-se uma diferença percentual de 13% entre os dois áudios: para o áudio com concordância, 38% das respostas foram *concordo*; para o áudio sem concordância, 25%. Constata-se que as avaliações mais positivas estão associadas ao leitor que apresentou as marcas de concordância, porém o índice não foi tão elevado como os observados em outras afirmações. Com isso, infere-se que a imagem que se tem de um chefe não está tão ligada à realização ou não da concordância verbal. Aliás, a informante 15, após ouvir o áudio sem marcação de concordância, verbalizou o seguinte: “Olha que eu já vi chefe falando assim”, indicando ser recorrente a presença de pessoas em cargos de chefia que não fazem uso das regras de concordância prescritas pelas gramáticas normativas e ensinadas pela escola.

Quanto à afirmação “A pessoa que você ouviu é engraçada”, houve uma diferença percentual de 25%, resultado de 19% de respostas *concordo* para o leitor do áudio com concordância e 44% para o leitor do áudio sem concordância. É importante destacar que, em alguns contextos, ser “engraçado” pode ser positivo, porém, em uma análise da fala, torna-se negativo, pois traz à tona o preconceito que as pessoas têm em relação a um dialeto ou a seus falantes. Em uma das entrevistas, inclusive, durante o preenchimento do questionário referente ao áudio 2, o informante “juiz” foi categórico em sua afirmação:

(03) INQ. – A pessoa que você ouviu é engraçada.

INF. – O jeito de ela falar é. (08 M ES 2FE)

Vale ressaltar que, embora com menor percentual, o leitor que realizou a concordância verbal também foi avaliado como engraçado, o que parece indicar que outros fatores linguísticos estão associados a essa imagem, como o /r/ retroflexo. Botassini (2013), ao analisar as crenças e as atitudes em relação aos róticos, identificou, por meio da técnica *matched guise*, que gaúchos, cariocas e os próprios norte-paranaenses julgaram “engraçado” o leitor que realizou o /r/ retroflexo, o que corrobora a hipótese aqui levantada.

As respostas *concordo* referentes à afirmação “A pessoa que você ouviu tem boa cultura” tiveram diferença percentual de 37%, resultado de 100% de respostas afirmativas para o leitor do áudio com marcação de concordância contra 63% para o leitor do áudio sem concordância. Primeiro, cabe ressaltar a elevada porcentagem de respostas *concordo* atribuídas ao leitor do segundo áudio, tratando-se, novamente, de um resultado surpreendente. As avaliações positivas podem ter sido recorrentes por diferentes motivos, como o conteúdo da gravação e uma possível solidarização ao falante. Além disso, no áudio em questão, prevaleceram os verbos cujo plural é menos saliente, como “os noticiário fala”, “essas notícia assusta”, “uns amigo que adora”, “Eles não pode”, um comportamento linguístico que se mostrou presente na fala dos norte-paranaenses, o que pode evidenciar que ou os informantes “juízes” não perceberam a recorrência de ausência de concordância ou que estão acostumados a tais usos, indicando uma diminuição do estigma em relação à não marcação de plural.

Chama a atenção também a unanimidade em relação ao áudio com marcas explícitas de plural, já que todos os informantes concordaram com a afirmação posta. Nitidamente, constata-se que a realização da concordância verbal conforme prevê a gramática normativa está associada à questão cultural. Isso porque se imagina que o indivíduo que produz as marcas de concordância, além de frequentar ou de ter frequentado os bancos escolares, têm acesso a outros bens culturais, como livros, jornais, exposições etc., circunstâncias em que se privilegia a norma gramatical.

Em relação à afirmação “A pessoa que você ouviu sofre preconceito social.”, encontrou-se uma diferença percentual de 38% entre os áudios: foram 25% de respostas *concordo* para o leitor que realizou a concordância contra 63% para o leitor que não a realizou. Esse dado demonstra que indivíduos que não realizam marcação explícita de plural tendem a sofrer preconceito. Essa percepção é reforçada pela justificativa do informante 08 ao responder *concordo* após escutar o áudio sem concordância; para ele, a pessoa sofre preconceito social “pela fala dela”.

Para a afirmação “A pessoa que você ouviu tem boa condição financeira.”, a diferença percentual entre os áudios foi a segunda maior registrada: 44%. A opção *concordo* foi recorrente em 88% das respostas atribuídas ao leitor que realizou a marcação da concordância; já para o outro leitor, tal opção foi assinalada em 44% dos questionários. Por meio desse dado, é possível inferir que, para os indivíduos entrevistados, o domínio das normas prescritas pela gramática tradicional é fator relevante para ter uma boa

condição financeira, circunstância que pode indicar que o sujeito tem melhores oportunidades, um bom emprego, uma posição elevada socialmente etc.

Quanto à afirmação “A pessoa que você ouviu é estudada”, a diferença percentual entre as respostas *concordo* foi a maior registrada, chegando a 63%. Foram 88% de respostas positivas para o leitor do texto com concordância e 25% para o leitor do texto sem concordância. Para alguns informantes, o modo de falar não está, necessariamente, ligado à escolarização, como mostra o trecho a seguir:

(04) INQ. – A pessoa que você ouviu é estudada.

INF. – É que fala meio, falou umas coisas muito errado, mas não significa que ela não seja estudada. Acho que é estudada sim. (05 M ES 1FE)

Essa, porém, não corresponde à crença da maioria, uma vez que a elevada diferença percentual tende a indicar que, na avaliação dos norte-paranaenses entrevistados, as marcas explícitas de concordância são um indício de escolarização. Essa ideia acaba confirmando-se no uso linguístico dos próprios informantes, já que, na análise sociolinguística, como já exposto anteriormente, identificou-se que, entre os falantes com ensino médio, a concordância verbal foi marcada em 70% dos verbos; já entre os falantes com ensino superior, tal índice subiu para 90%.

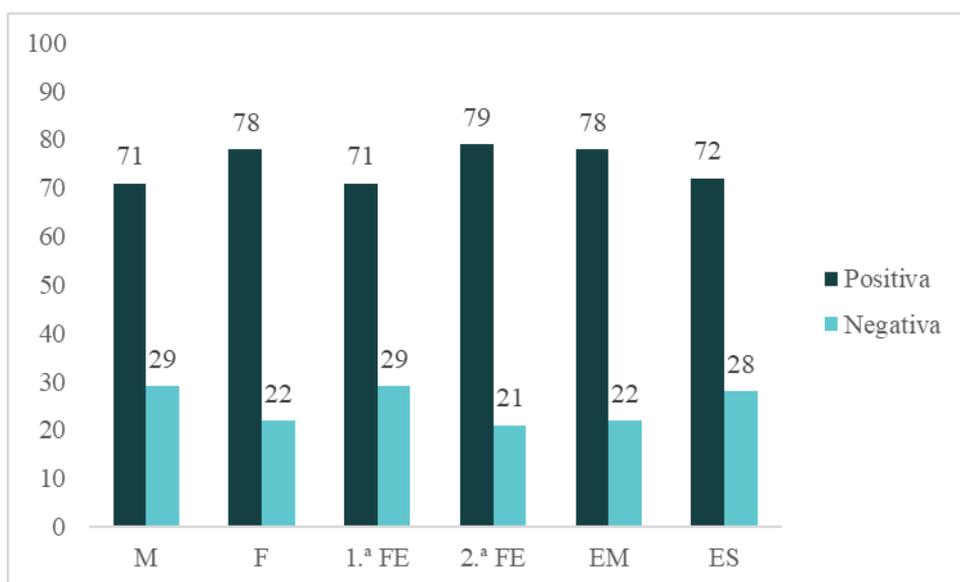
No que diz respeito a esses resultados, cabe destacar dois atributos ligados à competência: “boa cultura” e “estudado”. Ao considerar somente as respostas *concordo* referentes ao leitor que realizou a concordância verbal, constata-se uma diferença: se, para a afirmação “A pessoa que você ouviu tem boa cultura”, 100% das respostas foram *concordo*, para a afirmação “A pessoa que você ouviu é estudada”, esse índice caiu para 88%. Embora ambas as características sejam relevantes, esses dados parecem indicar que, na visão dos entrevistados, o acesso a bens culturais condiciona mais o uso das marcas explícitas de plural. Inclusive, tal reflexão apareceu, de maneira recorrente, nas respostas às perguntas do questionário aberto, as quais serão expostas e analisadas na subseção seguinte.

Como as avaliações dos “juízes” resultam também de suas características pessoais, analisam-se os fatores sexo, faixa etária e grau de escolaridade, com o intuito de verificar se há resultados relevantes condicionados por tais variáveis.

Se consideradas as avaliações referentes a ambos os leitores, constata-se que, independentemente de sexo, de faixa etária e de grau de escolaridade, as avaliações se aproximam do índice geral obtido: 75% de avaliações positivas contra 25% de avaliações

negativas. A considerar o sexo, foram 71% de avaliações positivas dos homens contra 78% das mulheres; por faixa etária, foram 71% de avaliações positivas referentes aos informantes da 1.^a FE e 79% dos informantes da 2.^a FE; por fim, se considerada a escolaridade, foram 78% de avaliações positivas emitidas por indivíduos com ensino médio contra 72% de avaliações positivas de indivíduos com curso superior. Tais dados podem ser visualizados no Gráfico 15:

Gráfico 15 – Porcentagem da avaliação geral de acordo com os fatores extralinguísticos

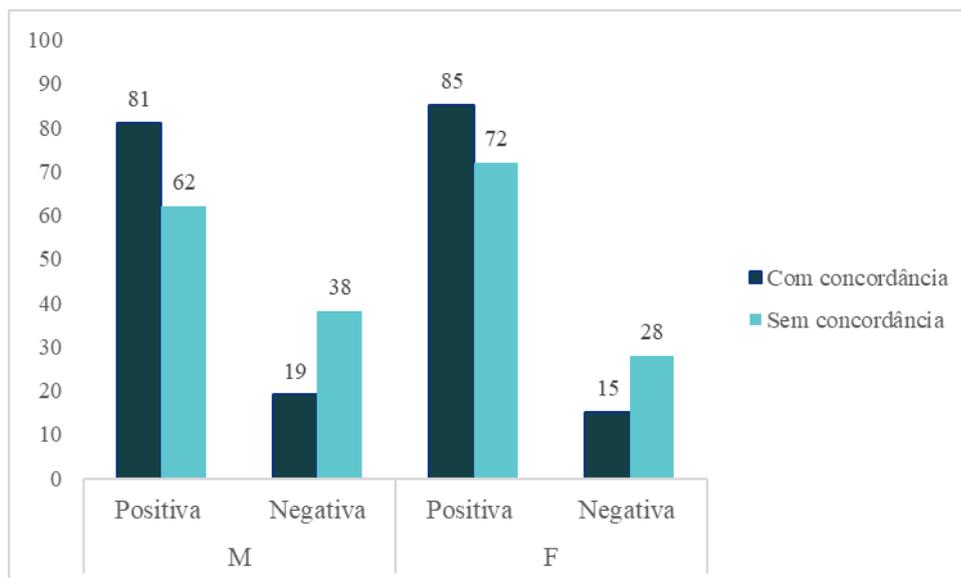


Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 15 ilustra como, de modo geral, as avaliações dos informantes seguiram um padrão, com uma diferença percentual baixa. Por isso, é importante entender como os norte-paranaenses, divididos pelos fatores extralinguísticos, avaliaram cada um dos leitores dos áudios.

No Gráfico 16, verifica-se como os indivíduos de ambos os sexos avaliaram os áudios.

Gráfico 16 – Porcentagem da avaliação de cada um dos áudios de acordo com o sexo dos informantes



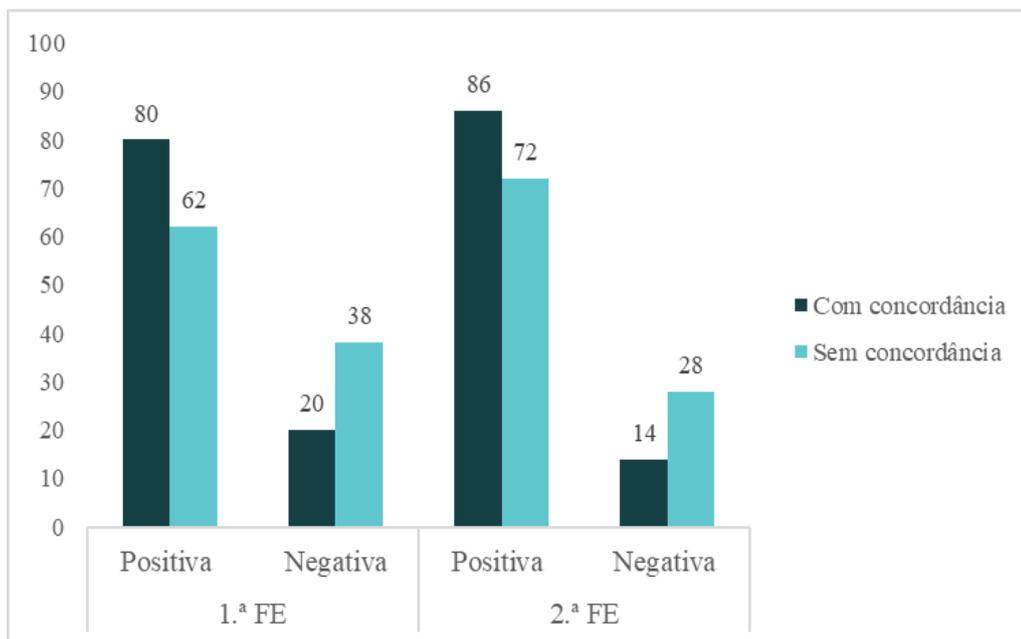
Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 16 apresenta dados interessantes em relação às avaliações feitas de acordo com o sexo dos informantes. Se comparadas as avaliações positivas, em relação ao leitor do áudio com marcação de concordância, nota-se uma porcentagem próxima, já que foram 81% de avaliações positivas realizadas pelos homens e 85% pelas mulheres. Já quanto ao leitor do áudio sem marcação, constata-se uma diferença percentual considerável (10%), sendo 62% de avaliações positivas realizadas pelos homens e 72% de avaliações positivas realizadas pelas mulheres.

Com base nesses resultados, é possível indicar que os homens tiveram uma atitude mais negativa em relação ao leitor do áudio sem concordância que as mulheres. Além de indicar um posicionamento mais crítico dos homens, esses dados indicam que, para eles, a ausência de concordância verbal é mais negativa do que para as mulheres. Como os resultados sociolinguísticos mostram que os homens realizaram mais concordância verbal que as mulheres (87% contra 83%, respectivamente), pode-se inferir que as avaliações foram motivadas também por uma identificação no modo de falar.

O Gráfico 17 exhibe como se deu a avaliação dos informantes das diferentes FEs a cada um dos áudios.

Gráfico 17 – Porcentagem da avaliação de cada um dos áudios de acordo com a faixa etária dos informantes



Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 17 revela que, para o áudio com concordância, a diferença percentual entre as avaliações por faixa etária foi de 6%: foram 80% de respostas positivas e 20% de respostas negativas realizadas pelos entrevistados da 1.ª FE contra 86% de avaliações positivas e 14% de avaliações negativas dos entrevistados da 2.ª FE. Para o áudio sem concordância, as avaliações por faixa etária tiveram 10% de diferença: foram 62% de avaliações positivas e 38% de avaliações negativas realizadas pelos entrevistados da 1.ª FE contra 72% de respostas positivas e 28% de respostas negativas dos entrevistados da 2.ª FE.

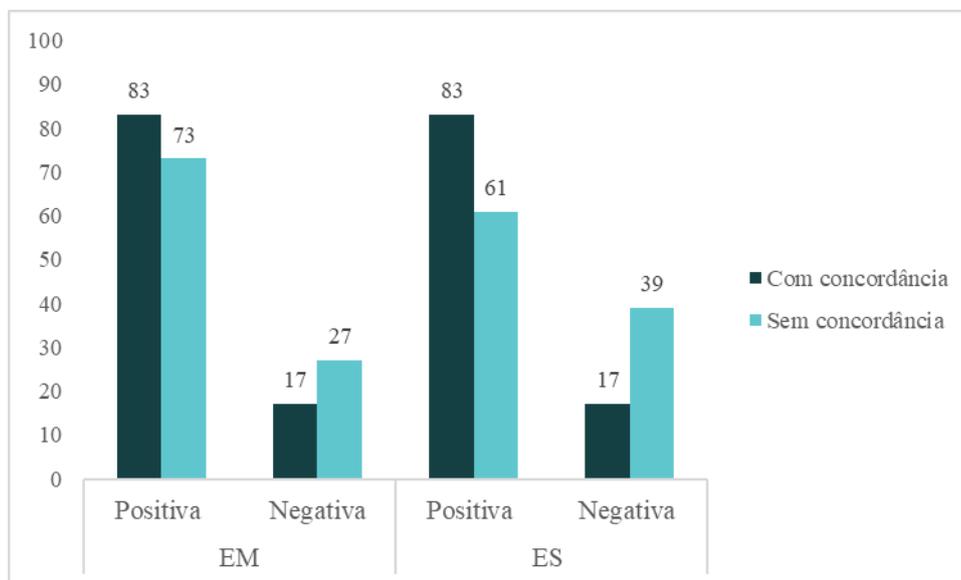
Esses dados evidenciam que os indivíduos da 2.ª FE apresentaram avaliações mais positivas em relação aos dois leitores. Alguns fatores podem condicionar essa atitude, como a própria história desses informantes. Como Maringá é uma cidade jovem, os pais dos norte-paranaenses mais velhos, em sua maioria, vieram buscar novas oportunidades de vida na região ou aqui chegaram muito cedo, tendo contato com diferentes indivíduos, muitos provenientes da zona rural. Além disso, há alguns anos, a escolarização não era obrigatória e, por isso, muitos da 2.ª FE foram os primeiros de suas famílias a frequentar os bancos escolares. Já os indivíduos da 1.ª FE pertencem a uma geração com outra referência de fala, com mais acesso à escola e à mídia, o que permite a criação de um contraponto

mais estereotipado entre aquilo que é positivo e aquilo que é negativo em relação à fala. Por esses motivos, o julgamento dos mais velhos pode ter sido mais brando, por se reconhecerem ou reconhecerem os seus nesses áudios.

Quanto ao leitor do áudio sem marcas de concordância, como já exposto, houve mais avaliações negativas por parte dos “juízes” da 1.^a FE, que lhe deram os seguintes atributos: -inteligente, +feio, +engraçado, +preconceito social, -condição financeira e -orgulho de falar assim. Esse resultado surpreende, já que, ao realizar a análise sociolinguística, notou-se que a ausência de concordância verbal prevalece justamente entre os mais novos: foram 23% de verbos não marcados na 1.^a FE contra 12% na 2.^a FE. Como os mais novos parecem ser responsáveis por uma mudança em progresso, as avaliações negativas podem ser um obstáculo, pois, como explica Moreno Fernández (1998, p. 179, tradução nossa), “Uma atitude desfavorável ou negativa pode levar ao abandono e ao esquecimento de uma língua ou impedir a difusão de uma variante ou uma mudança linguística”³⁴.

O Gráfico 18 apresenta como os informantes de diferentes escolaridades julgaram os leitores dos dois áudios.

Gráfico 18 – Porcentagem da avaliação de cada um dos áudios de acordo com a escolaridade dos informantes



Fonte: Elaborado pela autora.

³⁴ “Una actitud desfavorable o negativa puede llevar al abandono y el olvido de una lengua o impedir de la difusión de una variante o un cambio lingüístico” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 179).

O Gráfico 18 indica que, em termos percentuais, o leitor do áudio com concordância foi avaliado da mesma maneira pelos informantes mais e menos escolarizados: foram 83% de avaliações positivas e 17% de avaliações negativas. Se consideradas as respostas, algumas diferenças importantes foram identificadas, a saber: para a afirmação “A pessoa que você ouviu é estudada”, por exemplo, todos os informantes com ensino superior assinalaram *concordo*, porém, entre os informantes com ensino médio, seis assinalaram *concordo* e dois, *discordo*. Essa diferença pode indicar as diferentes percepções em relação ao que é ser estudado; para os indivíduos com mais escolaridade, a concordância verbal parece indicar o acesso aos bancos escolares.

Além disso, destacam-se as respostas associadas à afirmação “A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim”. Entre os informantes com ensino médio, foram sete respostas *concordo* e, entre os informantes com ensino superior, foram quatro correspondentes ao áudio com marcação da concordância. Esse dado se destaca, já que a análise sociolinguística indicou que os informantes com ensino superior realizaram a concordância em 90% das ocorrências; assim, esperava-se que estes informantes valorizassem mais o áudio com marcação da concordância do que os informantes com ensino médio. Com isso, depreende-se que outros fatores linguísticos estejam associados a sentir ou não orgulho do modo como se fala. Novamente, é importante fazer menção ao /r/ retroflexo. Como muitas pessoas de outras regiões têm uma atitude negativa em relação ao /r/ do Norte do Paraná, há grandes possibilidades de se desenvolver uma atitude negativa em relação ao próprio dialeto, que se manifesta na falta de orgulho do modo como se fala.

Já para o leitor do áudio sem concordância, identificou-se uma diferença percentual de 12%, resultado de 73% de avaliações positivas e 27% de avaliações negativas realizadas por indivíduos com nível médio, contra 61% de avaliações positivas e 39% de avaliações negativas efetuadas por informantes com nível superior. O leitor que não realizou a concordância verbal recebeu destes informantes os seguintes atributos: -estudada, -cultura, -condição financeira, -cargo de chefia, +preconceito social e -orgulho de falar assim, condições ligadas, em sua maioria, à competência. Essas características se relacionam a classes sem prestígio social, o que tende a indicar que “as discriminações e exclusões praticadas em nome da língua correspondem às discriminações e exclusões praticadas em todos os aspectos da vida social” (BAGNO, 2007, p. 106).

Esses índices parecem indicar que a maior permanência nos bancos escolares torna os indivíduos mais críticos em relação ao uso linguístico e aos seus falantes, o que tende a

fortalecer as atitudes mais negativas, principalmente em relação ao uso da concordância verbal. Ainda é válido destacar que, dentre os informantes com ensino superior, seis são professores, condição que exige um uso mais em conformidade com a prescrição, mas que também os coloca em posição de propagadores de crenças e de atitudes negativas em relação a essa variante linguística, a considerar os resultados identificados nesta pesquisa.

Para concluir, Vieira (2013, p. 86) afirma que “A não-realização da regra de concordância verbal, no português brasileiro, constitui, sem dúvida, um traço de diferenciação social, de cunho estigmatizante”, porém, pelo exposto até aqui, é possível questionar se, de fato, há uma diferenciação social completa. Isso porque, nos índices gerais, o leitor que não realizou a marcação de concordância foi avaliado positivamente em 67% das ocorrências, ou seja, prevaleceu uma atitude positiva em relação a ele e, conseqüentemente, à variante por ele empregada, já que a linha entre o social e o linguístico é muito sutil. Tal dado faz pensar que algumas características pessoais continuam sendo atreladas à presença ou à ausência de concordância verbal, porém indica que outras já não estão tão ligadas a esse fenômeno, o que faz pensar que esse traço de diferenciação social possa estar sendo relativizado.

Cabe, agora, buscar outros indícios que complementem e justifiquem os dados obtidos no questionário fechado quanto às crenças e às atitudes dos norte-paranaenses entrevistados. Assim, na sequência, são analisadas as respostas do questionário qualitativo, o último aplicado nesta pesquisa.

6.2.2 QUESTIONÁRIO QUALITATIVO

A última parte deste capítulo refere-se à análise das respostas dadas ao questionário aberto³⁵, composto por dez perguntas que versavam, de modo geral, sobre crenças e atitudes em relação à própria fala e à fala dos norte-paranaenses, bem como sobre crenças e atitudes quanto aos fatores sociais que podem atuar na variação da concordância verbal.

Por se tratar de uma análise qualitativa, privilegiam-se descrições, comparações, comentários e opiniões dos informantes; por isso, em vários momentos, expõem-se as respostas dadas pelos entrevistados. Mesmo assim, na medida do possível, são apresentadas indicações numéricas e percentuais para auxiliar na interpretação dos dados.

³⁵ Conforme exposto em detalhes no capítulo *Corpus* e Metodologia, na p. 70.

Em relação à primeira pergunta, “Você acha que fala bem?”, oito informantes (50%) disseram não falar bem, cinco (31%) responderam que falam bem e três (19%) disseram que depende. Quanto aos informantes que responderam negativamente, eles se justificaram da seguinte maneira:

(05) INQ. – Você se acha um bom falante da língua?

INF. – Não, com certeza não.

INQ. – Por que você me falou “Não, com certeza não”?

INF. – Porque tem muitas palavras aí que eu erro, tem coisa que eu me confundo muito também. Eu acho que eu puxo muito também certo R, né, devido ao nosso sotaque e tudo mais. (01 M EM 1FE).

(06) INQ. – Você acha que você fala bem?

INF. – Não muito.

INQ. – Por que você falou isso? O que você acha que não?

INF. – Ah, porque, assim, quando eu paro e penso, né, pra elaborar a frase, eu elaboro tudo certinho com os plurais, tudo, mas tem vezes que eu deixo passar muita coisa assim, muito, muita coisa errada na fala, sabe? Principalmente quando tô nervosa. Eu... Às vezes passa, passa palavras assim que eu sei que tá errada, mas passa. (13 F ES 1FE).

(07) INQ. – Você se considera uma boa falante da língua portuguesa?

INF. – Discordo (risos).

INQ. – Por que você discorda assim com tanta veemência?

INF. – Ai, é muito difícil.

INQ. – Por que é muito difícil?

INF. – Ai, eu não sou uma boa falante. Por exemplo, eu falo “a gente” o tempo inteiro já. Da língua culta não, não sou uma boa falante. (14 F ES 1FE).

Essas respostas evidenciam algumas crenças em relação aos usos linguísticos que justificam o não falar bem, como o uso do /r/ retroflexo, a ausência de concordância e a recorrência do emprego de “a gente”. Quanto ao /r/, constata-se como o sotaque norte-paranaense é visto negativamente pelos próprios falantes do dialeto; inclusive, essa ideia pode justificar as avaliações feitas no questionário anterior, que, em muitos casos, pareceram indicar que outros fenômenos linguísticos interferiram na avaliação dos informantes “juízes”. Em relação à concordância, chama a atenção que, ao falar sobre tal fenômeno, a informante deixa de apresentar a marca explícita de plural em “Às vezes passa, passa palavras assim que eu sei que tá errada, mas passa.”, evidenciando, além da ausência de monitoramento da fala, uma circunstância em que a concordância tende a não ocorrer – com o sujeito posposto ao verbo – e que aparenta ser menos estigmatizada. Sobre o “a gente”, fica nítido como ainda se acredita que o seu uso é uma marca “coloquial”, embora, cada vez mais, ela prevaleça entre os brasileiros. Nesta pesquisa mesmo, como

dito anteriormente, identificou-se que o uso de “a gente” é mais expressivo que o uso de “nós”.

Entre os informantes que ponderaram falar de forma mediana, alguns comentários chamam a atenção. Além de ser recorrente a menção ao contexto de enunciação, há dizeres como “não falo exatamente igual a língua portuguesa fala” e “não tenho a formação de quem tem língua portuguesa”. Esses trechos parecem indicar que, para os informantes, a língua portuguesa, na verdade, corresponde às normas prescritas pelas gramáticas normativas, aquelas que são ensinadas na escola. Assim, por saberem que existem prescrições, acabam assumindo que não falam bem a língua portuguesa.

Quanto à segunda pergunta, “Alguém já corrigiu a sua fala? Pais, professores, amigos? Dê exemplos”, foram 12 respostas afirmativas (75%) contra quatro respostas negativas (25%). A maioria dos “erros”, nas palavras dos entrevistados, diz respeito a “alguma palavra errada” e a “erros conceituais”. Alguns informantes, porém, exemplificaram com casos mais pontuais, como indicam os trechos a seguir:

(08) INQ. – Entendi. Alguém, na sua vida, já te corrigiu e falou assim “Isso aqui está errado?”
 INF. – É, o jeito de falar?
 INQ. – É.
 INF. – Já. Tipo, às vezes, minha prima me corrigia quando eu falava “a gente vamos” (risos).
 (05 M ES 1FE).

(09) INF. – [...] também me marcou muito o fato da gente viver aqui no Norte do Paraná, né, e a gente arrastar um pouco o R e, aí, o restante da minha família pelo lado do meu pai é tudo de Santos, né, descendentes de portugueses e onde eles usam muito, mesmo quem não é descendente de português, naquela região, eles usam muito o “tu”, eh... E a gente já puxava o R, então, a princípio, a gente era os caipiras do Norte do Paraná, porque a gente puxava o R, até que, um dia, eu percebi que eles usava o “tu”, que eles usavam o “tu”, né, mas eu tinha primos, filhos de primos mais ou menos na mesma faixa etária e que eles falavam “Tu foi”, entendeu? Aí eu percebi que eu falei assim “Peraí, eu puxo o R, mas eu não tô colocando nem um R, nem um A a mais aí, né?” e “tu foi” não, né? “Tu foi” é... Se eu falar po[ʃ]ta³⁶, eu não tô falando errado, né? Agora, já “Tu foi”, né? Então eles usavam muito o “tu”. Os mais velhos conjugavam corretamente, mas os mais jovens não, né? “Tu foi”, “tu vai”. (15 F ES 2FE).

O informante 05 traz um exemplo que envolve a concordância verbal, mais especificamente em relação à primeira pessoa do plural: “A gente vamos”. Essa

³⁶ [ʃ]: trata-se da representação do /r/ retroflexo – também conhecido como “R caipira” – de acordo com a transcrição fonética apresentada para esse rótico no Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) e no Atlas Linguístico do Paraná (ALPR). Embora a transcrição fonética não seja efetuada neste trabalho, ocorrências dessa natureza foram evidenciadas quando o informante enfatizou, intencionalmente, a produção desse som, na intenção de marcar a produção dos norte-paranaenses.

concordância é uma das mais estigmatizadas; inclusive, normalmente, é abordada em *memes* e em situações que procuram retratar o uso linguístico de indivíduos menos escolarizados, o que tende a ocorrer de maneira estereotipada. Sobre essa concordância, Freitag (2016, p. 911) defende que “o padrão a gente -mos é visto como negativo”, o que, no caso do informante em questão, pode ser reforçado pelo riso. Para Labov (2008), a risada é uma pista que pode trazer indicações relevantes para a análise linguística. No exemplo 08, o riso parece disfarçar o constrangimento de sua revelação, justamente pela crença que se tem do uso do “a gente vamos”.

Vale ressaltar que, nesta pesquisa, foram identificados casos em que não houve a concordância, conforme prevê a gramática normativa, entre o pronome “nós” e o verbo, como em “lá onde nós mora, onde nós morava” (Inf. 04), porém não se registraram casos de concordância do pronome “a gente” com verbos marcados pela desinência –MOS.

Na resposta da informante 15, há, novamente, uma menção ao uso do /r/ retroflexo. Por meio de sua fala, é possível depreender a visão negativa que outros falantes têm do dialeto norte-paranaense, manifestada, principalmente, no seguinte trecho: “a gente era os caipiras do Norte do Paraná, porque a gente puxava o R”. Além disso, chama a atenção a percepção que a informante teve quanto ao seu dialeto, que, para os outros, era um erro: “Se eu falar po[t]ta, eu não tô falando errado, né? Agora, já ‘Tu foi’, né?”. Nesse trecho, ela deixa implícito que erro, em sua visão, diz respeito ao uso não prescrito pelas normas gramaticais, já que as diferentes formas de pronúncia não são um erro, enquanto a ausência de concordância, sim.

Pelos exemplos dos informantes, constata-se que a ausência de concordância verbal tende a ser fator de correção. É válido ressaltar, porém, que foram mencionados casos específicos, com os pronomes “a gente” e “tu”. Tais situações, aparentemente, são mais perceptíveis em virtude da saliência fônica. Além disso, o uso de “a gente” com –MOS parece ser uma das formas de concordância mais estigmatizada, como já mencionado anteriormente.

Na sequência, ao serem questionados se já corrigiram a fala de alguém, 13 informantes (81%) afirmaram que sim e três (19%) disseram que não. Primeiramente, vale destacar a quantidade de entrevistados que afirmaram já terem corrigido alguém, isso porque a correção, muitas vezes, não é vista como algo positivo; pelo contrário, causa constrangimento, tristeza etc., sentimentos que foram destacados pelos próprios entrevistados na questão anterior.

Dentre os usos linguísticos que motivaram a correção, encontram-se os seguintes: “eu di”, “erros de concordância”, “punhá” e “ponhei”, “seje” e ocorrências relacionadas ao “mim”, como “mim fazer” e “mim comer”. Tais ocorrências estão associadas, de maneira geral, a formas estigmatizadas, que causam preconceito linguístico. O caso do pronome “mim” seguido de verbo no infinito é um exemplo claro disso. Santos e Ribeiro (2020, p. 167) explicam que,

No imaginário popular, sobretudo, pairam ideias repletas de preconceito, tais como mim não conjuga verbo, em que atribuem à expressão *para + mim + verbo no infinitivo* aos índios, por exemplo, *pra mim fazer*. Por vezes, infelizmente, as raízes de tais pensamentos preconceituosos são fomentadas pela escola e/ou veículos de comunicação.

Quanto à concordância, foram dadas as seguintes declarações:

- (10) INQ. – E você, já corrigiu alguém?
 INF. – Já. Eu sou o chato. Desculpa.
 INQ. - Então você que é o ‘chato,’ o que você considera como um erro que você não deixa passar?
 INF. – Normalmente... É que é assim... Antes, eu era muito pior, assim, até com, com erros de concordância e tal, mas foi, foi ficando mais ameno. Hoje, eu corrijo mais erros conceituais, só que tento corrigir de uma maneira um pouco mais sutil.
 INQ. - Por que os erros de concordância te incomodavam tanto ao ponto de você corrigir?
 INF. – Ai, eu não sei. Eu era um adolescente idiota. (06 M ES 1FE).
- (11) INF. – Ai, teve uma coisa que eu corriji mentalmente, mas agora eu não vou lembrar. Tipo “Os menino é”, sabe, foi alguma coisa assim que ele falou, mas eu não, não lembro exatamente. (13 F ES 1FE).

Na fala do informante 06, há, inclusive, um pedido de desculpa ao assumir que já corrigiu alguém, o que pode indicar uma tentativa de abrandar um sentimento ruim associado à correção e o reconhecimento de que se trata de uma atitude negativa. Ao ser questionado quanto ao porquê de corrigir a ausência de marcas explícitas de concordância, ele não apresentou uma justificativa.

Já a informante 13 assumiu ter corrigido mentalmente algum trecho do segundo áudio (aquele em que não havia marcas de concordância verbal). Ao dizer que não se lembrava ao certo do áudio, chama a atenção o fato de ela exemplificar com “Os menino é”, justamente por ser um verbo cujo plural é mais saliente. Essa menção parece indicar que a ausência de concordância possui “níveis” de estigma, isto é, as formas verbais mais salientes, aquelas que são mais perceptíveis, tendem a provocar atitudes mais negativas que

as formas menos salientes, menos perceptíveis, fato que também foi verificado nas respostas à pergunta anterior.

Dando continuidade à análise das respostas, busca-se, a partir de agora, compreender mais especificamente as crenças e as atitudes que os informantes têm em relação à atuação dos fatores extralinguísticos no uso da língua. Para a questão “Você acha que pessoas que moram na zona rural falam da mesma maneira que pessoas que moram na cidade?”, 11 informantes (69%) responderam que as pessoas dessas localidades falam de modo diferente e cinco (31%) disseram que falam de modo igual. Aqueles que afirmaram que o modo de falar é diferente apresentaram justificativas e exemplos como os expostos a seguir:

(12) INQ. – Entendi. E você acha que as pessoas que moram na zona rural falam da mesma forma que as pessoas que moram na zona urbana?

INF. – Eu acho que algumas palavras pra eles podem significar diferente pra nós, só que eles tentam falar normalmente, né, só que, devido ao jeito que eles cresceram e aprenderam, acaba dificultando aí. (01 M EM 1FE).

(13) INQ. – Entendi. E você acha que as pessoas que moram na cidade falam diferente de quem mora no interior?

INF. – Muito, muito, muito.

INQ. – Por que você acha muito? Me fala, porque você respondeu com muita ênfase. O que é diferente?

INF. – A cultura é muito diferente. A cultura é muito diferente de quem mora na capital e de quem mora no interior, né? [...] Então, a cultura tá mais desenvolvida na capital. Então eu acho que o pessoal da capital tá na nossa frente em termo de cultura. (02 M EM 1FE).

(14) INQ. – Entendi. Você acha que as pessoas da zona urbana falam da mesma forma que as pessoas que moram na zona rural?

INF. – Não, falam diferente.

INQ. – É? Qual que é a diferença para você?

INF. – A forma, de repente, de falar o puxado, porque tipo como, como a gente fala sobre mineirice, né? A pessoa fala mineirinho e tal. Pessoal da roça fala com mais é... eles fala diferente, principalmente os mais idosos, né? Como eu falei pra você, eu mexo com trator há mais de quarenta anos, então o pessoal da roça falam bem diferente do pessoal da cidade.

INQ. – Fala? Então você acha que é principalmente essa parte de puxar o R ou tem mais alguma coisa que você acha que é diferente?

INF. – Não, tem mais, tem mais, tipo S, às vezes, de repente. Eh... a forma mesmo de falar, entendeu? É o jeito, né, do cara da roça. Agora o cara, o pessoal da roça, tá? Não vou comparar hoje com o pessoal também que mexe com fazendas grande, que a maioria do pessoal também já tão estudados, né? É diferente.

INQ. – Esse S que você fala, você acha que o pessoal da zona rural não faz tanto plural, seria isso?

INF. – Isso. Falta o S. “Dias” fala “dia”, várias coisinhas, cê entendeu? Amo[ɫ], né? Ele fala amo[ɫ], aí cê fala “mô”. (03 M EM 2FE).

(15) INQ. – Na sua percepção, você acha que uma pessoa da zona urbana fala da mesma forma que uma pessoa que mora na zona rural?

INF. – Olha, é que assim... Dá pra considerar a periferia até da, da zona urbana como zona rural até, né, porque, quanto mais distante do centro, normalmente a... vai se aproximando mais do, do caipirês, vamos colocar assim. Tá, eu sei que é pejorativo, mas, né, enfim... (06 M ES 1FE)

(16) INQ. – Entendi. E, pra você, as pessoas que moram na zona urbana elas falam da mesma forma que as que moram na zona rural?

INF. – Não.

INQ. – Não? O que você acha que é diferente?

INF. – Ah tanto a forma de falar quanto o conhecimento pra zona urbana normalmente é quem tem mais acesso ao conhecimento, é um pouco mais fácil, um pouco mais privilegiado. (10 F EM 1FE)

(17) INQ. – Entendi. Na sua percepção, as pessoas que moram no interior falam da mesma forma que as pessoas que moram na zona urbana?

INF. – Então, a gente acaba tendo um certo preconceito, né? Porque, por exemplo, isso que você acabou de falar foi o que eu fiquei pensando no áudio todo, “Nossa, parece que essa pessoa mora no interior”, sabe? Mas não necessariamente, mas, assim, parece que é uma pessoa tipo, ai, da roça, sabe, assim? Dá essa impressão. Não sei, porque a gente tem esse preconceito, né?

INQ. – E qual que é a imagem, então, desse falar da roça? O que você acha que é diferente, se comparado ao falar da zona urbana?

INF. – É, é essa, esses erros mesmo gramaticais que as pessoas acabam cometendo, sabe? (13 F ES 1FE).

Por meio da análise dessas respostas, é possível perceber crenças bem contundentes e, de certa forma, uma imagem bem estereotipada em relação aos falantes da zona rural. O informante 01, por exemplo, argumenta que os moradores da zona rural “tentam falar normalmente”. Esse “normalmente” parece referir-se à norma gramatical, ao que é aceito pela sociedade; conseqüentemente, deduz-se que o modo como falam os moradores da zona rural tem menos valor e menos prestígio que a fala da zona urbana, que seria a “normal”.

As respostas dos informantes 02 e 06 permitem reflexões sobre qual é a definição de zona rural, uma vez que, para ambos, estar afastado de um centro urbano, da capital, já é suficiente para ser considerado morador da zona rural, ou do interior. Chama a atenção o seguinte trecho da fala do informante 06: “Dá pra considerar a periferia até da, da zona urbana como zona rural até, né, porque, quanto mais distante do centro, normalmente a... vai se aproximando mais do, do caipirês”. Ao utilizar o termo “caipirês”, o próprio informante assume ser um posicionamento pejorativo, indicando um posicionamento negativo em relação aos usos linguísticos associados a esses indivíduos.

Essa ideia parece ser complementada pelo informante 02, que defende que “a cultura tá mais desenvolvida na capital”; mais ainda, que “o pessoal da capital tá na nossa

frente em termo de cultura”, assumindo, ao usar o “nossa”, que os moradores do Norte do Paraná têm menos cultura que aqueles que residem na capital. A informante 10 também reflete sobre o conhecimento, ao mencionar que “tanto a forma de falar quanto o conhecimento pra zona urbana normalmente é quem tem mais acesso ao conhecimento, é um pouco mais fácil, um pouco mais privilegiado”, o que complementa os dizeres dos outros informantes.

Esses posicionamentos fazem lembrar os dados obtidos por meio da análise do questionário fechado, que indicaram, para a afirmação “A pessoa que você ouviu tem boa cultura”, 100% de respostas concordo para o áudio com concordância e 63% para o áudio sem concordância (Tabela 18). As respostas dos informantes permitem inferir, por exemplo, que o áudio sem concordância se aproxima do que seria o “caipirês” e, conseqüentemente, do uso de indivíduos com menos cultura e que residem em áreas mais afastadas.

Aliás, essa percepção em relação ao leitor do texto sem concordância aparece na resposta do informante 08 e na da informante 13: nas palavras dele, “nessas duas entrevistas, se eu fosse analisar, eu ia dizer que o segundo é do interior, bem do interior”; já a informante 13 alegou que, durante a audição desse áudio, pensou “Nossa, parece que essa pessoa mora no interior”. Como justificativa, ela apontou os erros gramaticais que, em sua visão, os moradores da zona rural cometem; no caso, pode-se depreender que a ausência de concordância seria um desses desvios. Inclusive, o informante 03 apontou abertamente a ausência de concordância, mais especificamente a nominal, como marca da fala dos moradores da zona rural, além do /r/ puxado, enfatizado na pronúncia da palavra “amo[ʁ]”.

Vale destacar que, para aqueles que responderam que não há diferença entre a fala de moradores da zona urbana e a de moradores da zona rural, houve uma justificativa em comum: o acesso aos meios de comunicação. A informante 15, por exemplo, alega que “a questão da tecnologia hoje acabou aproximando os dois mundos”; mais que isso, “as pessoas que estão na zona rural não estão mais limitada àquele universo que era a zona rural há cinquenta anos atrás, né? Então elas não tão mais limitada a isso, elas ouvem outras pessoas, né, falarem, conversarem com elas até de forma diferente”. Essa globalização, termo utilizado por outros informantes, tende a diminuir, na visão de alguns, a diferença que um dia existiu entre a fala da zona rural e a fala da zona urbana.

Ao serem questionados sobre o modo como falam os homens e as mulheres – “Homens e mulheres falam igual? Quem fala melhor?” –, nove informantes (56%) disseram que indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino falam de modo diferente, enquanto sete (44%) responderam que falam igual. Entre os informantes que afirmaram que há diferença na fala desses indivíduos, cinco responderam que as mulheres falam melhor e os demais não se posicionaram quanto a isso.

Na avaliação dos informantes, há muita diferença em relação ao conteúdo das conversas de homens e de mulheres; no quesito da linguagem, para eles, as mulheres falam “mais bonito”, “mais certo”, “mais bem claro que os homens”, além de se preocuparem um pouco mais, enquanto “o homem geralmente fala de qualquer jeito”. Esses dados são refutados, ao menos nesta pesquisa, uma vez que a análise sociolinguística indicou que a marca explícita de concordância verbal se faz mais presente na fala masculina: foram 87% de verbos marcados entre os homens contra 83% de marcação entre as mulheres. Como há essa crença de que as mulheres são mais cuidadosas e falam melhor, pode-se levantar um questionamento sobre o prestígio que se tem em relação à marcação da concordância verbal bem como sobre a sua recorrência na fala de todos os indivíduos, independentemente dos aspectos sociais; ao que parece, cada vez mais, tal fenômeno tem-se difundido, fazendo diminuir o estigma associado à ausência de marcas de plural, a depender do caso, como explorado em outras partes desta seção.

Para a pergunta “Jovens e idosos falam igual? Quem fala melhor?”, as respostas foram as seguintes: 15 informantes (94%) disseram que a fala dos indivíduos desses dois grupos é diferente, enquanto um (6%) afirmou ser igual. Para os entrevistados, os indivíduos mais novos tendem a pronunciar alguns termos de modo diferente, a usar mais gírias, mais palavrões, palavras de outra língua, como mostram os excertos a seguir:

- (18) INQ. – Uhum, entendi. E você acha que os jovens e os idosos falam de maneira diferente?
 INF. – Muito, né? A gente tá com um linguajar bem diferente do deles, né? Até eles agora, os mais velhos já tão acostumado a conversar, assim, uma conversa mais... evoluindo, evoluindo entre aspas, né, não tem acho que muita coisa diferente, mas é, são palavras novas, são gírias novas, né? (01 M EM 1FE).
- (19) INQ. – Entendi. E você acha que os jovens e os idosos falam da mesma forma?
 INF. – Não, não.
 INQ. – O que é diferente?
 INF. – Os jovens usa muitas gírias, né? Eu acho. Geralmente, os idosos não, é muito difícil falar alguma gíria, alguma coisa. Já o jovem fala diretamente, né? (03 M EM 2FE).
- (20) INQ. – Entendi. E você acha que jovens e idosos falam de forma igual ou forma diferente?

INF. – Ah, falam de forma diferente, porque você vai adotando, ali, certas gírias de gerações pra gerações, então, às vezes, sai ali, algumas palavras acabam saindo, entrando em desuso, né, com o passar do tempo, então acaba tendo uma diferença ali em algumas situações. (05 M ES 1FE).

(21) INQ. – E, pra você, os jovens e os idosos, eles falam da mesma forma?

INF. – Não.

INQ. – Que que é diferente?

INF. – Eu acho que só a pronúncia também. Às vezes, a intenção é a mesma, mas a pronúncia, gíria né? Tem muita, muito idoso que não fala gíria. E adolescente, jovem sempre coloca um “véio”, um “mano” no meio da frase. Pra mim, é só no jeito de falar, na pronúncia. (10 F EM 1FE).

(22) INQ. – E os jovens e os idosos falam de forma igual ou falam de forma diferente?

INF. – Ai, eu acho que diferente, principalmente em relação às gírias assim. É... acho que falam diferente, principalmente em relação a esses eh... às questões do momento assim. (14 F ES 1FE).

(23) Agora, eu vejo ele [meu pai] conversando com os meus filhos, né? Eh... eles se entendem, né?

Não quer dizer que eles não conseguem conversar, que eles não conseguem se entender, mas há uns, uma série de palavras que foram ressignificadas, que têm outro significado que, às vezes, eles falam, meu pai não entende, eh... eh... principalmente as palavras que é, é de origem do inglês, que foram aportuguesadas né, palavras que, da área da, da informática, né, da, da, das tecnologias que também, né, foram, foram incorporadas ao nosso, ao nosso vocabulário e, pra eles, isso não faz parte, né? Eh... deletar pra eles, né? (15 F ES 2FE).

(24) INQ. – O que é diferente na fala dos mais novos e na fala dos mais velhos?

INF. – Que que tem diferença? A forma mesmo de tratamento, né? É muitas gírias. (16 F ES 2FE).

A informante 15, ao falar sobre a linguagem do seu pai, a sua linguagem e a de seus filhos, fez algumas colocações sobre o papel da escola. Para ela, seu pai usa um “português corretíssimo” e “conversa tudo gramaticalmente correto” muito em virtude da educação escolar que recebeu. Já seus filhos tendem a ter outros usos linguísticos também por terem frequentado a escola em um momento em que a concepção acerca do ensino de gramática era outra, como mostra o excerto a seguir:

(25) Então nós já pegamos um ensino, eu já peguei um ensino que não ensinava da mesma forma gramática, né? E os, e os meus filhos foram de uma outra geração que abominou, né, a gramática pela gramática e eles foram estudar gramática por meio do que eles liam. (15 F ES 2 FE).

A informante acredita que há uma relação direta entre o ensino de gramática e os usos linguísticos dos falantes. Essa crença abre possibilidades para novas pesquisas que visem a investigar qual tem sido a interferência das aulas de língua portuguesa na fala dos indivíduos e como tal relação pode ter sido alterada ao longo dos anos.

Para a questão “Ricos e pobres falam do mesmo modo? Dê exemplos.”, os resultados obtidos foram os seguintes: 12 informantes (75%) disseram que a fala é diferente, três (19%) alegaram ser igual e um (6%) respondeu que depende. Para a informante 10, por exemplo, “quem tem mais condição procura falar de um jeito, entre aspas, mais certo”, o que pode justificar os índices obtidos no questionário fechado em relação às respostas para a afirmação “A pessoa que você ouviu tem boa condição financeira”, uma vez que 88% dos entrevistados assinaram *concordo* após ouvirem o áudio com marcação de concordância contra 54% de respostas *discordo* após escutarem o áudio sem marcação de concordância. Parece haver uma crença de que a concordância explícita está associada a um falar “mais certo”, que seria característica de indivíduos com melhor condição financeira.

Para aqueles que afirmaram que o modo de falar é diferente, constata-se, inclusive, uma atitude negativa em relação às pessoas com mais renda por elas serem “hostis”, “grossas” e por não terem humildade. Ao assumir que uma pessoa com mais condição financeira tende a marcar a concordância verbal, o posicionamento manifestado no questionário aberto corrobora os resultados identificados no questionário fechado, já que, para os informantes, o indivíduo que realizou a marcação explícita de concordância é mais exibido e mais autoritário que o leitor que a não realizou.

Vale ressaltar que os informantes destacaram a influência de outros aspectos sociais (que estão ligados à condição financeira) no modo como falam as pessoas mais ricas, a saber:

(26) INQ. – Entendi. E você acha que os ricos e os pobres falam do mesmo modo?

INF. – Eu acredito que não. Depende muito aí de quão rico e quão pobre a pessoa seja, porque tem tudo a questão de ensinamento, né, do jeito que elas aprenderam, o que elas tiveram a oportunidade ou não de aprender, aí eu acredito que, devido a isso, eles não falam iguais, né. (01 M EM 1FE).

(27) INQ. – Você acha que as pessoas ricas falam diferente quando comparadas às pobres?

INF. – Depende da pessoa pobre. Se é uma pessoa pobre que não tem estudos, é evidente a mudança, até porque uma pessoa rica, ela tem mais acesso à educação, então preza ali por uma linguagem mais culta, mais robusta em relação a alguém que é pobre e não teve todo esse acesso. O meio social que vive não é dessa forma de falar, então existe uma diferença sim. (05 M ES 1FE).

(28) INQ. – E as pessoas com condição financeira diferente... Uma pessoa que seja mais pobre e uma que seja um pouco mais rica falam diferente?

INF. – Falam, falam, porque geralmente, não, não desmerecendo ninguém, mas quem tem uma condição melhor geralmente é, tem não um estudo, mas um conhecimento, uma visão de vida diferente, né? Então ele já tem, já convive com pessoas diferentes, consequentemente, o

que tem uma condição financeira mais baixa e já é voltado mais esse lado do campo, da roça, alguma coisa do tipo, né? Então acaba sendo diferente a comunicação. (09 F EM 1FE).

(29) INQ. – Aham... E os ricos e os pobres falam de maneira diferente?

INF. – Depende. Eu acredito que depende. Eu, né, na minha concepção, acredito que a escolaridade conta muito, então acho que tem mais a ver esse quesito do que rico e pobre, mas acaba influenciando, porque teoricamente o rico, ele tem mais acesso à educação, então ele acaba falando diferente do pobre, mas acho que não seria o fator dinheiro, seria o fator oportunidade. Então, sim. (14 F ES 1FE).

(30) INQ. – E pra você, os ricos e os pobres falam de forma diferente?

INF. – Eu acho que caba falando, porque não têm, não é o mesmo acesso à cultura, né? O que a gente chama de cultura erudita, digamos assim, né? Eh... porque os ricos, digamos assim, eh... as falhas da escola acabam sendo suprimidas por acesso à leitura, por acesso a viagens, por acesso a museus, né? Eh... aprende outra língua em outra escola e, ao aprender outra língua, acaba pensando também sobre a língua portuguesa, né? Então eu acho por isso. (15 F ES 2FE).

Por meio desses excertos, constata-se que, para os norte-paranaenses, a condição financeira permite que o indivíduo vivencie diferentes ambientes, o que tende a condicionar a sua fala. Os informantes deram destaque à escolaridade, manifestando que pessoas com mais condição financeira, normalmente, frequentam bancos escolares, o que modifica a sua fala, como se nota na afirmação do informante 05: “uma pessoa rica, ela tem mais acesso à educação, então preza ali por uma linguagem mais culta, mais robusta em relação a alguém que é pobre e não teve todo esse acesso”. Além da educação, os informantes destacam o acesso à cultura em geral; para a informante 15, “as falhas da escola acabam sendo suprimidas por acesso à leitura, por acesso a viagens, por acesso a museus”.

Essas informações dialogam com os resultados do questionário quantitativo, reforçando como a cultura interfere no modo como falam as pessoas. Quanto ao áudio com concordância, todos os informantes assinalaram *concordo* para a afirmação “A pessoa que você ouviu tem boa cultura”, indicando uma associação entre o modo como o indivíduo fala – no caso, as marcas explícitas de concordância – e o acesso que tem a bens culturais, não somente à escola.

Vale destacar ainda a menção que se faz, mais uma vez, ao campo. Para a informante 09, quando há uma condição financeira mais baixa, “já é voltado mais esse lado do campo, da roça, alguma coisa do tipo, né?”, indicando a crença de que menos condição financeira está associada ao campo, ambiente que, na visão dos próprios informantes, modifica o modo como falam os indivíduos.

Em relação à pergunta “Você acha possível distinguir uma pessoa com curso superior e outra pessoa pouco escolarizada pela sua maneira de falar?”, as respostas dadas pelos informantes chamam a atenção. Embora, em outros momentos do questionário, a escolaridade tenha aparecido como fator relevante, algumas respostas a essa pergunta surpreenderam, como a da informante 09: “já foi o tempo que a escolaridade interferia em alguma coisa, né?”. Ainda sobre o papel da escola, a informante 15 faz a seguinte ponderação:

(31) A escola tem um papel essencial, não posso dizer que a escola não tem, entendeu? A escola tem um papel essencial, mas, muitas vezes, ela não está cumprindo esse papel, né? Geralmente ela não tá cumprindo esse papel, né? A ponto da gente pegar... É só ver as, as redações, os vestibulares, né? Então você vai dizer, “Olha, fizeram, até terminam o ensino médio, fizeram cursinho vários anos”, aí você pega uma série, né, de erros crassos. (15 F ES 2FE).

Sobre uma possível diferenciação dos falantes mais e menos escolarizados, as respostas reforçam a crença quanto à (não) atuação dos bancos escolares na fala dos indivíduos, já que quatro informantes (25%) disseram que conseguem diferenciar pela fala indivíduos com escolaridade distinta, enquanto 12 informantes (75%) disseram não conseguir fazer tal distinção. Aqueles que dizem conseguir diferenciar afirmam que pessoas mais escolarizadas falam “as coisas certas”, têm um “vocabulário um pouquinho melhor”, sabem se expressar “de uma forma melhor” e conseguem “se impor na fala”.

Já aqueles que não conseguem diferenciar expuseram os motivos e alguns exemplos, os quais são apresentados, com mais detalhes, a seguir, afinal, esse resultado contraria o esperado, uma vez que a escolaridade já havia aparecido como fator condicionante tanto na análise sociolinguística como em outras respostas dadas ao questionário sobre crenças e atitudes.

(32) INQ. – E você acha que é possível distinguir uma pessoa que tem curso superior de uma pessoa que não tem pelo modo de falar?
 INF. – Não.
 INQ. – Por quê?
 INF. – Porque eu já conheci gente que tinha curso superior... Inclusive, uma professora minha que me deu aula em três disciplinas, ela era o avatar do caipira. Mas ela era, tinha tipo dois doutorados.
 INQ. – Desculpa entrar em detalhes, mas o que que seria o avatar do caipira?
 INF. – Ela falava com todos os maneirismos que você pode imaginar de alguém do interior[.].
 INQ. – Exemplos...
 INF. – Ah... (risos)... Não consigo lembrar de nenhuma... Estou sobre pressão. Ela não usava nenhum plural. (06 M ES 1FE)

- (33) INQ. – Entendi. E aproveitando, você acha que, pela fala, é possível diferenciar uma pessoa com ensino superior de uma pessoa que não tenha ensino superior?
 INF. – Ensino superior? Acredito que não, porque as pessoas, às vezes, é, no ensino médio, têm um ensino muito bom e o meu ensino superior, por exemplo, não diferencia em nada na minha fala, porque eu não, não aprendi nada sobre isso, né? Então eu ter ou não, não me, não mudou nada assim em relação a isso, sabe? (13 F ES 1FE).
- (34) Eu conheço pessoas com doutorado e que têm dificuldade em conjugar os verbos numa palestra, entendeu? Não quer dizer que ela não saiba, mas parece que carrega um... não sei se é ranço, não sei o que que é, carrega uma marca de onde veio. (15 F ES 2FE).
- (35) INQ. – E você acha que é possível distinguir pela fala uma pessoa que tem ensino superior de uma que não tem ensino superior?
 INF. – Ai, não, porque a gente não sabe como foi a formação. Tem alguns que você percebe, né, mas tem outros que, de repente, tem esses casos aí que não fizeram uma faculdade muito empenhada como outro, de repente o linguajar dele seja, né, ali mediano também. (16 F ES 2FE).

A informante 13, ao dizer que não é possível diferenciar indivíduos com escolaridade diferente pela fala, destaca que, na graduação, não aprendeu “nada sobre isso”; no caso, ela se referia ao ensino de gramática, já que fez um curso em outra área do conhecimento. Esse exemplo indica que há uma crença em relação a como se aprendem as regras gramaticais, sendo função do professor de língua portuguesa ensiná-las. Assim, por não ter tido tais aulas na graduação, a informante acredita que ter ensino superior não interferiu no modo como ela fala.

Para a informante 16, somente ter o ensino superior não é fator condicionante; é determinante, na verdade, o modo como a pessoa faz a graduação e como aproveita as oportunidades. Para ela, o ensino superior ficou mais acessível e, com isso, “tem muita gente comprando canudo aí também, né? E tem gente pagando trabalho, até a dissertação já vi, tá? Então...”.

Os informantes 06 e 15, por sua vez, mencionam que já viram pessoas com ensino superior deixando de fazer concordância, o que parece indicar que, na sua visão, as marcas explícitas de plural deveriam ser “obrigatórias” na fala desses indivíduos. Inclusive, a informante 15 destaca que não fazer a conjugação verbal correta é um “ranço”, “uma marca de onde veio”, como se fosse um uso prototípico de regiões mais afastadas, do interior, quem sabe.

O informante 06 vai além ao dizer que sua professora “era o avatar do caipira”, pois “ela falava com todos os maneirismos [...] de alguém do interior”, como a ausência de plural. Segundo o *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*, avatar é uma “imagem, realística ou não, associada a participante de uma rede social” (FERREIRA, 2010, p. 250);

pensando no contexto em que tal termo foi empregado pelo informante – “avatar do caipira” –, pode-se parafrasear como uma imagem, realística ou não, relacionada ao norte-paranaense. Se considerados os resultados obtidos na análise sociolinguística, essa visão não corresponde ao uso linguístico geral da região, já que prevaleceu a concordância verbal explícita nas ocorrências analisadas. Consta-se, assim, uma avaliação negativa e, de certo modo, pejorativa em relação a esse dialeto.

Sobre essa questão, embora os informantes tenham dito, em sua maioria, que não há diferença entre a fala de indivíduos cuja escolarização é diferente, os resultados dos outros questionários mostram o contrário: na análise sociolinguística, por exemplo, o grau de escolaridade foi um dos fatores sociolinguísticos mais condicionantes, já que foram 90% de marcações explícitas de concordância entre os informantes com ensino superior contra 70% de marcas de plural entre os informantes com ensino médio. Já no questionário fechado aplicado após o áudio, para a afirmação “A pessoa que você ouviu é estudada”, foram 88% de respostas *concordo* para o áudio com concordância e 25% para o áudio sem concordância, indicando que há atitudes diferentes em relação ao modo como falam os indivíduos, que podem ser justificadas pela (não) marcação de concordância.

Para a última pergunta, “Na sua opinião, você acha que os norte-paranaenses falam bem?”, foram 13 respostas afirmativas (81%) e três negativas (19%). Além disso, também se perguntou aos informantes quais são as marcas características da fala da região; como resultado, foram mencionados os seguintes aspectos: /r/ retroflexo, mudança na vogal final, “fala corrida”, diferenças lexicais e ausência de concordância.

O informante 01, por exemplo, alega o seguinte: “eu tenho amigos de fora, do lado do Nordeste, esses lados assim e eles acha muito estranho a forma como a gente fala po[ɾ]ta, po[ɾ]tão”. Essa fala permite refletir sobre como a atitude negativa de falantes de outro dialeto pode refletir no modo como os norte-paranaenses avaliam o seu próprio dialeto, marcado pelo /r/ retroflexo.

Ainda sobre o rótico encontrado na região, ele foi evidenciado na fala das informantes 09 e 15. Chama a atenção o fato de tais entrevistadas terem reforçado o /r/ ao pronunciarem as palavras. A informante 09, inclusive, deu risada ao exemplificar com “po[ɾ]ta, po[ɾ]teira, po[ɾ]tão”. O riso, conforme Faggion (2010), pode indicar uma atitude negativa em relação àquilo que se ridiculariza, o que parece ser o caso do /r/ retroflexo para a informante em questão.

Na fala da informante 15, chama a atenção o fato de ela avaliar o rótico da região positivamente. Para ela, “a gente acaba até achando bonito [o /r/ retroflexo], não é? Porque é a marca de um povo, né? [...] Tem a marca dos mineiros, é bonito, tem a marca do nosso povo, é bonito, não é?”. Claro, é possível ponderar que ela parece buscar uma confirmação da pesquisadora em relação à sua resposta ao repetir o “não é?”, mas isso não diminui a importância de sua atitude em relação ao dialeto, porque, nesta pesquisa, foram recorrentes as avaliações negativas e, até mesmo, preconceituosas quanto ao /r/ retroflexo.

A comparação entre dialetos fica evidente também na fala do informante 03. “Maringaense eu acho que falam bem, mas, vamos supor, comparar a falar a palavra bem faladinho e bem que tá escrito realmente, eles falam mais fraco do que vários lugares do Brasil inclusive. [...] Eu acho que nós deixamos muito a desejar”. Para exemplificar, o falante diz que “não pode falar leit[i], se fala leit[e], é /e/ no final, não é isso?”. Esses dizeres mostram uma crença de que a fala ideal é aquela que segue a escrita, visão muito propagada pela escola, muitas vezes, e pela mídia. É curioso que, para o informante 08, a fala do Norte do Paraná se destaca justamente, pois não “se arrasta nada. Usamos a palavra certa, né? Eu aprendi a escrever assim, eu vou falar assim”. Essas crenças distintas quanto à realização de um mesmo fenômeno abrem caminho para possíveis investigações linguísticas, a fim de demonstrar como são produzidos outros aspectos linguísticos no Norte do Paraná.

O informante 07 afirma que “As pessoas que moram em Maringá, elas são muito orgulhosas do lugar que vivem” e faz algumas ponderações sobre outros paranaenses, principalmente os que moram na região da capital Curitiba.

(36) Os curitibanos são extremamente arrogantes, né? Chegou em São José, em São José, é São José dos Pinhais, né? É aquela primeira cidade que tem antes de chegar em Curitiba, daqui pra frente, eles já acham que tudo é interiorzão e todo mundo é caipira, eles nos tratam muito mal, os curitibanos tratam muito mal as pessoas do interior, tratam muito mal quem é de Maringá. (07 M ES 2FE).

Na sua visão, os curitibanos são “extremamente arrogantes”, indicando uma atitude negativa quanto a esses indivíduos, que, por sua vez, “tratam muito mal as pessoas do interior”, caracterizando-as como “do interiorzão” e “caipiras”. Por essa fala, parece que curitibanos e moradores do Norte do Paraná têm imagens formadas uns dos outros, com predomínio de um sentimento negativo. Esse dado permite refletir sobre qual é a interferência dos usos linguísticos nessas avaliações, já que há uma diferença entre a fala da região Norte e a fala da região da capital.

A informante 14 destaca como marcas da fala norte-paranaenses algumas palavras específicas, como “sinaleiro”, “balão”, “redondo”, além da expressão “véi”. Para ela, tais usos ficam mais evidentes quando ela está fora da cidade, ressaltando, mais uma vez, como a comparação entre dialetos permite a construção de crenças e a elaboração de percepções em relação a cada um deles.

A informante 13 alega que os norte-paranaenses não usam muito o plural, como se observa no trecho a seguir:

(37) INQ. – Você acha que, além do R que é bem puxado, tem alguma outra marca que é específica ou que marca muito, no caso, a fala dela e a do norte-paranaense? Ou o que te chama atenção mesmo é esse R que é mais puxado, que a gente fala?

INF. – A impressão que eu tenho, pode ser coisa da minha cabeça, mas a gente não usa muito plural também. Eu percebo isso. Não sei. Parece que, que as pessoas falam mais corretamente essa parte, né, do, do, de conjugar certo, né? A gente parece... Eu tô falando no geral, né? Claro, que tem exceções, né, mas eu falo pelo que eu assisto, né? A impressão que dá é que tem isso também, essa questão no plural. (13 F ES 1FE).

Quanto à sua crença, dois fatores precisam ser destacados. Primeiro, ela afirma que “a gente não usa muito plural”, o que pode ser refutado pelos resultados da análise sociolinguística, que identificou um índice de 86% de marcação explícita de plural nos verbos identificados. Além disso, na sua percepção, há pessoas que “falam mais corretamente essa parte de [...] conjugar certo”, ou seja, que fazem a marcação explícita de concordância. Constata-se, novamente, como o dialeto do Norte do Paraná é visto como inferior, quando comparado a outros encontrados no Brasil, ideia reforçada e propagada pelos próprios moradores da região.

Por meio dessas respostas, foi possível observar com mais clareza as crenças dos informantes norte-paranaenses quanto à atuação dos fatores sociais nos usos linguísticos da região, destacando-se a questão do acesso a bens culturais e à escolarização. Além disso, pôde-se verificar como algumas realizações linguísticas provocam atitudes negativas de maneira recorrente, como a realização do /r/ retroflexo e o uso variável da concordância.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que a concordância verbal é um fenômeno linguístico que, há muito tempo, vem sendo investigado por diferentes pesquisadores (SCHERRE; NARO, 1998; SCHERRE, 2005b; VIEIRA, 2013; CASTILHO, 2016), principalmente por seu caráter – aparentemente – estigmatizante. Vários foram os estudos publicados sobre a realização do plural em diferentes regiões do Brasil. Esta pesquisadora, porém, sentiu a necessidade de investigar tal fenômeno no Norte do Paraná, região, muitas vezes, categorizada por seu “falar caipira”, “carregado de R” e “com pouca concordância”. Por ser um comentário recorrente, optou-se por não somente verificar como se dá a concordância na região, mas também conhecer as crenças e as atitudes linguísticas que os norte-paranaenses têm em relação à sua fala e à fala da região.

Assim, a fim de estudar o fenômeno da forma mais abrangente, tomou-se por base o referencial teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista e os estudos de Crenças e Atitudes linguísticas. Para a obtenção de dados atuais e apropriados a essa temática, elaborou-se um *corpus* a partir de 16 entrevistas realizadas com norte-paranaenses, todos residentes em Maringá. Foram utilizados diferentes métodos, como a realização de entrevistas e de questionários, além de uma adaptação da técnica *matched guise* (LAMBERT, 1967).

A seguir, resumem-se os resultados encontrados nesta pesquisa.

A considerar a primeira parte de análise, isto é, a análise sociolinguística, constatou-se que a marcação explícita da concordância verbal, assim como prescrevem as gramáticas tradicionais, ainda prevalece entre os falantes norte-paranaenses. Esse dado é de suma importância, pois refuta, de modo geral, os dizeres de que norte-paranaenses não realizam o plural em sua fala.

Em relação às variáveis linguísticas investigadas como possíveis condicionadoras do fenômeno em análise, constatou-se o seguinte:

1.º) a saliência fônica parece atuar na marcação ou não da concordância verbal, já que as marcas de plural prevalecem nas formas mais salientes (–RAM, –ÃO, verbo SER) e diminuem nas formas menos salientes (–M e –EM);

2.º) os falantes têm preferência pelo sujeito anteposto ao verbo, que, por sua vez, tende a condicionar a marcação da concordância. Cabe ressaltar que, mesmo em casos em que o sujeito anteposto está representado por “que”, as marcas de plural prevaleceram. Em contrapartida, a não marcação é evidente quando o sujeito está posposto ao verbo, porque o

falante normalmente está propenso a reconhecê-lo como complemento do verbo e não como seu sujeito;

3.º) de modo geral, não houve regularidade entre aumento da distância entre o núcleo do sujeito e o verbo e diminuição das marcas de concordância;

4.º) verbos referentes a sujeitos animados foram mais marcados que verbos relacionados a sujeitos não animados, o que parece indicar que a animacidade do sujeito condiciona a (não) marcação da concordância verbal na fala de sujeitos norte-paranaenses.

Quanto aos fatores extralinguísticos, constatou-se que o sexo, aparentemente, não está atuando como condicionador na marcação da concordância verbal. Esse fato chama a atenção, porque, normalmente, as mulheres tendem a manter a variante de prestígio, mostrando-se mais conservadoras.

Por sua vez, o fator extralinguístico faixa etária se mostrou condicionante; mais que isso, revelou uma possível mudança em progresso, já que a forma inovadora – isto é, verbos sem a marcação de plural – esteve mais presente entre os informantes da 1.ª FE.

O terceiro e último fator analisado, grau de escolaridade, mostrou-se o fator mais condicionante, ratificando o resultado de outros estudiosos. Inclusive, percebeu-se a sua atuação nas ocorrências de hipercorreção, que foram observadas em sua maioria na fala de informantes com ensino superior.

Na parte seguinte da análise, foram analisados os dados do questionário quantitativo, cujo objetivo principal foi verificar a reação dos informantes “juízes” em relação às duas variantes ouvidas. Nessa parte da entrevista, foram realizadas 416 avaliações, das quais 311 (75%) foram positivas e 105 (25%) foram negativas. A considerar os áudios, o valor positivo se sobressai quando se avalia o leitor do texto com marcação de concordância, indicando uma preferência do norte-paranaense pelo uso que corresponde às normas prescritas pelas gramáticas normativas.

Se comparadas as avaliações referentes a cada um dos áudios, para o leitor que não realizou a concordância, prevaleceram os seguintes atributos: +inteligente, +feio, +cuidadoso, +engraçado e +preconceito social. Já para o leitor que marcou o plural, as características dominantes foram estas: +estudada, +exibida, +autoritária, +boa cultura, +condição financeira, +cargo de chefia e +orgulho de falar assim. Quanto ao áudio sem concordância, percebem-se mais atitudes negativas em relação a atributos vinculados à atratividade social, mostrando que o limite entre o linguístico e o social é muito tênue. Para o leitor que realizou a concordância, destacam-se as características ligadas à competência,

o que indica que a marcação de plural é, para os norte-paranaenses, um indicativo de melhor posição social.

Para este questionário, os fatores sociais ligados aos informantes “juízes” também se mostraram relevantes, a saber:

1.º) os homens tiveram uma atitude mais negativa em relação ao leitor do áudio sem concordância que as mulheres. Além de indicar um posicionamento mais crítico do sexo masculino, esses dados indicam que, para eles, a ausência de concordância verbal é mais negativa do que para as mulheres, mais um possível indício de que o estigma associado à ausência de concordância possa estar diminuindo, já que, normalmente, as mulheres são mais sensíveis a usos sem prestígio;

2.º) os informantes mais jovens tiveram mais atitudes negativas em relação ao leitor que não realizou a marcação da concordância verbal. Como os indivíduos da 1.ª FE parecem ser responsáveis por uma mudança em progresso, as avaliações negativas podem ser um obstáculo, pois uma atitude negativa pode impedir a propagação de uma variante linguística;

3.º) os informantes com ensino superior se mostraram mais críticos ao avaliarem mais negativamente o leitor que não realizou a concordância verbal, o que parece indicar que a permanência nos bancos escolares por mais tempo torna os indivíduos mais críticos em relação ao uso linguístico e aos seus falantes.

A terceira e última parte da análise refere-se aos dados do questionário qualitativo, que foi aplicado para constatar a maneira como os norte-paranaenses avaliam a sua fala e a fala dos norte-paranaenses, bem como a suas percepções em relação aos fatores sociais que podem atuar na variação da concordância verbal.

Por meio desse questionário, constata-se que, de fato, há uma atitude negativa em relação ao dialeto norte-paranaense, motivada, muitas vezes, por avaliações de indivíduos cujo dialeto é outro. Destacam-se as referências ao /r/ retroflexo e à ausência de concordância verbal. Quanto a este fenômeno, é notório que a não marcação de plural está associada a avaliações negativas, porém parece que a incidência de atitudes negativas aumenta conforme é mais saliente a ausência de concordância, o que pode indicar que há sim um estigma em relação à não marcação de plural, porém não generalizado, como se imaginava.

Quanto à opinião dos informantes em relação à diferença na fala em virtude dos fatores sociais, os resultados indicam o seguinte: para os norte-paranaenses, pessoas que

moram na zona rural falam de forma diferente daqueles que moram na cidade; inclusive, alguns mencionaram que a periferia também pode ser considerada uma área rural, fazendo lembrar o conceito de comunidade “rurbana”. Além disso, homens e mulheres falam diferente, sendo que indivíduos do sexo feminino falam melhor. Jovens e idosos falam de modo diferente, assim como também o fazem ricos e pobres. Aliás, ficou evidente que, para os informantes, o acesso aos bens culturais é decisivo para o uso linguístico. Por fim, chamaram a atenção os resultados em relação à possível distinção de pessoas com escolaridades diferentes em virtude de sua fala, já que a maioria dos entrevistados respondeu não ser possível diferenciá-las, contrariando os resultados obtidos nas outras análises.

Embora as perguntas levantadas no início desta dissertação tenham sido respondidas, outras questões se fazem presentes agora. Será que, de fato, em outros dialetos, a incidência de concordância verbal é maior? Como a concordância verbal se dá no restante do estado? A marcação de plural no Norte do Paraná se aproxima ou se afasta da concordância realizada na capital? Quais são as marcas linguísticas que caracterizam o dialeto norte-paranaense? Os questionamentos são vários e as possibilidades de resposta também.

Ressalta-se também a necessidade de valorização do dialeto norte-paranaense, que ainda é pouco prestigiado, inclusive pelos seus; mais que isso, é de extrema importância enaltecer o próprio sujeito norte-paranaense, afinal, a crença que se tem da língua é, muitas vezes, motivada pela imagem que se tem de seu usuário.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. 1. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 21-47.
- ALMEIDA, Alessandra Preussler de. *A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS*. 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.
- ALVES, Maria Isolete Pacheco Menezes. *Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo*. 1979. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2013.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BARCELOS, Ana Maria Ferreira. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 7, n. 2, p. 109-138, 2007.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática brasileira*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERGAMASCHI, Maria Cristina Zandomeneghi. *Bilingüismo de dialeto italiano-português: atitudes lingüísticas*. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/180/Dissertacao%20Maria%20Cristina%20Z%20Bergamaschi.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Português brasileiro, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2021.
- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia Botassini. Atitudes linguísticas: lealdade e deslealdade linguística, estereótipo, preconceito e estigma. In: SELLA, Aparecida Feola; CORBARI, Clarice Cristina; AGUILERA, Vanderci de Andrade (Orgs.). *Dez anos do Projeto Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas em contato*. Contatos linguísticos no Paraná. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 177-194.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábica do norte do Paraná*. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia; SOUZA, Adriana dos Santos. A variação no uso dos pronomes-sujeito *nós* e *a gente*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 12.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICAS, 1., 2009, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 1-10.

BRIGHT, William. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (org.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 17-23.
BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática de Silveira Bueno*. 20. ed. São Paulo: Gloral, 2014.

BUENO, Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. Ed. rev. e atual. São Paulo: FTD, 2000.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. Aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado. *Alfa*, São Paulo, v. 37, p. 101-116, 1993. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268047679_Aspectos_funcionais_e_estruturais_da_concordancia_verbal_no_portugues_falado. Acesso em: 20 abr. 2022.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística: parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. 1. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 49-75.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *História da linguística: edição revista e comentada*. 1. ed. rev. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Revisão e comentários de Valdir do Nascimento Flores e Gabriel de Ávila Othero. Petrópolis: Vozes, 2021.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHAGAS, Danieli Silva. Concordância verbal: estratégias para o trabalho com os três eixos para o ensino de gramática. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues (org.). *Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 61-93.

CHOMSKY, Noam. *Estruturas sintáticas*. Tradução e comentários de Gabriel de Ávila Othero e Sérgio de Moura Menuzzi. Petrópolis: Vozes, 2018.

COELHO, Izete Lehmkuhl *et al.* *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2018.

CORBARI, Clarice Cristina. Reflexões sobre conceitos teóricos que embasam estudos de atitudes linguísticas e sua relação com crenças manifestas pelos informantes do Projeto CAL. In: SELLA, Aparecida Feola; CORBARI, Clarice Cristina; AGUILERA, Vanderci de Andrade (Orgs.). *Dez anos do Projeto Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas em contato*. Contatos linguísticos no Paraná. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 47-88.

COULTHARD, Malcon. *Linguagem e sexo*. Tradução de Carmem Rosa Caldas-Coulthard. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. 1995. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito nulo no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: editora da Unicamp, 1993. p. 107-128.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Sujeito nulo/pleno e marcas de concordância. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (orgs.). *Antony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7letras, 2008, p. 265-277.

FÉLIX, Ademilde. *Crenças do professor sobre o melhor aprender de uma língua estrangeira na escola*. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1998. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269410>. Acesso em: 06 jan. 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

FERREIRA, Cinthia Carla. *A variação do pronome sujeito da fala da comunidade Kalunga*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

- FISHBEIN, Martin. A consideration of beliefs, attitudes and their relationship. In: STEINER, Ivan D.; FISHBEIN, Martin. *Current Studies in Social Psychology*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1965. p. 102-120.
- FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. Da estigmatização à solidariedade: atitudes linguísticas na RCI. In: FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani (Orgs.). *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul: EducS, 2010. p. 15-42.
- GALVES, Charlotte C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: editora da Unicamp, 1993. p. 387-408.
- GHESSI, Rafaela Regina. *Concordância verbal em português: um estudo sobre atitudes linguísticas em duas escolas públicas de Monte Azul Paulista – SP*. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191790>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2004. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman.erving.estigma_notassobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LAMBERT, Wallace Earl. A social psychology of bilingualism. *Journal of Social Issues*, v. 23, n. 2, p. 91-109, 1967. Disponível em: <https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-4560.1967.tb00578.x>. Acesso em: 06 jan. 2022.
- LAMBERT, William Wilson; LAMBERT, Wallace Earl. *Psicologia Social*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.
- LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: MOBREAL, Fundação FORD, 1977.
- LENARD, Andrietta. *Lealdade linguística em Rodeio (SC)*. 1976. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1976.
- LÓPEZ MORALES, Humberto. *Sociolingüística*. 3 ed. Madrid: Gredos, 2004.
- MATTOS, Shirley Eliany Rocha. *Concordância com sujeitos coletivos*. Brasília: UnB, 2001.

- MEILLET, Antoine. *Compte rendu du Cours de linguistique Générale*. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/index.php?id=113>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 9-14.
- MONTE, Alexandre. *Concordância verbal e variação: uma fotografia sociolinguística da cidade de São Carlos*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2007.
- MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.
- MOURA, Heronides; CAMBRUSSI, Morgana. *Uma breve história da linguística*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- NARO, Anthony Julius. Morphological Constraints on Subject Deletion. In: SANKOFF, D.; CEDERGREN, H. (org.). *Variation Omnibus*. Carbondale-Edmonton: Linguistic Research, 1981. p. 351-357.
- NARO, Anthony Julius. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 43-50.
- NARO, Anthony Julius; GÖRSKI, Edair; FERNANDES, Eulália. Change Without Change. *Language Change and Variation Change*. Cambridge University Press, v. 11, n. 2, p. 197-211, 1999.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A influência de variáveis escalares na concordância verbal. *A cor das letras*, Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, n. 3, p. 17-34, 1999.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Preenchimento do sujeito pronominal e concordância verbal variável no português brasileiro. In: NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. (org.). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2007. p. 161-177.
- NOVAIS, Viviane Silva de. Evidências societais: avaliação social da variação na concordância verbal no português brasileiro. *Enlaces*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 07-31, 2020. Disponível em: <http://www.publicacoes.ifba.edu.br/enlaces/article/view/733>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de. Estertores do possessivo seu na terceira pessoa. In: OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões sociolinguísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1996. p. 171-181.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *A virada político-linguística e a relevância social da linguística e dos linguistas*. In: CORREA, D. A. (org.). *A relevância social da Linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, UEPG, 2007. p. 79-93.

OLIVEIRA, Marian dos Santos. *Concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista: variação estável ou mudança em progresso?* 2005. 190f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguísticas) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2005.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 33-42.

PEREIRA, Maria Lidiane de Sousa; ARAÚJO, Aluiza Alves de. Variação na concordância verbal no português brasileiro: olhares variacionistas. *Revista de Letras*, Curitiba, v. 18, n. 23, p. 148-164, 2016.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 21-45.

RESENDE, Terezinha Cristina Campos de. Uma situação de contato dialetal em Conceição de Ibitipoca – MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM APLICADAS AO ENSINO, 2., 2003, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: Ideia, 2003. p. 2084-2095.

RODRIGUES, Angela Cecília de Souza. Português popular em São Paulo. In: OLIVEIRA, Marilza (org.). *Língua portuguesa em São Paulo: 450 anos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 79-105.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. 27. ed. São Paulo, Cultrix, 2006.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005a. p. 115-143.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Variação linguística, mídia e preconceito linguístico. In: SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005b. p. 37-78.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. da (org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 93-114.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, Giovanni (org.). *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523, 1998.

SGARBI, Nara Maria Fiel de Quevedo. *A variação na concordância verbal entre os falantes do Mato Grosso do Sul*. 2006. 196 f. Tese (Doutorado em Letras, Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2006.

SILVA, Débora Maria dos Santos Castro. Hipercorreção e o imaginário de “correção” de língua. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 14.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICAS, 4., 2013, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: EDUFU, 2013. p. 1-9.

SILVA, Hélen Cristina da; AGUILERA, Vanderci de Andrade. O poder de uma diferença: um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas. *Alfa*, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 703-723, 2014.

SILVA, Kleber Aparecido da. Crenças sobre o ensino e aprendizagem de línguas na Linguística Aplicada: um panorama histórico dos estudos realizados no contexto brasileiro. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 10, n. 1, p. 235-271, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15657/9844>. Acesso em: 03 jan. 2022.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. Sujeito pronominal - uma análise em tempo real. In: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 6., 2004, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. p. 1-9. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/Individuais/SUJEITO%20PRONOMINAL%20%E2%80%93%20UMA%20AN%C3%81LISE%20EM%20TEMPO%20REAL.pdf. Acesso em: 02 abr. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

TEIXEIRA, Thomaz Torres. *Variação linguística entre nós e a gente na função de sujeito e o gradiente de estilos contextuais em entrevistas sociolinguísticas de Porto Alegre (RS)*. 2021. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

UFLACKER, Cristina Marques; SCHNEIDER, Maria Nilse. Atitudes lingüísticas e variedades dialetais alemãs. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 30, n. 1, p. 33-51, 2008. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/186>. Acesso em: 14 jan. 2022.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância verbal. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 85-102.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 51-57.